



**UNIVERSIDADE ESTADUAL DO CEARÁ**  
**CENTRO DE EDUCAÇÃO**  
**PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO**  
**MESTRADO ACADÊMICO EM EDUCAÇÃO**

**MÁRIO ANDRÉ CORREIA PACIFICO**

**FORMAÇÃO ONTO-HISTÓRICA DO ESTADO CAPITALISTA, CRISE E  
DESDOBRAMENTOS NA EDUCAÇÃO DA CLASSE TRABALHADORA**

**FORTALEZA – CEARÁ**

**2019**

MÁRIO ANDRÉ CORREIA PACIFICO

FORMAÇÃO ONTO-HISTÓRICA DO ESTADO CAPITALISTA, CRISE E  
DESDOBRAMENTOS NA EDUCAÇÃO DA CLASSE TRABALHADORA

Dissertação apresentada ao Curso de Mestrado Acadêmico em Educação do Programa de Pós-Graduação em Educação do Centro de Educação da Universidade Estadual do Ceará, como requisito obrigatório à obtenção do título de mestre em Educação. Área de concentração: Formação de Professores.

Orientadora: Prof.<sup>a</sup> Dra. Maria das Dores Mendes Segundo

FORTALEZA – CEARÁ

2019

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação

Universidade Estadual do Ceará

Sistema de Bibliotecas

Pacifico, Mário André Correia .

Formação onto-histórica do Estado capitalista, crise e desdobramentos na educação da classe trabalhadora [recurso eletrônico] / Mário André Correia Pacifico. - 2019.

1 CD-ROM: 4 ¼ pol.

CD-ROM contendo o arquivo no formato PDF do trabalho acadêmico com 87 folhas, acondicionado em caixa de DVD Slim (19 x 14 cm x 7 mm).

Dissertação (mestrado acadêmico) - Universidade Estadual do Ceará, Centro de Educação, Programa de Pós-Graduação em Educação, Fortaleza, 2019.

Área de concentração: Formação de professores.

Orientação: Prof.<sup>a</sup> Ph.D. Maria das Dores Mendes Segundo.

1. Estado. 2. Crise estrutural do capital. 3. Educação. I. Título.

MÁRIO ANDRÉ CORREIA PACIFICO

**FORMAÇÃO ONTO-HISTÓRICA DO ESTADO CAPITALISTA, CRISE E  
DESDOBRAMENTOS NA EDUCAÇÃO DA CLASSE TRABALHADORA**

Dissertação apresentada ao Curso de Mestrado Acadêmico em Educação do Programa de Pós-Graduação em Educação do Centro de Educação da Universidade Estadual do Ceará, como requisito obrigatório à obtenção do título de mestre em Educação. Área de concentração: Formação de Professores.

Aprovada em: 12 de abril de 2019

BANCA EXAMINADORA

Maria das Dores Mendes Segundo

Profª Dra. Maria das Dores Mendes Segundo (Orientadora)

Universidade Estadual do Ceará - UECE

Maria Edna de Lima Bertoldo

Profª Dra. Maria Edna de Lima Bertoldo

Universidade Federal de Alagoas - UFAL

Valdemarin Coelho Gomes

Prof. Dr. Valdemarin Coelho Gomes

Universidade Federal do Ceará - UFC

Osterne Nonato Maia Filho

Prof. Dr. Osterne Nonato Maia Filho

Universidade Estadual do Ceará - UECE

## AGRADECIMENTOS

Os primeiros agradecimentos vão para os meus pais Fátima Correia e Mário Pacifico que, mesmo com a distância, nunca deixaram de mandar seu apoio lá do sertão alagoano, tão necessário nessa árdua caminhada em busca do conhecimento. Sem vocês nada seria possível.

Ao meu filho João Miguel, que revigora minha vida com sua pureza e humanidade características das crianças. Não foram fáceis esses dois anos longe de você.

À minha companheira Bárbara, com a qual compartilho todo o meu cotidiano e divido as angústias dessa jornada acadêmica. Serei sempre grato por tudo. Sem você não seria possível.

À minha orientadora Maria das Dores, por toda dedicação, amizade e paciência no percurso de construção desse trabalho.

Aos professores Valdemarin e Osterne, presentes em minha qualificação e defesa. Suas críticas e sugestões foram fundamentais para o desenvolvimento desta pesquisa.

À professora Edna Bertoldo, que me iniciou nos caminhos da ontologia e sempre contribuiu não só com minha formação acadêmica como também com minha formação humana.

À minha Tia Fátima, que sempre foi uma inspiração de luta e militância e que sempre me encorajou a enveredar pelos caminhos do marxismo.

Aos meus grandes amigos que o Ceará me presenteou, Thiago, Marília, Rafaela, Aline, Cléa e Laís. Cada um de vocês contribuiu grandiosamente em minha formação.

À minha grande amiga Elândia, que o destino fez com o encontro do mestrado fosse só um detalhe para uma amizade que perdurará por toda uma vida.

À minha amiga Karine Sobral, que sempre trouxe conselhos e questionamentos que contribuíram com o desenvolvimento dessa pesquisa.

À minha amiga Cristina Araújo, que desde minha chegada ao Ceará seu apoio e torcida foram fundamentais para minha pesquisa e minha estadia em Fortaleza. Agradeço também ao seu companheiro Ribamar que também se tornou um grande amigo.

Aos companheiros de turma Larissa e Kerginaldo, que ao dividirmos nossas angústias acadêmicas me fortaleceram nessa caminhada.

Aos meus grandes amigos alagoanos João Victor e Alexandre Lemos que, mesmo com a distância, nunca deixaram de estar ao meu lado nessa jornada.

À minha irmã Mirelle, sempre ao meu lado na caminhada da vida.

À amiga Day, por sua disponibilidade e atenção contribuindo na tradução do resumo.

À psicóloga Priscilla Reis, que acompanhou minha trajetória por meio da terapia sendo crucial para o desenvolvimento da pesquisa e mais ainda para enfrentar os dilemas da vida

cotidiana.

A todas as pessoas amigas que conheci e convivi em Fortaleza e que se tornaram parte dessa caminhada e conquista.

A todas as professoras e professores da linha de pesquisa Marxismo e formação do Educador (UECE) e da linha Marxismo, Educação e Luta de classes (UFC) que contribuíram imensamente com a minha formação. A humanidade de vocês fortalece a luta por uma sociedade emancipada.

A toda classe trabalhadora que com seu trabalho sustenta e financia a universidade pública, mesmo quase não tendo acesso a esta. Isso reforça nossa responsabilidade em lutar por uma universidade pública gratuita e de qualidade que abra suas portas para os filhas/filhos da classe trabalhadora e desenvolva pesquisas que contribuam para emancipação de toda a humanidade.

A todos os funcionários e professores da Universidade Estadual do Ceará por todas as condições que permitiram a minha formação neste espaço.

A FUNCAP pela concessão da bolsa de estudos.

*Os funcionários não funcionam.  
Os políticos falam mas não dizem.  
Os votantes votam mas não escolhem.  
Os meios de informação desinformam.  
Os centros de ensino ensinam a ignorar.  
Os juízes condenam as vítimas.  
Os militares estão em guerra contra seus  
compatriotas.  
Os policiais não combatem os crimes, porque  
estão ocupados cometendo-os.  
As bancarrota são socializadas, os lucros são  
privatizados.  
O dinheiro é mais livre que as pessoas.  
As pessoas estão a serviço das coisas.*

(Eduardo Galeano)

## RESUMO

Essa dissertação consiste numa análise da formação do Estado na sociedade capitalista, mormente no contexto de crise do capital, apontando, nestes termos, as suas estratégias de sustentação e influência no complexo da educação vivenciado pela classe trabalhadora. Nestes termos, com base na perspectiva marxiana, a pesquisa tem cunho teórico-bibliográfico, pois busca identificar a categoria Estado, sobretudo, em Marx e seus interpretes, como Mészáros, com foco na articulação dialética entre o sistema sociometabólico do capital e do Estado moderno. Para tanto, apresentamos, inicialmente, a fundamentação histórica do Estado, detalhando a sua gênese e o seu desenvolvimento, tomando a categoria ontológica do trabalho como fundante do gênero humano e especificando seu lugar nos modos de produção, ancorados em autores como Perry Anderson e Leo Huberman. Em seguida, situamos o Estado no contexto da crise estrutural do capital, numa abordagem teórica, ilustramos como este se torna a estrutura de comando do capital neste momento histórico. Por fim, no terceiro momento, demonstramos a articulação do Estado com capital no processo de divisão internacional do trabalho e adequação da educação, enquanto política social, trazendo os elementos da educação ao longo dos modos de produção, bem como as questões relativas divisão do trabalho e a sua relação com a educação fundamentado nas obras de Marx e Engels. No cenário atual, destacamos que a relação entre Estado, organismos internacionais e mercado na regulação das reformas e das políticas educacionais tem como finalidade atender aos interesses do mercado em crise profunda, implementando uma formação mínima para a classe trabalhadora. Asseveramos, portanto, que a contraofensiva do capital, mediado pelo Estado, assume as personificações do capital, na superação e/ou administração da crise estrutural do capital: fortalece de um lado, o sistema sociometabólico do capital e, por outro, dificulta para a classe trabalhadora possibilidades de uma formação humana emancipatória.

**Palavras-chave:** Estado. Crise estrutural do capital. Educação.

## RESUMEN

Esta disertación consiste en un análisis de la función del Estado en la sociedad capitalista esencialmente en el contexto de crisis del capital, acá señalando sus estrategias de sustentabilidad e influencia a lo que se respecta a la educación a la clase trabajadora. En estos términos, con base en la perspectiva marxiana, la investigación de perspectiva teórico bibliográfica, busca identificar la categoría Estado, especialmente en Marx y Mészáros y sus interpretes, con foco en la articulación dialéctica entre el sistema sociometabólico del capital y el Estado moderno. Por lo mucho, presentamos en principio la fundamentación histórica del Estado, detallando su génesis y el desarrollo del Estado, tomando la categoría ontológica del trabajo como fundante del género humano, especificando los modos de producción, anclados en autores Perry Anderson y Leo Hubermam. A continuación, situamos al Estado en el contexto de la crisis estructural del capital en un enfoque teórico, ilustramos cómo éste se convierte en estructura de mando del capital en este momento histórico. Al fin, en el tercer momento, demostramos la articulación del Estado con capital en el proceso de división internacional del trabajo y adecuación de la educación como política social en el contexto de crisis, trayendo los elementos de la educación a lo largo de los modos de producción a partir de la obra: Educación y lucha de clases de Aníbal Ponce, así como las cuestiones relativas a la división del trabajo y su relación con la educación fundamentada en las obras de Marx y Engels. En el escenario actual, resaltamos que la relación entre Estado, organismos internacionales y mercado en la regulación de las remodelaciones y de las políticas educativas tienen como finalidad acatar los intereses del mercado en crisis profunda, implementando una formación mínima a la clase trabajadora. Por lo tanto, afirmamos que la contraofensiva del capital, mediada por el Estado asume las personificaciones del capital, en la superación y / o administración de la crisis estructural del capital, fortalece por un lado el sistema sociometabólico del capital y por otro, extingue de la clase obrera cualquier posibilidad de una formación humana emancipatoria.

**Palabras claves:** Estado. Crisis estructural del capital. Educación.

## SUMÁRIO

<b>1</b>	<b>INTRODUÇÃO .....</b>	<b>10</b>
<b>2</b>	<b>GÊNESE E DESENVOLVIMENTO ONTO-HISTÓRICO DO ESTADO.....</b>	<b>19</b>
2.1	O ESTADO COMO COMPLEXO FUNDADO PELO TRABALHO .....	19
2.2	O ESTADO NOS DIFERENTES MODOS DE PRODUÇÃO .....	23
2.2.1	O Estado no modo de produção escravista .....	25
2.2.2	O Estado no modo de produção feudal .....	29
2.2.3	O Estado no modo de produção capitalista .....	37
<b>3</b>	<b>O ESTADO NO CONTEXTO DA CRISE ESTRUTURAL DO CAPITAL.....</b>	<b>49</b>
3.1	O ESTADO COMO ESTRUTURA DE COMANDO DO CAPITAL .....	49
3.2	A CRISE ESTRUTURAL E A CONTRA OFENSIVA DO CAPITAL EM CRISE ..	53
3.3	O ESTADO COMO PERSONIFICAÇÃO DO CAPITAL .....	65
<b>4</b>	<b>O PAPEL DO ESTADO NA EDUCAÇÃO DA CLASSE TRABALHADORA ..</b>	<b>69</b>
4.1	A DIVISÃO DO TRABALHO E A RELAÇÃO COM A EDUCAÇÃO .....	71
4.2	ESTADO E MERCADO: REGULAÇÃO E REFORMAS NAS POLÍTICAS EDUCACIONAIS NO BRASIL.....	74
<b>5</b>	<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS .....</b>	<b>82</b>
	<b>REFERÊNCIAS .....</b>	<b>86</b>

## 1 INTRODUÇÃO

O presente trabalho dissertativo está inserido na linha de pesquisa trabalho, marxismo e formação do educador, no núcleo formação docente no contexto do capitalismo contemporâneo, pertencentes ao programa de pós-graduação em Educação da Universidade Estadual do Ceará. Tem como objetivo de pesquisa a análise da categoria Estado a partir da perspectiva marxiana, sua função e influência na educação da classe trabalhadora.

O desejo de aprofundar o conhecimento da história, partindo de uma perspectiva marxista, sempre esteve presente desde os primeiros anos no curso de História da Universidade Federal de Alagoas. Muito se comenta sobre estes cursos serem “dominados” por marxistas, mas contraditoriamente deparei-me com uma formação que seguia cominhos bem distintos do proposto por Marx sobre a História.

A concepção de história para Marx consiste em compreender o processo real de produção a partir da materialidade da vida imediata, as formas de intercâmbio conectadas a esse modo de produção e explicar, a partir destes fundamentos, suas diferentes ações, criações teóricas e formas de consciência presentes no Estado, na religião, na filosofia, na moral etc. Conforme Marx e Engels (2007, p. 43-44):

Toda concepção histórica existente até então ou tem deixado completamente desconsiderado essa base real da história, ou a tem considerado apenas como algo acessório, fora de toda e qualquer conexão com o fluxo histórico. A história deve, por isso, ser sempre escrita segundo um padrão situado fora dela; a produção real da vida aparece como algo pré-histórico, enquanto o elemento histórico aparece como algo separado da vida comum, como algo extra e supraterrâneo. Com isso, a relação dos homens com a natureza é excluída da história, o que engendra a oposição entre natureza e história.

Reconhecemos hoje, partindo da concepção marxiana, os descaminhos que levaram a universidade, como um todo, a negar a produção de um conhecimento crítico que busque superar essa forma de sociabilidade. No entanto, ainda que o sistema do capital seja global e hegemônico, sua ação não é totalizante, por isso ainda há focos de resistência. A precarização das universidades e da formação dos trabalhadores não é uma mera desatenção dos governantes e sim um projeto político idealizado pela burguesia e implementado pelo Estado, que tem entre outros objetivos combater esses focos de resistência.

Quando estava por volta do sexto período do curso, fui apresentado à professora Edna Bertoldo, líder do grupo de pesquisa Trabalho Educação e Ontologia Marxiana, o qual fui convidado a integrar. Pela primeira vez passei a estudar as obras de Marx de maneira

sistemática e orientada. Integrei durante um ano o Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica (PIBIC) com o projeto intitulado: “Teoria marxista do Estado: Gênese ontológica, extinção e ontonegatividade da política”, do qual resultou meu trabalho de conclusão de curso.

Em 2014, no I Encontro Internacional Trabalho, Educação e Formação Humana que aconteceu na Universidade Federal do Ceará (UFC), participei de atividades do Instituto do Movimento Operário (IMO), pertencente ao Centro de Educação (CED), da Universidade Estadual do Ceará, e da linha Marxismo, Educação e Luta de classes (E-Luta), ligado à pós-graduação em Educação Brasileira da UFC. Este evento ampliou os horizontes para a continuidade da minha investigação ao ser apresentado às linhas de pesquisas que iam ao encontro de uma concepção marxiana do conhecimento.

Diante disso, tentei a seleção para o mestrado para a linha marxismo e formação do educador, que pertence ao programa de pós-graduação em educação da Universidade Estadual do Ceará, no qual fui aprovado e tive a oportunidade de desenvolver a presente pesquisa.

A distância da família, dos amigos e principalmente do meu filho João Miguel foram atenuadas pelas grandes amizades que construí em Fortaleza que vão para além da formação acadêmica e me possibilitaram grandes conquistas para minha formação enquanto indivíduo.

No processo de construção da pesquisa, permeado por debates e apropriações de categorias e teorias proporcionadas pelas disciplinas, seminários, congressos, eventos acadêmicos em geral e de grupos de estudos; questionamentos foram levantados acerca do objeto de investigação expressa na categoria Estado. Como afirma Mészáros (2002), este não se apresenta como mera superestrutura ideológica e sim como estrutura política fundamental para viabilizar as relações sociais de produção intrínsecas à reprodução do capital, manifestando-se nas políticas educacionais implementadas por ele a serviço dos interesses do mercado. Gostaria também de destacar as contribuições da qualificação que reorientaram a pesquisa, direcionando a categoria central, o Estado, às problemáticas da educação da classe trabalhadora no contexto do capital em crise.

Nesse sentido, a relevância da nossa pesquisa apresenta-se na atualidade do papel das reformas educacionais patrocinadas pelo Estado em favor do mercado, deixando evidente a função do Estado na execução dessas políticas e reafirmando o seu caráter de classe. Dessa forma, uma retomada da formação onto-histórica do Estado e sua função social faz-se crucial não só para fundamentarmos críticas a essas políticas educacionais, mas também para apontarmos os limites das intervenções institucionais que creditam à educação a função de amenizar as desigualdades da sociedade capitalista.

O Estado surge na sociedade de classes e apresenta-se desde o seu início como regulador da vida em sociedade, forjando as amarras da dominação de classe e por consequência desta, a opressão de gênero que tem seu fundamento na família patriarcal. A educação, que antes da propriedade era comum a todos da comunidade, passa a ser um privilégio daqueles que dominam economicamente a sociedade. Dessa forma, nossa intenção neste trabalho será demonstrar o desenvolvimento do Estado ao longo da história, como esse se dá em cada modo de produção, para, a partir daí, debatermos sobre como a educação passa a ser instrumento de dominação a partir da divisão social do trabalho no capitalismo. Destacaremos como neste momento de crise estrutural em que se encontra o capitalismo, este precisa, por meio do Estado, de políticas voltadas para recuperação da taxa de lucro, tendo a educação papel crucial para execução dessas políticas. Por meio dos organismos internacionais de comando do capital, o Estado implementa reformas na educação para atender as demandas do mercado, utilizando-se de discursos como o da educação como complexo fundamental para superação da pobreza nos países periféricos.

A retomada onto-histórica do Estado e o entendimento de como este se organiza neste momento de crise estrutural fundamentará a crítica a essa tese que coloca o complexo da educação como redentor das mazelas sociais causados pelo capital.

Entender a formação onto-histórica do Estado faz-se crucial diante do momento de crise estrutural que vivemos em que o capital tem no Estado seu principal pilar de sustentação desta forma de sociabilidade. Conforme Mészáros (2002), o Estado não é só parte complementar do capital, mas sim a estrutura necessária para sua reprodução. Nosso objetivo foi como compreender a retomada de seus fundamentos históricos, à luz do materialismo histórico dialético, possibilita uma leitura crítica do Estado e da educação oferecida para a classe trabalhadora e desenvolvida por organismos internacionais como o Banco Mundial. Essa educação tem como interesse apenas atender às demandas da produção do capitalismo em crise. Antes, porém, pretendemos expor as bases da concepção materialista da história, por ser esta a que fundamentará o nosso trabalho.

A teoria, em Marx, apresenta-se como conhecimento do objeto, tal como ele é em si mesmo, entendendo assim o materialismo histórico dialético como o movimento do real interpretado pelo sujeito. A análise concreta e crítica da realidade, tal como ela é posta, foi o que possibilitou a construção de uma nova e radical concepção de mundo por Marx. Com isso se percebe o caráter ontológico do pensamento marxiano quando vemos que sua concepção histórica parte do processo real da produção material da vida, que se apresenta em seu momento fundante, o trabalho. Assim, Marx lançou os fundamentos de uma concepção

radicalmente inédita de mundo. Somente por esse caminho se chegará a uma teoria marxista do Estado. Conforme afirma Tonet (2013, p. 125):

Nada do que foi construído a partir desses fundamentos é verdadeiro simplesmente porque tem esses fundamentos como base. Sua verdade dependerá da correta tradução do processo real, historicamente verificado. Somente a prova ontoteórica e a prova ontoprática poderão demonstrar a verdade ou a falsidade de qualquer conhecimento.

Demonstra-se, desse modo, que a nova ontologia marxiana consiste no reconhecimento do trabalho como categoria fundante do ser social, entendendo trabalho não como uma relação mercadológica, mas sim como uma interação do homem (social) com a natureza (meio orgânico). Essa interação, por sua vez, desenvolve as relações de produção, tendo em sua síntese, a *práxis*<sup>1</sup>.

Esta compreensão foi possível a partir de uma análise histórico-social da realidade em que Marx lança uma concepção radicalmente nova de mundo, ou seja, de busca de superação da exploração do homem pelo próprio homem. Em Marx, a emancipação política perde a centralidade que possuía em todo pensamento ocidental, cedendo lugar ao complexo da emancipação humana em geral, vinculada à ideia de revolução radical, contradizendo, dessa maneira, os críticos que optam por uma via reformista do Estado.

Mészáros (2015) vai afirmar que Marx nunca abandonou sua visão de que a mudança radical necessária da ordem sociometabólica do capital é inconcebível sem a total superação do poder preponderante das formações estatais no sistema reprodutivo material estabelecido. Afirma, ainda, que “[...] imaginar a abolição do Estado, por qualquer forma de conspiração ou mesmo por algum decreto de base jurídica mais ampla, só poderia ser uma quimera voluntarista. Ele jamais deixou de insistir nisso” (MÉSZÁROS, 2015, p. 37).

Diante dessas considerações Mészáros (2015) acentua que o capitalismo, durante a vida de Marx, estava muito distante dessa estrutura global de comando político, sendo sua atuação menos notável que nos dias de hoje. O autor afirma ainda que:

Não é, portanto, de modo algum surpreendente que Marx nunca tenha tido sucesso em sequer rascunhar os meros esboços de sua teoria do Estado, apesar de este receber um lugar muito preciso e importante no seu sistema projetado como um todo

---

<sup>1</sup> Segundo Netto e Braz (2007, p. 44), a categoria da práxis permite apreender a riqueza do ser social desenvolvido: verifica-se, na e pela práxis, como, para além das suas objetivações primárias, constituídas pelo trabalho, o ser social se projeta e se realiza nas objetivações materiais e ideais da ciência, da filosofia, da arte, construindo um mundo de produtos, obras e valores – um mundo social, humano enfim, em que a espécie humana se converte inteiramente em gênero humano. Na sua amplitude, a categoria de práxis revela o homem como ser criativo e outro produtivo: ser da práxis, o homem é produto e criação da sua auto-atividade, ele é o que (se) fez e (se) faz.

(MÉSZÁROS, 2015, p. 41).

Dessa forma, entendemos que não se faz crucial uma obra de Marx dedicada exclusivamente ao Estado para termos clareza de que é em seu postulado teórico onde reside a compreensão de uma teoria geral do Estado, atrelando isso, como já foi dito, a emancipação humana e a superação do capital. Torna-se, assim, indispensável o uso do método, para a partir de todo seu legado teórico conectado a realidade concreta, chegar aos fundamentos acerca do Estado capitalista, destacando que a necessidade da sua extinção está presente em toda sua obra e que essa só será possível com a superação da sociedade do capital através da revolução proletária.

O que deve ser destacado é que Marx parte criticamente do conhecimento acumulado para empreender sua posição acerca da sociedade burguesa e desvelar sua estrutura e sua dinâmica. Netto (2011, p. 18) esclarece esse ponto afirmando que “em Marx a crítica do conhecimento acumulado consiste em trazer ao exame racional, tornando-os conscientes, em seus fundamentos, os seus condicionamentos e os seus limites”.

Para Marx, a teoria é uma modalidade peculiar de conhecimento, mas a teoria se distingue das outras modalidades e tem especificidades: o conhecimento teórico é conhecimento do objeto tal como ele é em si mesmo. Ou seja: a reprodução ideal do movimento real do objeto pelo sujeito que pesquisa. Assim, a teoria social de Marx está articulada a seu método, o materialismo histórico e dialético, que busca o movimento real do objeto interpretado pelo sujeito. Esse movimento real do objeto deve ser percebido como uma concepção histórico-social que, a partir da construção do conhecimento, apropria-se criticamente de elementos criados ao longo deste processo e, nesse confronto, gera uma nova e radical concepção de mundo.

Segundo Netto (2011), sem a compreensão inteira das relações sociais, seria impossível uma teoria social que oferecesse um conhecimento verdadeiro da sociedade burguesa como totalidade. Porém, para elaborar uma teoria que contemplasse a reprodução ideal da sociedade burguesa, Marx descobriu que o procedimento fundante é a análise do modo pelo qual nele se produz a riqueza material. Sendo assim, uma teoria social da sociedade burguesa tem como exigência o estudo de como se instaurou a produção e as condições materiais da vida social. Uma vez determinado o objeto, Marx busca conhecê-lo, logo se põe a questão do método.

Como resultado da pesquisa de Marx, as categorias marxianas mostram-se imprescindíveis para a compreensão da sociedade burguesa. O conhecimento teórico é, para

Marx, o conhecimento do concreto, daquilo que constitui a realidade. Para Netto (2011), a reprodução ideal da teoria marxiana implica a apreensão intelectual dessa riqueza categorial. Sabendo que as categorias são históricas e transitórias, percebe-se que as que exprimem as relações da sociedade burguesa permitem também a compreensão das relações de produção de todas as sociedades desaparecidas. Afirma ainda que “somente quando uma forma mais complexa se desenvolve e é conhecida é que se pode compreender inteiramente o menos complexo – é o presente, pois, que esclarece o passado” (NETTO, 2011, p. 48).

Partindo do conhecimento histórico-social, percebe-se – dessa maneira – que a realidade é resultado integral o movimento da interatividade humana ao longo do processo histórico (e não apenas de forças naturais ou sobrenaturais). Pode-se afirmar que apenas “uma teoria geral do ser social, ontologia do ser social, poderia responder a essas questões. Por isso, o pensamento de Marx teria que se instaurar como uma ontologia do ser social” (TONET, 2013, p. 68).

Afirma-se, portanto, a ideia de que Marx lança as bases de uma concepção radicalmente nova de mundo e, conseqüentemente, de fazer ciência e filosofia. Sendo inteiramente o contrário do padrão moderno de conhecimento, o procedimento marxiano parte da gênese do ser social, do ato que funda a sociabilidade, pois “é na análise desse ato que ele descobrirá a origem, a natureza e a função social essenciais do conhecimento científico” (TONET, 2013, p. 74).

O caráter ontológico da teoria de Marx destaca a unitariedade entre ciência e filosofia, que se impõe para que haja uma relação íntima entre esses dois momentos do saber. Ao não perder as suas especificidades, constituem uma unidade indissolúvel no processo de produção do conhecimento científico.

A concepção marxiana da história parte do processo real da produção material da vida desde seu momento fundante, que é o trabalho. Este momento está ligado à construção do ser social e a todas as suas ações e representações, estando presente em todo o processo histórico-social. Chegando à categoria fundante do ser social, o trabalho, passamos a apontar o ponto de partida e os desdobramentos desta categoria. Para Marx, o trabalho permite fazer a articulação entre o natural e o social; essa integração dá-se por meio de uma síntese que dá origem a um novo tipo de ser: o ser social. Em a ideologia alemã, Marx e Engels afirmam que (2009, p.24):

Podemos distinguir os homens dos animais pela consciência, pela religião – por tudo que quiser. Mas eles começam a distinguir-se dos animais assim que começam a *produzir* os seus meios de subsistência (Lebensmittel), passo que é requerido pela sua organização corpórea. Ao produzirem os seus meios de subsistência, os homens produzem indiretamente a sua própria vida material.

A capacidade de generalização do conhecimento adquirido pelo homem, a partir do trabalho, permite que a reprodução do ser social caracterize-se como uma produção permanente do novo – e não como uma reposição do mesmo, como é no caso dos animais. Mesmo com essa distinção entre natural e social, deve-se reforçar que a consciência humana não deixa de ter uma base natural, pois ela é o resultado de um processo que tem suas bases no mundo orgânico, ou seja, cria-se sobre uma base natural, no mesmo momento em que se cria a realidade social objetiva. A partir da constatação do caráter essencialmente social do indivíduo, é possível afirmar que o homem é sempre resultado do processo social. Como exemplo, mostra-se como as relações sociais sofrem mudanças substantivas com a entrada em cena da propriedade privada e das classes sociais.

O que permite Marx apreender corretamente a natureza da dimensão cognitiva é ter tomado como ponto de partida o ato que funda o ser social: o trabalho. O exame do trabalho como categoria fundante do ser social é fundamental como modelo de todas as atividades humanas; este ponto de partida permite compreender a origem ontológica, ou seja, natural e social do conhecimento humano, inclusive científico.

A perspectiva ontológica estabelece a insuperável vinculação entre conhecimento científico e perspectiva de classe: o pesquisador deve se perguntar qual concepção de mundo demarca cada perspectiva e a que classe ele representa. Estas questões de fundamentos são decisivas para a análise do Estado.

Podemos perceber claramente esses princípios fundamentais quando vemos os limites das transformações por meio do Estado que são apontados por Marx nas *Glosas críticas*:

O Estado e a organização da sociedade não são, do ponto de vista políticos, duas coisas diferentes. O Estado é o ordenamento da sociedade. Quando o Estado admite a existência de problemas sociais, procura-os ou em leis da natureza, que nenhuma força humana pode comandar, ou na vida privada, que é independente dele, ou na ineficiência da administração, que depende dele. (MARX, 2010, p.59)

Ele afirma ainda que,

Se o Estado moderno quisesse acabar com a impotência da sua administração, teria que acabar com a atual vida privada. Se ele quisesse eliminar a vida privada, deveria eliminar a si mesmo, uma vez que ele só existe como antítese dela. (MARX, 2010, p.61):

O debate sobre o Estado tem-se dado, em geral, a partir do deslocamento da categoria fundante de explicitação do ser social, o trabalho, e, no seu lugar, centrado em categorias fundadas, como a política, a educação, cuja natureza ontológica delas impossibilita a

apreensão concreta do Estado na sociedade. Por esta razão, o resultado não poderia ser outro, a não ser a indicação da perspectiva reformista como única alternativa, sem possibilidade de vislumbrar uma alternativa para além desta sociedade.

Outro pressuposto da nossa pesquisa é que o Estado atende preferencialmente à classe dominante, desde a sua gênese, articulando complexos sociais, a exemplo da educação, em prol dos interesses desta classe, e também do aprofundamento do dualismo educacional no contexto da crise do capital, que nega qualquer perspectiva emancipatória para a classe trabalhadora. É nesse contexto que se insere a intrínseca relação entre Estado e mercado na regulação da Educação da classe trabalhadora.

Inicialmente, partimos de uma pesquisa bibliográfica com o intuito de identificar os elementos que permeiam o objeto em estudo e as devidas mediações que o relacionam com outras categorias sociais. Nesse sentido, compreendemos que o onto-método dá-nos os pressupostos que permitem apreender o processo social em sua totalidade concreta, suas particularidades e dinâmica.

Primeiramente, analisamos obras de autores marxistas e textos do próprio Marx e de Engels<sup>2</sup>, buscando resgatar onto-historicamente na perspectiva marxiana a gênese e o desenvolvimento histórico do Estado em cada modo de produção, entendendo que somente a partir da leitura exercitada das obras do próprio Marx e do aprofundamento do conhecimento acerca das categorias deixadas por ele, chegaremos à luz do objeto. No detalhamento dos modos de produção e sua relação com o Estado, teremos como referência basilar o autor Perry Anderson, em suas obras *Passagens da Antiguidade ao Feudalismo* e a obra *História da riqueza do homem*, de Leo Huberman. No segundo momento, partiremos da análise de alguns capítulos da obra *Para além do capital* do filósofo húngaro István Mészáros para fundamentarmos os elementos que perpassam o Estado em seu momento de crise estrutural. Neste capítulo, também fizemos uma imersão na compreensão do Estado enquanto estrutura de comando do capital, ilustramos também quando este assume as personificações do capital.

Por fim, no último capítulo, pretendeu-se abordar o papel do Estado capitalista na educação da classe trabalhadora. Inicialmente trazendo elementos da educação ao longo dos modos de produção a partir da obra: *Educação e luta de classes* de Aníbal Ponce. Adentraremos então a questões relativas à divisão do trabalho e à sua relação com a educação, entendendo a partir de Marx e Engels que é na divisão do trabalho que reside a gênese da

---

<sup>2</sup> Com o destaque para as obras: *Ideologia Alemã* e a *Origem da família da propriedade privada e do Estado* e o capítulo XXIV da obra *O Capital: A assim chamada acumulação primitiva*.

sociedade de classes e, por consequência, do Estado e uma das suas funções primordiais é preparar para o trabalho, pois precisa desenvolver uma educação para os trabalhadores que atenda as demandas do modo de produção em constante mudança.

Diante disto, partimos para o último momento do texto abordando a relação entre Estado e mercado na regulação das reformas e das políticas educacionais. Nesse momento nos fundamentaremos nas autoras Freres, Rabelo e Mendes Segundo (2010) para apontar como organismos internacionais como Banco Mundial interferem na educação dos países periféricos com a intenção de atender as demandas do mercado por meio das políticas implementadas pelo Estado.

## 2 GÊNESE E DESENVOLVIMENTO ONTO-HISTÓRICO DO ESTADO

No âmbito da ontologia do ser social, o Estado é um complexo parcial fundado pelo trabalho. Para demonstrar esta assertiva, é necessário desenvolver os fundamentos da categoria trabalho. Sendo assim, o presente capítulo está dividido em duas partes: na primeira, desenvolvemos a discussão sobre o complexo do trabalho com base em Lukács e, na parte seguinte, analisamos o Estado nos diferentes modos de produção com base nas obras do próprio Marx além dos fundamentos históricos das obras de Engels, Perry Anderson e Leo Huberman. Entendendo que se faz necessária a compreensão histórica dessa categoria, que parte do processo real de produção da vida material que tem no trabalho a sua categoria fundante.

### 2.1 O ESTADO COMO COMPLEXO FUNDADO PELO TRABALHO

A partir de Lukács, compreendemos que Marx traz os fundamentos de uma nova e radical concepção de mundo, em que afirma ser o trabalho a categoria fundante do ser social. A partir da apreensão destas determinações onto-históricas, tentaremos esclarecer os desdobramentos desta categoria até o surgimento do Estado.

No Prefácio à *Contribuição para a crítica da economia política* Marx, analisando a estrutura ontológica do ser social, chega à seguinte conclusão:

Na produção social de sua existência, os homens estabelecem relações determinadas, necessárias, independentes da sua vontade, relações de produção que correspondem a um determinado grau de desenvolvimento das forças produtivas materiais. O conjunto destas relações de produção constitui a estrutura econômica da sociedade, a base concreta sobre a qual se eleva uma superestrutura jurídica e política e a qual correspondem determinadas formas de consciência social. O modo de produção da vida material condiciona o desenvolvimento da vida social, política e intelectual em geral. Não é a consciência dos homens que determina o seu ser; é o seu ser social que, inversamente, determina a sua consciência. (MARX, 2008, p. 47).

Marx, capturando a natureza própria do ser social (objeto), supera a concepção greco-medieval e a concepção moderna de conhecimento; com isto, sua concepção da história parte do processo real da produção material da vida em seu momento fundante que é o trabalho. Este momento está ligado à construção do ser social e de todas suas ações e representações, estando presente em todo o processo histórico-social.

Para Marx, o trabalho permite fazer a articulação entre o natural e o social e essa

integração se dá por meio de uma síntese que dá origem a um novo tipo de ser, o ser social. Os homens passam a se diferenciar dos animais no momento em que produzem seus meios de vida a partir do trabalho, porém existem animais que produzem alguns meios de vida. Contudo, a capacidade de generalização do conhecimento adquirido pelo homem a partir do trabalho permite que a reprodução do ser social se caracterize como uma produção permanente e incessante do novo e não como uma reposição do mesmo, que é o caso dos animais.

[...]. Pressupomos o trabalho numa forma em que pertence exclusivamente ao homem. Uma aranha executa operações semelhantes às do tecelão, e a abelha envergonha mais de um arquiteto humano com a construção dos favos de suas colmeias. Mas o que distingue, de antemão, o pior arquiteto da melhor abelha é que ele construiu o favo em sua cabeça, antes de construí-lo em cera. No fim do processo de trabalho obtém-se um resultado que já no início deste existiu na imaginação do trabalhador, e portanto, idealmente. (MARX, 1988, p. 142)

Mesmo com essa distinção entre natural e social, Tonet (2013) reforça que a consciência humana não deixa de ter uma base natural, pois ela é o resultado de um processo que tem suas bases no mundo orgânico, ou seja, cria-se sobre uma base natural, no mesmo momento em que se cria a realidade social objetiva. O intercâmbio humano com a natureza é, segundo Marx, uma lei eterna e necessária, porém, quando realizado esse salto em um processo complexo e de longa duração, o desenvolvimento não mais será caracterizado por leis naturais, mas, cada vez mais, por leis sociais. Como prova disto se verifica o fato de que a intervenção consciente do homem torna-se cada vez mais ampla em relação à sua base natural.

De acordo com Tonet (2013), ao contrário dos animais, que trazem em seu código genético as leis do seu desenvolvimento, o ser humano só pode desenvolver plenamente as suas potencialidades por meio da interação com os seus semelhantes.

A partir da constatação do caráter essencialmente social do indivíduo, é possível afirmar que o homem é sempre resultado do processo social. Como exemplo, Tonet (2013) afirma que as relações sociais sofrem mudanças substantivas com a entrada em cena da propriedade privada e das classes sociais. As classes sociais são o sujeito fundamental da história, e por isso mesmo, também, o sujeito fundamental do conhecimento.

A *nova ontologia*, fundada por Marx, consiste no reconhecimento do trabalho como categoria fundante do ser social, entendendo trabalho não como uma relação mercadológica, mas sim como uma interação do homem (social) entre e si e com a natureza (meio orgânico) e que nessa interação desenvolve suas relações de produção tendo em sua síntese a *práxis*. Esta compreensão foi possível a partir de uma análise histórica da realidade em que Marx lança

uma concepção radicalmente nova de mundo, ou seja, em busca da superação da exploração do homem pelo próprio homem.

O trabalho é a atividade que funda o ser social, mas não o esgota em si, pois a partir dele surgem outros complexos necessários para o seu desenvolvimento, como a educação, política, a ciência etc. São fundados pelo trabalho, porém possuem uma autonomia relativa e uma determinação recíproca, pois dialeticamente respondem às demandas do trabalho, apresentando novas demandas para a sociedade. Esses complexos, assim como o seu fundamento, são determinados historicamente, entre estes: a política nas sociedades de classe se expressa na forma de uma instituição que responde a essas demandas históricas, apresentando-se na forma de Estado. Conforme Tonet (2013, p. 4): “[...]. Deste modo, aqui se afirma que não é o Estado que funda a sociedade como sociedade, mas é a sociedade civil (o momento da articulação entre forças produtivas e relações de produção) que funda o Estado e o conjunto da sociedade”.

Engels, na obra *A origem da família, da propriedade privada e do Estado*, esclarece que o caráter histórico do Estado e sua dependência ontológica ao desenvolvimento das forças produtivas da humanidade, bem como sua autonomia relativa é fruto das contradições que a sociedade de classes impôs para o seu desenvolvimento ao longo da história. Segundo Engels (1979, p.191):

O Estado não é pois, de modo algum, um poder que se impôs a sociedade de fora pra dentro; tampouco é ‘a realidade da ideia moral’, nem ‘a imagem e a realidade da razão’, como afirma Hegel. É antes um produto da sociedade, quando esta chega a um determinado grau de desenvolvimento; é a confissão de que essa sociedade se enredou numa irremediável contradição com ela própria e está dividida em antagonismos irreconciliáveis que não consegue conjurar. Mas para que esses antagonismos, essas classes com interesses econômicos colidentes não se devorem e não consumam a sociedade numa luta estéril, faz-se necessário um poder colocado aparentemente por cima da sociedade, chamado a amortecer o choque e mantê-lo dentro dos limites da ordem. Este poder, nascido da sociedade, mas posto acima dela se distanciando cada vez mais, é o Estado.

Essas contradições (divisão social do trabalho, propriedade privada, família patriarcal) que levam ao surgimento do Estado, alienam a função social do indivíduo, levando-o a entender os seus interesses reais como separados dos interesses da comunidade. Fundado na realidade concreta, Marx e Engels vão afirmar que (2009, p. 47):

[...] é precisamente por essa contradição do interesse particular e do interesse comunitário que o interesse comunitário assume uma organização autônoma como Estado, separados dos interesses reais dos indivíduos e do todo, e ao mesmo tempo como comunidade ilusória, mas sempre sobre a base real dos laços existentes em todos os conglomerados de famílias e tribais – como de carne e sangue, de língua, de divisão do trabalho numa escala maior, e demais interesses -, e especialmente, como mais tarde desenvolveremos, das classes desde logo condicionadas pela divisão do

trabalho e que se diferenciam em todas essas massas de homens, e das quais uma domina todas as outras.

Independentemente das variadas formas que o Estado tome ao longo da história essa formação sempre será de dominação de uma classe sobre outra. Conforme Tonet (2018, p. 10), mesmo que este se apresente com uma aparente forma supraclassista, pretensamente voltada para o interesse comum só demonstra a sua autonomia relativa. Mas como não é o fundamento da sociedade, isso só demonstra que sua aparente universalidade é a forma necessária para exercer sua dominação de classe, inclusive ideológica.

Ainda segundo Engels (1979), tendo o Estado nascido com a função de conter o antagonismo de classes e os seus conflitos, logo este será o Estado da classe mais poderosa, detentora dos meios de produção e logicamente economicamente dominante. Com isso surgirão do Estado novas formas de repressão e exploração das classes oprimidas.

Assim, o Estado antigo foi, sobretudo, o Estado dos senhores de escravos para manter os escravos subjugados; O Estado feudal foi o órgão de que se valeu a nobreza para manter a sujeição dos servos e camponeses dependentes; e o modelo de Estado representativo é o instrumento de que se serve o capital para explorar o trabalho assalariado (ENGELS, 1979, p. 193-194)

Entende-se, assim, que o surgimento do Estado está ontologicamente ligado ao surgimento da propriedade privada e que estas categorias surgem na sociedade de classes com a intenção de legalizar e legitimar a exploração de uma classe sobre a outra. Diante desses fatos, e na tentativa de localizar historicamente o surgimento do Estado, Lessa e Tonet (2011, p. 53) afirmam que: “As primeiras sociedades baseadas na exploração do homem pelo homem foram as escravistas e as asiáticas”.

Diante do surgimento dessas formas de organização social, fundada na exploração de uma classe sobre outra, fez-se necessária a criação de novos complexos sociais. Dessa forma, o Estado se apresenta como a organização da classe dominante em forma de poder político. Segundo Lessa e Tonet (2011, p. 54):

[...] Tal poder apenas pode existir apoiando-se em um conjunto de instrumentos repressivos (exército, polícia, sistema penitenciário, funcionalismo público, leis etc.). Independente da forma que assuma e das formas de exercer o poder, segundo Marx, O Estado é, essencialmente, um instrumento de dominação de classe.

Os autores esclarecem que nas comunidades primitivas existia autoridade, mas não existia Estado, já que a autoridade era baseada em outras relações sociais (e não na exploração do trabalho), como aquelas baseadas na idade, sabedoria, experiência de vida, força física etc.

Pode-se destacar também, segundo Ponce (1982), que no momento em que surge a

propriedade privada e a sociedade de classes, surge também como consequência necessária a religião, a submissão da mulher ao homem, a autoridade paterna, a separação entre trabalhadores e sábios. Com isso a administração da riqueza produzida pela humanidade transformou-se no caminho para a opressão dos homens, e a direção no poder de exploração. Daí se apresenta o Estado como uma instituição com a função de defender a nova forma privada de adquirir riquezas, legalizando e legitimando a divisão da sociedade em classes e o direito da classe proprietária de explorar e dominar os que nada possuíam.

No próximo subitem discutiremos as expressões do Estado nas distintas sociedades de classes, pois, conforme Mészáros, o Estado é a expressão política do modo de produção ao qual corresponde.

## 2.2 O ESTADO NOS DIFERENTES MODOS DE PRODUÇÃO

Nesta seção, vamos descrever historicamente o desenvolvimento do Estado em cada modo de produção. Antes, porém, iremos expor nossa compreensão do que é modo de produção com intenção de enriquecer o debate. Segundo Dobb (1986), modo de produção para Marx não se referia apenas ao estado de desenvolvimento da técnica, esse é denominado como estágio de desenvolvimento das forças produtivas. Modo de produção é também a maneira pela qual se define a propriedade dos meios de produção e as relações sociais entre os homens, que resultam desse processo de produção em toda a sociedade.

De tal modo, pretendemos ressaltar a necessidade de entender o desenvolvimento histórico a partir do conhecimento sobre como os homens produzem sua riqueza em cada momento. Sobre isso, Marx e Engels (2009, p. 57-58) afirmam que:

Essa concepção da história assenta, portanto, no desenvolvimento do processo real da produção, partindo logo da produção material da vida imediata, e na concepção da forma de intercâmbio intimamente ligada a esse modo de produção e por ele produzida, ou seja, a sociedade civil nos seus diversos estágios, como base de toda a história, e bem assim na representação da sua ação como Estado, explicando a partir dela todos os diferentes produtos teóricos e formas da consciência – a religião, a filosofia, a moral etc. etc. – e estudando a partir destas o seu nascimento; desse modo, naturalmente, a coisa pode ser apresentada na sua totalidade (e por isso também a ação recíproca dessas diferentes facetas umas sobre as outras).

Entendendo que Marx se debruçou durante grande parte da sua vida à compreensão do modo de produção capitalista, qualquer definição dada aqui se daria de forma simplista, porém se faz importante dentro da perspectiva marxiana para compreensão e esclarecimento

do processo real de desenvolvimento histórico. Dessa forma seguiremos o debate.

Segundo Netto e Braz (2007), a articulação entre forças produtivas<sup>3</sup> e relações de produção<sup>4</sup> pode se denominar de modo de produção, entendendo que estas categorias são extremamente complexas e exigem uma análise rigorosa diante de suas variações ao longo da história. Ainda conforme os autores, os modos de produção não são resultados harmoniosos do desenvolvimento histórico-social, por mais que durem longos períodos históricos, atravessam grandes contradições e se transformam ao longo da história da humanidade. Afirmam ainda que “Cada modo de produção que a humanidade conheceu apresentou peculiaridades que os distinguiram dos demais” (NETTO, BRAZ, 2007, p. 61). Deve-se ter clareza que em cada modo de produção a relação entre estrutura e superestrutura se dá de formas particulares. Diante disso Netto e Braz (2007, p. 61), vão afirmar que:

[...] no modo de produção encontra-se a estrutura (ou base) econômica da sociedade, que implica a existência de todo um conjunto de instituições e de ideias com ela compatível, conjunto geralmente designado como superestrutura e que compreende fenômenos e processos extra-econômicos: as instâncias jurídico-políticas, as ideologias ou formas de consciência social.

Diante disso, reafirmamos a importância do aprofundamento acerca dos modos de produção para a compreensão do Estado, entendendo que este se encontra na superestrutura do modo de produção com a função de “organizar” a base econômica da sociedade, além de reproduzir outras instâncias que terão o mesmo papel no seu desenvolvimento.

Netto e Braz (2007) afirmam que a variação das leis que regem as atividades econômicas são um dos pontos importantes para a compreensão dos modos de produção; afirmam ainda que estas operam independentemente da consciência dos homens e do juízo que delas se façam, porém destacam que os homens não podem aboli-las, mas podem as conhecer para, utilizá-las em seu benefício.

Se entendermos o seu caráter complexo e tendencial diante de um ser social extremamente complexo, percebemos que uma ação consciente dos homens pode rompê-la e

---

<sup>3</sup> Conforme Netto e Braz (2007), por forças produtivas entende-se o conjunto dos seguintes elementos: meios de trabalho – tudo aquilo que se vale o homem para trabalhar (instrumentos, ferramentas, instalações etc.), bem como a terra, que é um meio universal de trabalho; objetos de trabalho – tudo aquilo (matérias naturais brutas ou matérias naturais já modificadas pela ação do trabalho) sobre o que incide o trabalho humano; força de trabalho – trata-se da energia humana que, no processo de trabalho, é utilizada para, valendo-se dos meios de trabalho, transformar os objetos de trabalho em bens úteis à satisfação de necessidades. A força de trabalho é a mais preciosa das forças produtivas: afinal, são os homens que, através do acúmulo de gerações, aperfeiçoam e inventam instrumentos de trabalho, descobrem novos objetos de trabalho, adquirem habilidades e conhecimentos.

<sup>4</sup> Segundo Netto e Braz (2007, p. 59), o trabalho é, por sua própria condição, um processo social, ainda quando realizado individualmente; as forças produtivas operam dentro das relações determinadas entre os homens e a natureza e entre os próprios homens. Realmente, as forças produtivas inserem-se em relações de caráter técnico e relações de caráter social, estreitamente vinculadas, e que constituem as relações de produção.

diante disso fica claro que não existem leis econômico-sociais que estejam acima da história da humanidade. Concluindo a discussão em torno das leis econômico-sociais, Netto e Braz (2007, p. 61) vão afirmar que:

Por isso mesmo, cada modo de produção apresenta leis que são peculiares, donde a decisiva descoberta de Marx conforme a qual cada época histórica, marcada pelo modo de produção nela dominante tem suas próprias leis de desenvolvimento.

Outro ponto importante, que se deve destacar, refere-se à possibilidade de transformação estrutural e substantiva de um modo de produção, determinada conforme Netto e Braz (2007, p. 62)

[...] pela falta de correspondência entre as forças produtivas e as relações de produção. Quando a dinâmica das forças produtivas entra em contradição com as relações de produção e estas se tornam um freio para o desenvolvimento das forças produtivas, o modo de produção pode ser implodido.

Diante deste breve esclarecimento sobre a categoria *modo de produção*, passaremos, então, a desenvolvê-los em seus momentos históricos com a intenção de apontar como o Estado se organizava em cada um.

### **2.2.1 O Estado no modo de produção escravista**

Chegamos assim ao momento de expor a estrutura do modo de produção escravista e a função do Estado. Ao longo da seção desenvolveremos as problemáticas que compõe a formação histórica desse período, elencamos suas principais características e os elementos que dizem respeito à formação do Estado.

Na Grécia heroica<sup>5</sup> podemos perceber a decadência das relações gentílicas<sup>6</sup> e a entrada em cena do direito paterno por herança; iniciando a legitimação da acumulação de riqueza que, posteriormente, será a base da nobreza que se constituirá enquanto classe dominante e colocará um fim nas relações gentílicas. O roubo e a violência passam a se justificar com o processo de acumulação de riqueza colocado acima das tradições comunistas da gens. Sobre isso, Engels (1979, p. 119-120) afirma que:

---

<sup>5</sup> Período anterior a formação do Estado grego clássico em que as comunidades creditavam sua descendência aos deuses. Um semideus nascido da relação entre um humano e um deus dava seu nome como marca para determinada região por várias gerações, mesmo sem possuírem grau de parentesco.

<sup>6</sup> São as relações que surgem entre as “gens”. As gens são grupos organizados a partir de uma descendência comum, matrilinear ou patrilinear. Formam assim comunidades que se unem através de instituições sociais e religiosas. Esta forma de organização social estava presente em todas as comunidades indígenas da América no período da chegada dos europeus.

Faltava apenas uma coisa: uma instituição que não só assegurasse as novas riquezas individuais contra as tradições comunistas da constituição gntilica, que não só consagrasse a propriedade privada, antes tão pouco estimada, e fizesse dessa consagração santificadora o objetivo mais elevado da comunidade humana, mas também imprimisse o selo geral do reconhecimento da sociedade às novas formas de aquisição da propriedade, que se desenvolviam umas sobre as outras – a acumulação, portanto, cada vez mais acelerada, das riquezas –; uma instituição que, em uma palavra, não só perpetuasse a nascente divisão da sociedade em classes, mas também o direito de classe possuidora e o domínio da primeira sobre a segunda.

E o autor conclui categoricamente (1979, p. 120): “E essa instituição nasceu. Inventou-se o Estado”. Desse modo percebemos a gênese de órgãos como força pública armada em defesa de “autoridades governamentais”, características que não existiam nas comunidades gntilicas e fazem com que a civilização se apresente como “inventora” do Estado.

Nas sociedades escravistas devemos destacar primeiramente a existência de duas classes sociais antagônicas: os senhores e os escravos. Segundo Lessa e Tonet (2011), o grande aumento no número de escravos no Império Romano, chegando ao número de setecentos escravos para cada senhor, demandou das classes dominantes formas de dominação repressiva diante de uma possível revolta por parte dos escravos. A saída encontrada por eles foi a contratação de grandes exércitos, que devido às altas despesas obrigou os senhores a dividirem esses gastos entre si. Com a função de arrecadar e administrar o dinheiro que manteria o exército a serviço dos senhores, surgem os funcionários públicos.

Junto com as contradições existentes entre senhores e escravos, além da cobrança de impostos para manutenção do exército, surge também o Direito formal, com a função de legitimar a exploração de uma classe sobre a outra. Lessa e Tonet (2011, p. 58) afirmam ainda que: “O conjunto dos funcionários públicos, somando aos instrumentos de repressão dos escravos (exército, polícia, prisões etc.) e ao Direito é o Estado”. E concluem ressaltando que: “Foi assim que tal como no modo de produção asiático, as sociedades escravistas também desenvolveram o Estado e o Direito”.

A Antiguidade greco-romana sempre constituiu um universo centrado nas cidades, desenvolvendo a política, o direito, a filosofia, a administração e o recrutamento militar de maneira inimaginável. Porém, Anderson (2016, p. 22) ressalta que isso não passava de uma fachada ilusória, pois:

[...]. Por trás dessa organização política e de dessa cultura urbana não havia uma economia urbana equiparável. Ao contrário, a riqueza material que sustentava essa vitalidade cívica e intelectual provinha esmagadoramente do campo.

Ou seja, diante de toda a riqueza cultural dentro das cidades estava a maciça produção do campo como sustentação material, fornecendo toda a sua riqueza para o desenvolvimento da vida material da cidade. As manufaturas nas cidades nunca tiveram um predomínio econômico, pois estas estavam nas mãos dos proprietários de terras.

Conforme Anderson (2016, p. 24): “O modo de produção escravista foi a invenção decisiva do mundo greco-romano, proveu as bases definitivas, tanto para suas realizações quanto para o seu eclipse”.

Foi com as cidades-estados gregas que a escravidão se tornou absoluta na forma de dominação do trabalho, transformando segundo Anderson (2016, p. 25) “[...] o que antes era um recurso auxiliar em um modo de produção sistêmico”. Ou seja, a forma de exploração do trabalho escravo que passou a ser a base material de sustentação de todo o Estado na Antiguidade. Deve-se ressaltar também que durante a Antiguidade houve diferentes modos de produção, porém o modo de produção que possibilitou governar a complexa articulação da economia local por toda a Antiguidade e se estendendo ao Império Romano foi a escravidão.

A formação de uma superpopulação escrava permitiu a civilização grega a elevação do seu nível de liberdade jurídica para a elite. Anderson (2016, p. 27) afirma que: “A liberdade e a escravidão helênicas eram indivisíveis: uma era condição estrutural da outra[...]”. Neste cenário surgem profundas mudanças jurídicas, sociais e ideológicas, consolidando, deste modo, as civilizações greco-romanas no avanço econômico do modo de produção escravista.

Apreendendo a estrutura e a dinâmica dessas sociedades, vemos que a supremacia da cidade sobre o campo na Antiguidade só foi possível pela existência do trabalho escravo no interior, dando as condições materiais para que os proprietários rurais se afastassem de suas “raízes” e se desenvolvessem enquanto cidadãos essencialmente urbanos. Sobre os elementos que permitiram aos proprietários essa vida urbana Anderson (2016, p. 28) afirma que:

Era típico do modo de produção escravista plenamente desenvolvido no campo romano que até mesmo as funções administrativas fossem delegadas a feitores e supervisores escravos, que punham turmas de escravos para trabalhar nas lavouras. A herdade escravista, ao contrário da propriedade feudal, permitia uma disjunção permanente entre residência e renda: o excedente que proporcionava fortunas para a classe proprietária podia ser extraído sem sua presença na terra.

Esse processo de elevar as funções do escravo para funções administrativas que em alguns casos seriam libertos e tornados cidadãos não fazia parte de um processo humanitário da classe dominante, mas sim um modo de reforçar a sua abstenção a qualquer forma de trabalho produtivo, mesmo que de tipo administrativo.

Sobre o significado social do trabalho escravo para essas civilizações, Anderson (2016,

pp. 28-29) declara que:

Por um lado, a escravidão representava a maior e mais radical degradação do trabalho rural que se possa imaginar – a conversão de homens em meios inertes de produção, ao privá-los de todo e qualquer direito social e compará-los legalmente a animais de carga: na teoria romana, designava-se o escravo agrícola como instrumento que fala, um grau acima do gado, que constituía o *instrumentum semi-vocale*, e dois acima das ferramentas, que eram *instrumentum mutum*. Por aoutro lado, a escravidão era, simultaneamente, a mais drástica comercialização urbana do trabalho que se podia conceder: a total redução da pessoa do trabalhador a um objeto padronizado de compra e venda nos mercados metropolitanos de troca de mercadorias.

Anderson (2016, p.29) elucida ainda que:

Assim, a escravidão era a articulação econômica que unia campo e cidade, com desmensurados benefícios para a polis. Além de manter a agricultura escravista, que possibilitava o dramático distanciamento entre a classe dominante urbana e as suas origens rurais, ela promovia o comércio interurbano complemento dessa agricultura do mediterrâneo. Os escravos, entre outras vantagens, eram uma mercadoria eminentemente móvel em um mundo onde os gargalos do transporte eram centrais para a estrutura de toda a economia.

As relações de produção escravista impuseram limites ao desenvolvimento das forças produtivas inerentes à sua forma de exploração e em determinado momento tenderam a paralisar a produtividade tanto no campo quanto na cidade. Segundo Anderson (2016), considerando os limites dos meios de trabalho, houve alguns melhoramentos técnicos da produção, porém não abrangendo um conjunto de transformações técnicas que impulsionasse as forças produtivas para outra forma de produção qualitativamente nova. Sobre essa questão Anderson (2016, p. 31) esclarece que:

Uma vez que o trabalho manual ficou profundamente associado à perda da liberdade, não houve mais uma razão social livre para a invenção. Os efeitos sufocantes da escravidão sobre a técnica não foram simples consequência da baixa produtividade média do trabalho escravo em si, tampouco do volume de seu uso: eles afetaram sensivelmente todas as formas de trabalho.

O Estado antigo ergue-se e sustenta-se ideologicamente com uma visão negativa do trabalho como foi descrito anteriormente, representando o ideal do modo de produção escravista. Diante dessa “desvalorização” do trabalho manual, Anderson (2016, p. 32) afirma que: “O divórcio entre o trabalho material e a esfera da liberdade era tão rigoroso que os gregos não tinham em seu idioma uma palavra para expressar o conceito de trabalho, nem como função social, nem como conduta pessoal”.

Dessa forma, era inerente a essas civilizações o seu caráter colonialista onde a ascensão das cidades-estados estava diretamente ligada à guerra, à pilhagem, a cobrança de

tributos e à acumulação de escravos. Estas conquistas representavam os objetivos centrais do seu engrandecimento. Conforme Anderson (2016), esses eram os meios e também a finalidade da expansão colonial.

Em determinado momento histórico, com o aumento do número de escravos e a expansão do Império, diminuía-se a eficiência do Estado, que crescia não só com o número de funcionários, mas também com o aumento da corrupção e toda a riqueza conquistada e produzida já não era suficiente para manter essa estrutura funcionando.

Segundo Lessa e Tonet (2011, p. 59),

Esse processo de decadência era impulsionado pelas contradições geradas pelo próprio crescimento do escravismo, e não pela presença de uma classe revolucionária que possuísse um projeto alternativo global para a sociedade.

E concluem afirmando que (2011, p. 59): “Sem a presença de uma classe revolucionária, a transição do escravismo ao feudalismo ocorreu de forma lenta e caótica, demorando mais de três séculos para se completar”.

### **2.2.2 O Estado no modo de produção feudal**

Segundo Anderson (2016), o modo de produção feudal surge gradualmente da decomposição do decadente modo de produção escravista do Império Romano com o modo de produção dos invasores germânicos que também passava por uma decomposição diante das novas conquistas e da adaptação a essas novas terras que eram dominadas de maneira radicalmente distintas das suas.

Com a fragmentação do Império Romano ruiu toda sua estrutura de produção e, com isso, desaparece o comércio, base econômica do modo de produção escravagista. Diante dessas questões, a nova forma de organização social exigia autossuficiência, não só pela distância entre as localidades, mas também pela destruição das cidades e do comércio. Diante desses impasses, Lessa e Tonet (2011, p. 61) afirmam que: “houve uma regressão na produção, na cultura e na sociedade”. Esse retrocesso, ainda segundo os autores, pode ser considerado paradoxalmente um salto, um avanço, na medida em que aboliu o escravismo e colocou em cena o modo de produção feudal.

A relação entre senhores e servos consistia na produção essencialmente agrária realizada pelos servos nas terras do feudo. A maior parte da produção era destinada aos senhores, porém os servos possuíam suas próprias ferramentas e parte da produção que lhes

era destinada. Desse modo, em longo prazo, torna-se possível perceber um avanço das técnicas de produção, possibilitada pelo interesse dos servos em sua parcela da produção. Isto posto, Lessa e Tonet (2011, p. 62) apontam que: “De imediato foi sem dúvida alguma uma regressão; mas em médio e longo prazos foi a condição indispensável para que a humanidade continuasse a desenvolver as forças produtivas, isto é, as capacidades humanas para transformar a natureza”.

Para Anderson (2016), o feudalismo existiu como um modo de produção dominado pela terra e por uma economia natural, em que nem o trabalho nem os produtos do trabalho eram mercadorias. O produtor imediato – o camponês – estava ligado ao meio de produção – o solo – por uma relação social bem específica.

A propriedade agrária era controlada por uma classe de senhores feudais que extraíam o excedente dos camponeses por meio de relações político-legais de coação. (ANDERSON, 2016) Essa coação assumia diferentes aparências e poderia se dar com serviços prestados, pagamentos de dívidas em espécie etc. As cobranças se davam não só nas terras do senhor como também nas pequenas porções de terras cultivadas pelos camponeses. O resultado inevitável, ainda de acordo com Anderson (2016, p. 166), “[...]foi um amálgama jurídico entre exploração econômica e autoridade política”. Desse modo o camponês estava amplamente submetido à jurisdição do senhor e o direito a propriedade do senhor estavam resguardados por questões hierárquicas.

Por conta dessa forma de dominação, a soberania política nunca se concentrou em um único ponto. As funções do Estado se desintegram em diversas alianças com vários níveis hierárquicos, porém, as relações econômicas e políticas faziam com que essas inerentemente voltassem a se integrar. “Esse parcelamento da soberania constituiria todo o modo de produção feudal.” (ANDERSON, 2016, p. 166)

Anderson (2016, p. 167-168) na tentativa de esclarecer como se davam essas relações aponta que:

Dentro das terras senhoriais, as relações de produção eram mediadas por um estatuto agrário dual. Mais que isso, muitas vezes havia um descompasso ainda maior entre a justiça a qual os servos se sujeitavam nas cortes de seu senhor e as jurisdições senhoriais sobre o território. No mais das vezes, os domínios não coincidiam com um único povoado estavam, em vez disso, distribuídos por vários vilarejos diferentes; assim, sobre uma mesma vila podia se entrecruzar uma multiplicidade de posses senhoriais diversas.

Nessa pluralidade de instâncias, a classe camponesa da qual se extraía o excedente sobrevivia a um mundo de poderes que se sobrepunham e ao mesmo tempo criavam desigualdades, impossibilitando, como não poderia deixar de ser, um sistema jurídico e

econômico mais unificado.

Porém, o parcelamento das soberanias feudais acabou por favorecer o desenvolvimento das cidades medievais de uma maneira autônoma, dentro de uma economia agrária. Para Anderson (2016, p. 168) “[...] as paradigmáticas cidades medievais que praticavam o comércio e a manufatura eram comunas autogovernadas com autonomia política e militar frente a nobreza e a igreja”.

Sobre a oscilação inerente a hierarquia feudal Anderson (2016, p. 169) vai afirmar que:

[...] o monarca era um suserano feudal de seus vassallos, aos quais estava ligado por laços recíprocos de fidelidade, e não um soberano supremo colocado acima de seus súditos. Seus recursos econômicos provinham quase exclusivamente de seus domínios pessoais como senhor, e suas reivindicações sobre os vassallos tinham uma natureza essencialmente militar.

Dessa forma, o monarca não possuía todo o poder sobre toda a população, pois essa dominação era subdividida através de inúmeros acordos de vassalagem. Porém, uma organização política de poderes estratificados (legislativo, judiciário e executivo) jamais chegou a existir, por ser incompatível com o modo de produção feudal. Verifica-se, portanto, um tipo de organização em que prevalece a ausência de um mecanismo real de integração no topo do sistema feudal, o que imporia uma ameaça permanente à sua estabilidade e sobrevivência. A fragmentação do poder seria incompatível com a própria unidade de classe da nobreza, pois uma possível fragmentação do poder romperia com toda a lógica do modo de produção feudal e ameaçaria os privilégios sobre o qual repousava a classe dominante.

Contraditoriamente, a monarquia feudal jamais se reduziu à suserania do rei, como atesta Anderson (2016, p. 170):

[...] ela sempre existiu em um âmbito político-ideológico situado além das relações de vassalagem[...], porém se fez necessário um poder simbólico e de coalizão acima de toda a sociedade na figura do rei e em determinados momentos na figura da própria Igreja para a sustentação do modo de produção feudal. “[...]Ao mesmo tempo, verdadeiro poder régio sempre teve de ser afirmado e imposto contra a corrente espontânea da organização política feudal como um todo, em uma luta constante para estabelecer uma autoridade ‘pública’ fora da compacta rede de jurisdições privadas[...].

Nesse contexto, o modo de produção feudal do ocidente produziu em sua estrutura um Estado contraditório e ao mesmo tempo dinâmico diante das condições que estavam postas para o seu desenvolvimento. Conforme Anderson (2016, p. 171):

Logicamente, tal sistema político impediu a existência de uma burocracia extensa e dividiu as funções de dominação de classe sob uma forma nova. Pois, por um lado, o parcelamento da soberania no início da Europa Medieval acarretou a constituição de uma ordem completamente separada.

E é dessa forma que a Igreja se torna uma instituição eminentemente autônoma e fonte única de autoridade religiosa. “Por causa da dispersão da coerção que marcou o feudalismo ocidental nascente, a Igreja podia defender seus próprios interesses corporativos a partir de redutos territoriais e, se necessário, com força armada.” (ANDERSON, 2016, p. 171)

O resultado dos conflitos entre religiosos e senhores leigos levou a uma divisão na estrutura da legitimidade feudal. Com isso o governo secular se tornou em essência, o exercício da justiça; esta representaria a modalidade central do poder político. O parcelamento da soberania feudal não permitia qualquer forma de poder executivo no sentido administrativo permanente de imposição de lei como no Estado moderno. Anderson ressalta ainda (2016, pp. 171-172)

Além disso, na ausência de qualquer burocracia pública, inevitavelmente assumiu a administração e a coerção locais – com poderes de policial, multar, vigiar e cobrar impostos. Assim, é sempre necessário lembrar que a “justiça” medieval na prática incluía um leque de atividades muito maior que o da justiça moderna, pois ocupava estruturalmente uma posição muito mais central no conjunto do sistema político. Era esse o nome do poder.

Nosso movimento aqui foi expor brevemente sobre a dinâmica e o desenvolvimento do feudalismo na Europa, descrevendo a sua estrutura de poder político representado por um parcelamento da soberania entre suseranos e vassalos, representando assim uma forma de Estado medieval. Esta estrutura exercia a dominação através da propriedade da terra, além dos aparatos militares. Buscaremos expor agora o progresso econômico que se deu até o final do século XIII e marcou o ressurgimento das cidades na Europa medieval.

Segundo Anderson (2016), o feudalismo, por volta do século XIII, já havia criado uma civilização unificada e desenvolvida. Esse avanço foi possibilitado por progressos técnicos que aumentaram consideravelmente a produção no campo: o arado de ferro, o moinho de água e os adubos de calcário estavam entre os principais. Porém o autor vai destacar também que essas técnicas só foram difundidas por toda a Europa posteriormente, quando as relações sociais feudais se desenvolveram nos campos. De acordo com Anderson (2016, p. 207): “É na dinâmica interna do modo de produção em si – e não no advento de uma nova tecnologia que foi uma de suas expressões materiais – que se deve procurar o motor fundamental do progresso agrícola”.

Apesar da clareza em diversos momentos do texto, deve-se reforçar que grande parte dessa tecnologia era concentrada nas mãos da classe dominante, ou seja, eram utilizadas para o desenvolvimento da produção nas terras do senhor feudal. Por outro lado, o campesinato

também se interessava pelo aumento e o desenvolvimento da produção, pois ficava com parte da produção. Além do interesse para o aumento da produção por parte da nobreza que era favorecida por tal crescimento.

Sobre a organização e divisão do tempo de trabalho do servo como fundamental para o desenvolvimento da produção, podemos afirmar que o camponês trabalhava até três dias por semana nas terras senhoriais e nesse período além da produção exigida cumpria também diversas obrigações adicionais e assim teria livre o resto da semana para se dedicar ao aumento da produção em suas próprias faixas de terra, da qual parte da produção seria utilizada para pagar tributos ao senhor feudal e à Igreja.

Reafirmando essa questão Marx, conforme Anderson (2016, p. 209), observa que: “[...] a produtividade dos outros dias da semana, que estão à disposição do produtor direto, é uma grandeza variável que deve se desenvolver no curso de sua experiência [...]. Aqui se apresenta a possibilidade para um claro desenvolvimento econômico”.

Conforme Anderson (2016, p.210) devemos destacar que:

As decorrentes melhorias nos equipamentos, técnicas tenderam a reduzir a demanda por mão de obra nas reservas senhoriais, permitindo um aumento correspondente do trabalho nos lotes camponeses. Ao mesmo tempo, à medida que a população crescia com a expansão da economia medieval, o tamanho médio das porções camponesas diminuía constantemente por causa da fragmentação, caindo de algo em torno de quarenta hectares no século IX para oito ou doze no século XIII.

Houve também vários conflitos de classe, lutas constantes entre servos revoltados com o confisco da produção e com a perda de terras comunais. As formas de resistência camponesa eram variadas com apelos a justiça pública, descumprimento coletivo das prestações de serviços, artimanhas na pesagem da produção e na medição de terras. Porém, mais uma vez podemos reforçar aqui o caráter de classe do Estado, quando a saída encontrada pela classe dominante foi recorrer à legitimação (através da criação de leis públicas) de novas obrigações, além da violência coercitiva, visando garantir o aumento das rendas e a tomada de terras comunais.

Enfim, a expansão territorial almejada pelos senhores e realizada pelos servos que acreditavam ter assim mais acesso à terra e junto a isso ao desenvolvimento das técnicas de cultivo e plantio que o modo de produção feudal desenvolveu chega a seu auge no século XIII e foi no meio desse crescimento que após o longo período da idade das trevas que as cidades voltaram a prosperar, surgindo como centros de manufaturas e ponto de encontro para comercialização e distribuição de mercadorias. Anderson (2016, p. 214) afirma que: “Não se pode separar a ascensão desses enclaves da latência agrária que os cercava”.

Assim, as cidades medievais surgem amparadas por senhores feudais interessados no lucro da distribuição das mercadorias para mercados antes não explorados. Dessa forma, em pouco tempo as cidades medievais conquistam uma autonomia relativa. Administradas por antigos intermediários feudais ou prósperos mercadores e manufactureiros, mas, ainda assim, reproduzindo a lógica do modo de produção feudal. Conforme Anderson (2016, p. 215): “O padrão de governo municipal variava conforme o peso relativo da atividade ‘manufatureira’ ou ‘mercantil’ nas cidades em questão”.

Segundo Huberman (1970), as regras da administração das cidades medievais estavam amparadas sobre o “costume do feudo”, que poderíamos comparar com as legislações do período moderno, porém não havia a centralização de um poder que se encarregasse de tudo. Afirma ainda que: “A organização, no todo, baseava-se num sistema de deveres e obrigações do princípio ao fim. A posse da terra não significava que pudéssemos fazer dela o que nos agradasse, como hoje. A posse implicava deveres que tinham que ser cumpridos”. (Huberman, 1970, p. 18)

O desenvolvimento das cidades e o retorno da circulação do dinheiro deu aos artesãos a oportunidade de se organizarem em corporações e viver do seu próprio ofício. “O açougueiro, o padeiro e o fabricante de velas foram então para a cidade e abriram uma loja”. (Huberman, 1970, p. 62). Estas mudanças no mundo do trabalho mudaram concretamente a sociedade feudal, ainda não radicalmente como veremos mais adiante.

Sobre essas mudanças Huberman (1970, p. 63) enfatiza que:

É importante compreender essa nova fase da organização industrial. As mercadorias, que antes eram feitas não para serem vendidas comercialmente, mas apenas para atenderem as necessidades de casa, passaram a ser vendidas num mercado externo. Eram feitas por artesãos profissionais, donos tanto da matéria prima como das ferramentas utilizadas para trabalhá-las. Hoje os trabalhadores da indústria não são donos da matéria-prima nem das ferramentas. Não vendem o produto acabado, mas a força do trabalho.

Não podemos afirmar que as cidades medievais surgiram como algo exterior e independente da dinâmica rural da economia feudal, pois a fusão entre economia e organização política característica do modo de produção feudal não se limitava apenas à extração do excedente agrícola, pois a lógica determinante desse modo de produção se estendia às cidades.

As oligarquias patrícias que governaram as cidades também se utilizaram da força militar e da coerção para explorar a força de trabalho dos camponeses de terras vizinhas, territórios estes que se acoplavam as cidades através destas conquistas. Isso não as caracterizava como antifeudais, pelo contrário, tornaram-se centros urbanos que reproduziam

a forma de dominação feudal. Além disso, como já comentamos anteriormente, tornaram-se extremamente importantes para o desenvolvimento econômico, pois facilitaram a distribuição das mercadorias produzidas nas terras senhoriais e também retomou o domínio marítimo para a Europa feudal.

Reafirmando essa questão, Anderson (2016, p.218) descreve que:

A condição estrutural da possibilidade desse poder e prosperidade urbana foi, como vimos, o parcelamento da soberania, peculiar ao modo de produção feudal da Europa. Somente isso permitiu a autonomia política das cidades e sua emancipação ante o controle imediato do senhor ou monarca[...].

As cidades medievais permitiam que a concentração da cultura e da economia feudal se configurassem assim como centrais para o desenvolvimento da ordem vigente. O ressurgimento das cidades medievais como grandes centros comerciais acontece ao tempo que as barreiras e os limites da produção feudal começam a se mostrar mais frequentes entre o século XIII e XIV. Estes limites levaram a uma crise que teria fim com a ascensão do capitalismo. Para Anderson (2016, p.223),

[...] a determinante mais profunda dessa crise geral provavelmente se encontra em um 'travamento' dos mecanismos de reprodução do sistema nas fronteiras de duas capacidades feudais.

A população continuava a crescer, enquanto a produção diminuía nas terras ainda disponíveis. Mesmo com a utilização das técnicas existentes, o avanço da produção esbarrou em uma crise da própria forma de reprodução social da sociedade medieval; a aceleração da produção só deteriorava cada vez mais a terra. Ou seja, o modo de produção feudal chagava aos seus limites finais.

Essa crise agravada na produção fez com que os produtos manufaturados das cidades se tornassem cada vez mais caros (devido ao maior valor agregado pela manufatura) enquanto os produtos do campo perdiam valor. Nesse período, por volta do século XIII, estas manufaturas eram essenciais para os costumes da nobreza feudal, que como descreve Anderson (2016, p. 226). “[...] esse foi o período de maior ostentação da nobreza feudal”.

A contradição entre a crise na produção causada pelos limites técnicos de exploração da terra e extração de minérios fez com que os nobres buscassem recuperar suas riquezas com as pilhagens, o que vai desembocar em grandes conflitos do período como a guerra dos cem anos e a guerra das duas rosas. Conflitos estes que abalaram os principais países da Europa, vitimizandando, sobremaneira, a população civil. Afirma ainda Anderson (2016, p. 227) que:

“Para completar esse panorama desolador, a crise estrutural foi agravada por uma catástrofe conjuntural: a invasão da Peste Negra, vinda da Ásia, em 1348”. Anderson (2026, p. 228) continua:

Esses desastres acumulados desencadearam uma desesperada luta de classes pela terra. A classe nobre, ameaçada pelas dívidas e pela inflação, agora se deparava com uma força de trabalho hostil e decrescente. Sua reação imediata foi tentar recuperar seu excedente prendendo o campesinato à terra ou baixando os salários na cidade e no campo. Os Estatutos dos Trabalhadores decretados na Inglaterra entre 1349 e 1351, logo depois da Peste Negra, estão entre os programas de exploração mais explícitos e estarrecedores de toda a história da luta de classes na Europa.

Apesar de alguns historiadores negarem a existência de um Estado durante a Idade Média, porém, parafraseando Marx afirmando que o Estado nada mais é que um comitê de dominação de uma classe sobre outra, fica claro como a nobreza feudal e o alto clero organizados em poder político não só durante toda a Idade Média, mas, mais claramente neste momento de crise atacou violentamente a classe produtora de riqueza com aumento da taxaço sobre a produço, aumento do tempo de trabalho nas terras senhoriais, além da tomada de terras comunais. A lei se adapta a propriedade e não o contrário. Dessa forma explodiram revoltas por toda a Europa, reforçando a máxima que: “A história de todas as sociedades até agora tem sido a história das lutas de classe”. (MARX, ENGELS, 2008, p. 8).

Todas as revoltas das classes exploradas foram politicamente derrotadas e violentamente reprimidas. Entretanto, deve-se destacar que tiveram um profundo impacto sobre o resultado final da grande crise do feudalismo na Europa ocidental.

Segundo Anderson (2016, p. 230-231) deve-se ter clareza que:

[...] a “feição” característica da crise de um modo de produção não é aquela que em que vigorosas forças (econômicas) de produção explodem triunfalmente em meio a retrógradas relações (sociais) de produção, estabelecendo de pronto uma sociedade e uma produtividade mais elevadas sobre suas ruínas. Ao contrário, as forças de produção normalmente tendem a enguiçar e retroceder dentro das relações de produção vigentes; estas, então têm de ser radicalmente transformadas e reordenadas antes que novas forças de produção possam ser criadas e combinadas em um modo de produção globalmente novo.

Assim sendo, entendemos que com a grave crise do feudalismo os desdobramentos que se apresentaram não foi uma rápida saída da crise, principalmente para os servos que nesse período já começavam a se amontoar nas cidades, sem as mínimas condições de sobrevivência. As saídas apresentadas não trouxeram novas tecnologias que desenvolveram a produção, ao contrário, geraram uma profunda crise e grandes alterações sociais no campo. O desenvolvimento que viria a responder essa crise só surge em um intervalo de tempo considerável.

É importante ressaltar que a articulação dual do modo de produção feudal, que permitia certa autonomia ao desenvolvimento e administração das cidades, foi fundamental para os desdobramentos das lutas de classes no setor rural. Conforme Anderson (2016, p. 232):

Além disso, o papel das cidades nas revoltas camponesas da época não se limitou a seus efeitos destrutivos sobre a ordem senhorial tradicional na vizinhança. Muitas cidades apoiaram e ajudaram ativamente as rebeliões rurais de alguma maneira, fosse a partir da incipiente simpatia popular vinda de baixo ou das interesseiras estratégias patricias vindas de cima.

As cidades que representavam os grandes centros comerciais, influenciaram de forma objetiva e subjetiva no caráter das grandes revoltas camponesas. Além disso, também foram basilares na fuga dos servos do campo, tornando-a possível.

Após expormos as bases históricas do modo de produção feudal pretendemos dar continuidade, na seção seguinte, com a discussão e as relações existentes entre o surgimento do Estado Absolutista; a destruição do sistema de corporações vinculada ao surgimento de uma burguesia nacional; além das leis de cercamentos de terras que expulsaram a maior parte do campesinato de suas terras criando, assim, o exército de trabalhadores que a indústria necessitava para se desenvolver. Tudo isso legitimado pelos Estados nacionais que se formavam pela Europa. Dessa forma, pretendemos devolver as bases do modo de produção capitalista.

Para fundamentar esta questão utilizaremos a o capítulo XXIV da obra *O capital: A assim chamada acumulação primitiva*, por vermos como fundamental a compreensão desse processo que Marx (1984, p.262) define como: “[...] nada mais que o processo histórico de separação entre produtor e meio de produção. Ele parece como ‘primitivo’ porque constitui a pré-história do capital e do modo de produção que lhe corresponde”.

Dessa forma nos parece crucial o conhecimento acerca desse processo histórico para pensarmos a formação do Estado capitalista numa perspectiva marxiana. Marx (1984, p.262) afirma ainda que: “A estrutura econômica da sociedade capitalista proveio da estrutura econômica da sociedade feudal. A decomposição desta liberou os elementos daquela”.

### **2.2.3 O Estado no modo de produção capitalista**

“A legenda do pecado original teológico conta-nos, contudo, como o homem foi condenado a comer seu pão com o suor de seu rosto; a história do pecado original econômico, no entanto, nos revela por que há gente que não tem necessidade disso”. (MARX, 1984, p. 261)

Ainda durante a Idade Média, a burguesia inicia seu desenvolvimento econômico

como podemos perceber com o surgimento das cidades. Mercadores de diversas regiões se encontravam para comercializar suas mercadorias nestes grandes centros. Com isso novas rotas comerciais surgem ligando cada vez mais os mercadores a outras regiões do mundo, como a América, a África e as Índias. Contudo, somente essas questões não explicam o desenvolvimento do modo de produção capitalista que levou à Revolução Industrial (1776-1830). Tentaremos expor como a expropriação das terras feudais pela nascente indústria têxtil torna-se o motor do capitalismo, consolidando a burguesia ascendente enquanto classe economicamente dominante, representada pelo poder político do soberano que utiliza as forças do Estado para a consolidação dos Estados Nacionais, ou seja, do Estado Moderno burguês.

Esse novo modo de produção exigia uma nova organização da exploração do trabalho, o trabalho assalariado; separando o produtor direto dos meios de produção e de subsistência tornado-os meros vendedores de força de trabalho. Todo esse movimento fez parte de um longo processo histórico que Marx (1984) denomina como “período de acumulação primitiva de capital”.

Diante dessas questões acerca do surgimento do modo de produção capitalista Marx, (1984, p. 262) vai afirmar que:

Dinheiro e mercadoria, desde o princípio, são tão pouco capital quanto os meios de produção e de subsistência. Eles requerem sua transformação em capital. Mas essa transformação mesma só pode realizar-se em determinadas circunstâncias, que se reduzem ao seguinte: duas espécies bem diferentes de possuidores de mercadorias tem de defrontar-se e entrar em contato; de um lado, possuidores de dinheiro, meios de produção e meios de subsistência, que se propõe a valorizar a soma-valor que possuem mediante compra de força de trabalho alheia; do outro, trabalhadores livres, vendedores da sua própria força de trabalho e, portanto, vendedores de trabalho.

Segundo Marx, o trabalhador somente pode dispor de sua pessoa depois que deixou de estar vinculada à servidão feudal, e para ser livre vendedor da sua força de trabalho (se houvesse quem comprasse) precisava escapar dos domínios das corporações e seus regulamentos. Por isso, a narrativa burguesa da história coloca esse movimento histórico que transforma os servos em trabalhadores assalariados como simples momento de libertação da servidão e da coação corporativa. No entanto, Marx revela que (1984, 262)

Por outro lado, porém, esses recém-libertados só se tornam vendedores de si mesmos depois que todos os seus meios de produção e todas as garantias de sua existência, oferecidas pelas velhas instituições feudais, lhes foram roubadas. E a história dessa sua expropriação está inscrita nos anais da humanidade com traços de sangue e fogo.

O ponto de partida para todo o desenvolvimento que produziu uma grande massa de trabalhadores com apenas sua força de trabalho como forma de sobrevivência foi a superação da servidão do trabalhador. Porém, segundo Marx (1984, p.264), o que mudou foi apenas a forma da exploração de feudal para capitalista.

Uma massa de proletários livres como os pássaros foi lançada no mercado de trabalho pela dissolução dos séquitos feudais [...]. Embora o poder real, ele mesmo um produto do desenvolvimento burguês, em sua luta pela soberania absoluta tenha acelerado violentamente a dissolução desses séquitos, ele não foi, de modo algum, sua única causa [...] A velha nobreza feudal fora devorada pelas grandes guerras feudais; a nova era uma filha de seu tempo, para qual o dinheiro era o poder dos poderes.

A formação inicial do poder político econômico burguês com o início do arrendamento das terras feudais e com o colapso do sistema de corporações<sup>7</sup> aos poucos vão construindo as bases estruturais do Estado e da propriedade burguesa. Quem controlava as grandes corporações com o tempo passou a governar também as cidades, ou seja, os detentores do dinheiro detinham também o poder político; no campo a aristocracia matinha seu domínio sobre as terras. Segundo Huberman (1970, p.73), “No campo, a aristocracia de nascimento constituía a classe dominante, nas cidades, a aristocracia do dinheiro predominava.”

Conforme Huberman (1970), as corporações não foram abolidas de uma só vez. Na França somente após a Revolução e na Inglaterra no início do século XIX. Os intermediários que faziam negócios com as corporações se submetiam às regras destas, porém tentavam miná-las por dentro. A igualdade entre os mestres que era a base desse sistema começa a desmoronar no momento em que os mestres se tornam empregados de outros mestres em outras corporações ou quando grandes corporações assumiam a função de mercadores de produtos de outras corporações; esses fatores aos poucos foram desintegrando a base que sustentava o sistema de corporações.

Diferente do sistema de corporações em que o capitalista tinha pouca influência, no sistema de produção doméstica que surge com a economia nacional, ele passa a ter total domínio, pois era necessário muito dinheiro para mover toda a produção: comprar matéria-prima, pagar toda a mão de obra, organizar a distribuição e posteriormente a venda do produto. “Era o homem do dinheiro, o capitalista, que se tornava o orientador, o diretor do sistema de

---

<sup>7</sup> O sistema de corporações era a produção realizada por mestre artesãos independentes, com dois ou três empregados para o mercado pequeno e estável. Os trabalhadores eram donos tanto da matéria-prima que utilizavam com das ferramentas com que trabalhavam. Não vendiam o trabalho, mas o produto do trabalho durante o funcionamento de toda a Idade Média.

produção doméstica.” (HUBERMAN, 1970, p. 124). Com o controle político das cidades, os capitalistas passaram a legislar a seu favor, com o controle dos impostos, tornando seus poderes ilimitados.

Tornar-se um mestre se torna cada vez mais difícil, na medida em que, cada vez mais trabalhadores procuravam as cidades. Os que controlavam as corporações controlavam também o direito e as decisões políticas e econômicas nas cidades: Dessa forma passam a reduzir o acesso às corporações, aumentando as taxas de entrada ou limitando aos familiares dos mestres. Reduzia-se assim o acesso a um pequeno número de privilegiados.

Os trabalhadores prejudicados por essas mudanças reagiram criando associações que poderíamos comparar com os sindicatos de hoje, tentando assegurar o monopólio do trabalho que eles viam ser tomado pelas grandes corporações. Essas associações logo foram dissolvidas e seus membros presos. Esses trabalhadores foram colocados nas piores condições, quase não tinham direitos, viviam em pequenos cômodos miseráveis e doentios. Segundo Huberman (1970, p. 76), “[...] não tinham nem a matéria-prima nem as ferramentas com que trabalhavam, e foram os precursores do proletariado moderno, tendo apenas seu trabalho e dependendo do empregador e de condições favoráveis de mercado para sua sobrevivência”.

Depois desse período de desordem, as corporações começam a decair. O poder das cidades livres enfraqueceu. Mais uma vez passaram a ser controlados de fora – dessa feita, por um duque, um príncipe ou rei mais forte do que os até então existentes, e que estivesse unificando nem Estado nacional regiões até então desorganizadas. (HUBERMAN, 1970, p. 77)

Dessa forma a burguesia passa a financiar o poder real que não precisava mais dos exércitos de vassalos, passando a contratar exércitos treinados para a defesa das cidades e para sua própria defesa.

O reino antes financiado pelas produções do feudo e com uma cadeia de vassalos que subdividiam a autoridade real, passava a ser um reino sustentado pela produção do comércio e da indústria. Os funcionários do reino passaram a ser pagos em dinheiro. Isso fortalecia cada vez mais a preocupação do rei na manutenção do comércio e da indústria.

Surgem as grandes navegações, terras até então desconhecidas passam a alimentar as novas indústrias, como a de refinação de açúcar, produção de tabaco, entre outras. O papel do Estado soberano, mas sempre fiel e subserviente à classe economicamente dominante, passa então a ser o financiador dessas “aventuras” ao “novo mundo”, mundo este que abre as portas das fortunas para a grande indústria e para a consolidação dos grandes impérios que se tornarão os Estados nacionais. Essas novas indústrias que surgem são organizadas desde o início sobre bases capitalistas, afirma Huberman (1970). Sobre a importância desse momento

para o desenvolvimento do capitalismo Marx (1984, p. 285) enfatiza que:

A descoberta das terras do ouro e da prata, na América, o extermínio, a escravização, o enfurnamento da população nativa nas minas, o começo da conquista e pilhagem das Índias Orientais, a transformação da África em um cercado para a caça comercial às peles negras marcam a aurora da era de produção capitalista. Esses processos idílicos são momentos fundamentais da acumulação primitiva.

Ainda sobre este momento ele afirma que:

Os diferentes momentos da acumulação primitiva repartem-se então, mais ou menos em ordem cronológica, a saber pela Espanha, Portugal, Holanda, França e Inglaterra. Na Inglaterra, em fins do século XVII, são resumidos sistematicamente no sistema colonial, no sistema da dívida pública, no moderno sistema tributário e no sistema protecionista. Esses métodos baseiam-se, em parte, sobre a mais brutal violência, por exemplo, o sistema colonial. Todos, porém, utilizam o poder do Estado, a violência concentrada e organizada da sociedade, para ativar artificialmente o processo de transformação do modo feudal de produção em capitalista e para abreviar a transição. A violência é a parteira de toda velha sociedade que está prenhe de uma nova. Ela mesma é uma potência econômica. (MARX, 1984, p. 286)

Entre os séculos XVI e XVIII os artesãos independentes da Idade Média desaparecem e em seu lugar surgem os trabalhadores assalariados, dependentes cada vez mais do desenvolvimento dessa nova forma de organização social do trabalho como garantia de sobrevivência. “O contrário também ocorreu. O predomínio de qualquer estágio do desenvolvimento industrial não significa o desaparecimento total do estágio precedente. O sistema de corporações perdurou muito depois de ter aparecido o sistema doméstico”. (HUBERMAN, 1970, p. 126)

Nesse momento podemos perceber a solidificação da formação dos Estados nacionais, pois as influências das cidades passam a diminuir na medida em que sua proteção se concentra na mão do soberano. A queda das grandes cidades feudais está ligada a ascensão dos Estados nacionais. “Na Inglaterra, França, Holanda e Espanha, o Estado substituiu a cidade como unidade de vida econômica”. (HUBERMAN, 1970, p.84). O autor conclui ainda que:

Não foi tarefa pequena reduzir os privilégios monopolistas de cidades poderosas. Nos países em que elas eram realmente fortes, como na Alemanha e Itália, somente séculos depois se estabelecia uma autoridade central com poder bastante para controlar tais monopólios. É essa uma das razões pelas quais as comunidades mais ricas e poderosas da Idade Média foram as últimas a atingir a unificação necessária às novas condições econômicas. (1970, p. 84)

O Estado nacional se fortalecia com o financiamento da burguesia e em troca disso a influência desta sobre o Estado só aumentava, pois a dissolução dos séquitos feudais colocava o rei economicamente na “mão” dessa classe ascendente que necessitava cada vez mais da

força de um poder centralizado para executar seus empreendimentos. Segundo Huberman (1970), esse pacto entre burguesia comercial e industrial de empreendedores e empregadores e a realeza colocava o poder político na mão da burguesia em troca de privilégios que se concretizavam em leis que destruíam os regulamentos locais e mantinham os trabalhadores comuns sempre sobre obediência rigorosa.

Suplantado o poder das autoridades feudais pelo rei soberano, restava superar o que significava a maior ameaça, a Igreja. A Igreja nesse período possuía 1/3 das terras e muitas riquezas, além de ter bastante autoridade nas decisões políticas e econômicas das cidades. Era considerada por muitos mercadores uma autoridade abusiva e a única que confrontava a soberania do rei. Nesse momento surgem os reformadores como Lutero e Calvino que entre outras questões o que realmente representavam era a descentralização do poder político econômico e religioso da Igreja católica. Dessa forma, a igreja protestante surge como uma igreja nacional que atende aos anseios da burguesia ascendente e do reino agora unificado na figura do soberano. “Antes que a classe média pudesse apagar o feudalismo em cada país, tinha que atacar a organização central – a Igreja. E foi o que fez”. (HUBERMAN, 1970, p. 92)

O capitalismo em desenvolvimento destruiu as velhas ideias da ligação natural do servo à terra e da importância dessa como responsável pelo resultado do trabalho nela executado.

O desenvolvimento do comércio e indústria, e a revolução dos preços, tornaram o dinheiro mais importante que os homens, e a terra passou a ser considerada como fonte de renda. As pessoas haviam aprendido a tratá-la como tratam a propriedade em geral – tornou-se um brinquedo de especuladores que compravam e vendiam pela oportunidade de fazer dinheiro. (HUBERMAN, 1970, p. 118)

Diante de toda miséria e sofrimento causado pelo fechamento das terras, ampliou-se as possibilidades de desenvolvimento da agricultura impulsionado pelo avanço tecnológico da produção industrial. E a indústria sedenta por mão de obra pode se aproveitar de todos os infelizes expulsos de suas terras que agora só possuíam apenas sua força de trabalho para sobreviver.

Huberman (1970) lembra que quando os camponeses se levantaram contra o fechamento de terras, não foram eles que violaram as leis, mas sim os senhores fundiários. Isso não quer dizer, porém, que esses motins não fossem severamente reprimidos. Foram. Sempre o são.

Segundo Marx (1984), os primeiros revolucionamentos da propriedade que criou as bases do modo de produção capitalista foram as leis que usurpam as terras comunais dos

camponeses que se iniciam no final do século XV, impulsionadas pelo crescimento da manufatura que necessitava da lã como matéria prima. No século XVI a expropriação continua com a usurpação dos bens da Igreja Católica que era a grande proprietária fundiária inglesa.

“[...] os proprietários fundiários impuseram legalmente uma usurpação, que em todo continente realizou-se sem rodeios legais. Eles aboliram a constituição feudal do solo, isto é, jogaram as obrigações que o gravavam sobre o Estado, ‘indenizaram’ o Estado por meio de impostos sobre o campesinato e o resto da massa do povo, reivindicara a moderna propriedade privada de bem, sobre as quais possuíam apenas títulos feudais [...]” (MARX, 1984, p. 268)

Sobre a relação entre o Estado e o Direito na execução de leis que beneficiam a classe detentora dos poderes políticos e econômicos, Marx e Engels (2009, p. 112) já destacavam na Ideologia Alemã que:

Como o Estado é a forma em que os indivíduos de uma classe dominante fazem valer os seus interesses comuns e se condensa toda a sociedade civil de uma época, segue-se que todas as instituições comuns que adquirem uma forma política, são mediadas pelo Estado. Daí a ilusão de que a lei assentaria na vontade e, mais ainda, na vontade dissociada da sua base real, na vontade livre. Do mesmo modo o direito é, por sua vez, reduzido à lei.

De acordo com Marx (1984, p. 268), os capitalistas ingleses se apropriaram fraudulentamente das propriedades do Estado e da Igreja. Esses saques de propriedade se mantiveram até toda a terra passar para as mãos da burguesia, terras essas que passaram a representar todo o domínio das oligarquias inglesas do período. Todos esses roubos favoreceram os capitalistas ingleses na medida em que visava transformar toda a base fundiária em: “[...] puro artigo de comércio, expandir a área da grande exploração agrícola, multiplicar sua oferta de proletários livres como os pássaros, provenientes do campo etc.” Marx (1984, p. 269), afirma ainda que: “O progresso do século XVIII consiste em a própria lei se tornar agora veículo do roubo das terras do povo, embora os grandes arrendatários empreguem paralelamente também seus pequenos e independentes métodos privados”.

Nos séculos XVII e XVIII pensar a existência de um Estado nacional como um todo ao invés de uma cidade implicava novos problemas, afirma Huberman (1970). Os governos passam a aprovar leis que beneficiavam os mercadores capitalistas sob a promessa de enriquecimento da nação. Como já afirmamos em outros momentos do texto, foram essas leis aplicadas pelo Estado que impulsionaram o mercantilismo europeu, criando tarifas e premiações para unificar os mercados nacionais em detrimento dos estrangeiros.

O estímulo público solicitado veio na forma de proteção contra a competição estrangeira, através de altos impostos sobre produtos manufaturados importados. Em certos casos, os governos chegaram mesmo a proibir a importação de determinados artigos, em quaisquer circunstâncias. (HUBERMAN, 1970, p. 134)

O autor afirma ainda que: “Medidas rigorosas eram tomadas para evitar que voltassem à pátria, tal como se tomavam precauções para impedir que os artesãos locais procurassem outros países e revelassem ou vendessem seus segredos comerciais”. (HUBERMAN, 1970, p. 134)

Nesse momento de transformação de uma forma de Estado que ainda não parece muito clara historicamente tanto para aristocracia que via seus privilégios seculares se perdendo em meio ao avanço da indústria, como também para os trabalhadores que se amontoavam em situação miserável nos centros urbanos. Porém esse Estado já possuía uma classe que administrava para seus interesses, a classe do dinheiro.

Não eram somente com leis que facilitassem os interesses da burguesia que o Estado se ocupava, mas este passou a criar leis de regulamentação da exploração do trabalhador assalariado. Segundo Marx (1984) essas leis sempre hostis aos trabalhadores se iniciam ainda em meados do século XIV na Inglaterra e na França. Sobre o tratamento oferecido pelas leis do Estado às classes desprovidas de suas terras e que possuíam apenas sua força de trabalho como mercadoria para sua sobrevivência Marx (1984, p. 275) trará no capítulo da *A assim chamada acumulação primitiva* a seguinte afirmação:

Os expulsos pela dissolução dos séquitos feudais e pela intermitente e violenta expropriação da base fundiária, esse proletariado livre como os pássaros não podia ser absorvido pela manufatura nascente com a mesma velocidade com que foi posto no mundo. Por outro lado, os que foram bruscamente arrancados do seu modo costumeiro de vida não conseguiram enquadrar-se de maneira igualmente súbita na disciplina da nova condição. Eles se converteram em massas de esmoleiros, assaltantes, vagabundos, em parte por predisposição e na maioria dos casos por força das circunstâncias. Daí ter surgido em toda Europa ocidental, no final do século XV e durante todo o século XVI, uma legislação sanguinária contra a vagabundagem. Os ancestrais da classe trabalhadora foram imediatamente punidos pela transformação, que lhes foi imposta, em vagabundos paupers. A legislação os tratava como criminosos ‘voluntários’ e supunha que dependia de sua boa vontade seguir trabalhando nas antigas condições, que já não existiam.

Segundo Marx (1984), a expropriação e a expulsão da grande massa de camponeses para as cidades como trabalhadores também cria o mercado interno, na medida em que esses camponeses antes produziam suas vestimentas, suas ferramentas e sua própria alimentação. Essas matérias-primas e meios de subsistência tornaram-se agora mercadorias.

As leis de rebaixamento de salários que dificultavam cada vez mais a vida do trabalhador continuavam em vigor, mesmo com toda a depreciação do dinheiro causada pelo grande fluxo de metais preciosos que chegava da América, além do aumento constante no preço das mercadorias.

No início da tormenta revolucionária a burguesia francesa aboliu novamente o direito dos trabalhadores de se organizarem. Declaravam que a organização destes representava um “atentado à liberdade”. Esse “crime” era punível com multas de 500 libras e privação por um ano dos direitos de cidadão. “Essa lei, que comprime a luta de concorrência entre o capital e o trabalho por meio da polícia do Estado nos limites convenientes ao capital, sobreviveu a revoluções e mudanças dinásticas”. (MARX, 1984, p. 280)

Merece destaque o papel do Estado no desenvolvimento da técnica e da educação para indústria: “Na França, Colbert organizou institutos de educação técnica, mantidos pelo Estado, bem como fábricas também administradas pelo Estado. Na Baviera em fins do século XVI, as fábricas estatais de tecidos empregavam dois mil operários. Tais fábricas deviam servir de modelos, inspiração, laboratório”. (HUBERMAN, 1970, p. 136)

E o Estado estava sempre pronto a estimular a indústria, subsidiando-a diretamente ou de qualquer um dos modos já mencionados. As indústrias têxteis francesas, quando Colbert estava no governo, receberam cerca de oito milhões de libras de subsídios, de um tipo ou de outro. (HUBERMAN, 1970, p. 136)

O privilégio dado pelo Estado aos mercadores capitalistas se dava pelas dificuldades financeiras em que se encontrava a aristocracia nesse período. Esfacelada em guerras e dívidas contra outros nobres, via sempre com bons olhos e enxergava como seus a alta burguesia que sustentava ainda seus custos. “Foi pelo comércio que o Estado se tornou grande, e conseguiu sua cota na expansão dos negócios e territórios. O mercantilismo era o regime dos mercadores.” (HUBERMAN, 1970, p. 141)

Conforme o autor, não havia nada mais importante para o bem geral do Estado do que os lucros cada vez maiores da sua burguesia e a conseqüente falência de seus rivais comerciais. Esse sentimento só poderia gerar grandes conflitos. Iniciam-se assim grandes guerras comerciais entre as recém-nascidas nações; violentas disputas foram travadas por mercados, pelos domínios das colônias. A essência do mercantilismo é a guerra. “O objetivo de outras foi disfarçado com nomes pomposos, como acontece frequentemente ainda hoje”. (HUBERMAN, 1970, p. 142)

A Revolução Francesa estoura em 1789. Os camponeses nesse período viviam uma difícil situação, nada de diferente de todo o período medieval. Com muito acúmulo de sua insignificante renda os camponeses conseguiram adquirir suas propriedades, nesse período chegaram a possuir cerca de um terço das terras da França. Porém o Estado com suas altas cobranças de taxas e impostos, que na maior parte caía sobre os camponeses, os levava a miséria. Estes lideraram várias revoltas contra essas medidas do governo: todas foram

esmagadas e reprimidas violentamente pelas forças do Estado. Os limites políticos organizativos da classe os levaram a buscar liderança e apoio na ascendente classe média burguesa que também possuía desejo de grandes mudanças. Segundo Huberman (1970, p.159):

Foi essa classe média, a burguesia, que provocou a Revolução Francesa, e que mais lucrou com ela. A burguesia provocou a Revolução porque tinha de fazê-lo. Se não derrubasse seus opressores, teria sido por eles esmagada [...] Para a crescente burguesia os regulamentos, restrições e contenções do comércio e indústria, a concessão de monopólios e privilégios a um pequeno grupo, os obstáculos ao progresso criados pelas obsoletas e retrógradas corporações, a distribuição desigual dos impostos, continuamente aumentados, a existência de leis antigas e a aprovação de novas sem que fosse ouvida o grande enxame de funcionários governamentais bisbilhoteiros e o crescente volume da dívida governamental[...].”

A burguesia não possuía ainda as terras, mas possuía o dinheiro e o conhecimento administrativo do Estado. Sabia como ninguém que quem governava já devia bastante a ela e da forma estúpida como administravam nunca pagariam suas dívidas. Isso assustou a burguesia que via o risco eminente de perder suas economias. “A ordem burguesa, que no início do século colocou o Estado como sentinela para guardar a parcela recém-criada e a adubou com lauréis, transformou-se no vampiro que suga o sangue do seu coração e a medula do seu cérebro e os joga no caldeirão alquímico do capital”. (MARX, 2011, pp. 146-147)

Foi a Revolução que fez a burguesia tomar de assalto o poder político que tanto almejava, pois o econômico já possuía algum tempo. Derruba de imediato os privilégios de nascimento e assume o controle do Estado. Queriam agora os privilégios do poder do Estado e a certeza de que suas riquezas não iriam mais para as mãos da decadente aristocracia feudal. “Liberdade, Igualdade, Fraternidade foi uma frase popular gritada por todos os revolucionários, mas que coube principalmente à burguesia desfrutar”. (HUBERMAN, 1970, p.162)

Conforme Huberman (1970, p.162):

O exame do Código Napoleônico deixa isso bem claro. Destinava-se a proteger a propriedade – não a feudal, mas a burguesa. O código tem cerca de 2000 artigos, dos quais apenas 7 tratam do trabalho e cerca de 800 da propriedade privada. Os sindicatos e as greves são proibidos, mas as associações de empregadores permitidas. Numa disputa judicial sobre salários, o Código determina que o depoimento do patrão, e não do empregado, é que deve ser levado em conta. O Código foi feito pela burguesia e para a burguesia e para a burguesia: foi feito pelos donos da propriedade para a proteção da propriedade.

O feudalismo estava morto. Nos países conquistados por Napoleão, seu Código (o Código do livre comércio) era recebido de braços abertos pelas burguesias das nações

conquistadas. “Nesses países a servidão foi abolida, as obrigações e pagamentos feudais foram eliminados, e o direito dos camponeses proprietários, dos comerciantes e industriais, de comprar e vender sem restrições, regulamentos ou contenções, se estabeleceu definitivamente”. (HUBERMAN, 1970, p.163)

Na Inglaterra, em 1689, e na França, em 1789, a luta pela liberdade do mercado resultou numa vitória da classe média. O ano de 1789 bem pode ser considerado com o fim da Idade Média, pois foi nele que a Revolução Francesa deu o golpe mortal no feudalismo. Dentro da estrutura da sociedade feudal de sacerdotes, guerreiros e trabalhadores, surgira um grupo da classe média. Através dos anos ele foi ganhando força. Havia empreendido uma luta longa e dura contra o feudalismo, marcada particularmente por três batalhas decisivas. A primeira foi à reforma protestante; a segunda foi a Gloriosa Revolução na Inglaterra, e a terceira, a Revolução Francesa. No fim do século XVIII era pelo menos bastante forte para destruir a velha ordem feudal. Em lugar do feudalismo, um sistema social diferente, baseado na livre troca de mercadorias com o objetivo primordial de obter lucro, foi introduzido pela burguesia”. (HUBERMAN, 1970, p. 164)

Dessa forma se consolida historicamente o modo de produção capitalista. Entre o final do século XVIII até meados do XIX a burguesia lutará para edificar o Estado moderno sobre as ruínas do poder feudal; as classes exploradas que ajudaram a burguesia nessa longa luta foram rapidamente traídas pelos interesses individuais mais mesquinhos da burguesia, os interesses de sua classe.

Concluimos este debate acerca de modo de produção capitalista e da formação do Estado moderno com Mézáros (2002, p. 106). Analisando o papel do Estado na obra *Para além do capital*, afirma que “A formação do Estado moderno é uma exigência absoluta para assegurar e proteger permanentemente a produtividade do sistema”. Por sua importância estratégica na proteção da propriedade privada, compete a ele garantir que a obstinação e a rebelião não escapem ao controle. Ora, para que isto funcione, o Estado precisa se constituir como uma “ação corretiva” sob o comando do capital, de modo que este, ao mesmo tempo em que domina a produção material, desenvolve práticas políticas totalizadoras. É esta a base de constituição do Estado moderno.

O pensador húngaro entende que existe uma relação de dependência ontológica do Estado em relação ao capital, deixando claro, no entanto, que isto não significa reduzir o Estado à esfera da economia:

Como estrutura de comando político abrangente do sistema do capital, o Estado não pode ser autônomo, em nenhum sentido, em relação ao sistema do capital, pois ambos são um só e inseparáveis. Ao mesmo tempo, o Estado está muito longe de ser *reduzível* às determinações que emanam diretamente das funções econômicas do capital. (MÉSZÁROS, 2002, p. 119, grifo do autor).

Diante da contradição inerente à natureza do modo de produção capitalista, que produz muita riqueza de um lado e de outro, extrema pobreza, o Estado comparece para corrigir as falhas incorrigíveis do capital, por meio da criação de políticas sociais que busquem minimizar os problemas sociais. Sem a existência de políticas públicas, a sociedade se transformaria num verdadeiro caos, expondo seus problemas com maior evidência, o que estimularia os conflitos sociais, a luta de classes.

Neste sentido, as medidas paliativas de contenção da pobreza, que configuram as atuais políticas educacionais, ao invés de sinalizarem avanços na educação brasileira acenam, ao contrário, para uma direção retrógrada, pois contribuem para o mascaramento da realidade, na medida em que propaga o ideário neoliberal segundo o qual a solução para os problemas sociais está na educação. Além disso, a causa principal dos problemas sociais (que têm seus reflexos nas escolas) que é a economia capitalista, baseada na lógica expansionista do lucro, é secundarizada e deslocada para a educação e o Estado, como se no âmbito destas esferas parciais que compõem a totalidade social, os problemas sociais encontrassem solução.

Após discorrermos sobre as bases históricas a qual se funda o Estado ao longo dos modos de produção desenvolvidos pela humanidade, findamos este momento com o modo de produção capitalista por ser sobre este modo de produção que o capital impera até hoje.

### 3 O ESTADO NO CONTEXTO DA CRISE ESTRUTURAL DO CAPITAL

*E é real que incitam guerras pra vender as  
armas*

*Ocultam a verdade pra vender mentiras (dar  
as cartas)*

*Os ricos são os donos do estado*

*Que ainda são os filhos dos senhores de  
escravos*

*Que dizimaram os índios*

*Compraram os revolucionários ou mataram*

(Don L, Aquela Fé)

Neste terceiro capítulo, apresentamos a fundamentação teórica do Estado, demonstrando a diferença conceitual de Estado em Marx e Mészáros, relacionando o pensamento deste último ao sistema sociometabólico do capital. Em seguida, abordamos a crise estrutural do capital e o papel do Estado na mediação de estratégias para salvar o capital de suas crises intrínsecas. Dentre as principais contraofensivas do capitalismo estão a intensificação do complexo industrial militar e sua destrutividade em prol de reverter a queda das taxas de lucros. Por fim, ilustramos as personificações do capital assumidas pelo Estado, principalmente em relação às legislações trabalhistas e às políticas educacionais.

#### 3.1 O ESTADO COMO ESTRUTURA DE CONTROLE DO CAPITAL

Neste momento do texto pretendemos, à luz de Mészáros em sua obra: *Para além do capital*, desenvolver os fundamentos do complexo do Estado como estrutura de controle do capital. Ressaltando que esta compreensão se faz fundamental não só para reforçar o caráter de classe do Estado que em conjunto com os organismos internacionais de crédito multilateral molda a educação da classe trabalhadora a serviço da expansão do capital, como também para pensarmos o futuro das alternativas socialistas numa perspectiva marxiana que postula a extinção do Estado burguês como crucial para a superação desta forma de sociabilidade.

Diante dessas questões, entendendo o caráter do Estado em momento de crise do capital e sua relação com a educação, partiremos de Mészáros (2002) para destacar que o

Estado moderno altamente burocratizado surge da absoluta necessidade material de controle do capital e torna-se essencial para a articulação de toda a sociedade, apresentando-se indispensável para o funcionamento permanente do modo de produção capitalista. O autor afirma ainda que:

Ele deve sempre ajustar suas funções reguladoras em sintonia com a dinâmica variável do processo de reprodução socioeconômico, complementando politicamente e reforçando a dominação do capital contra as forças que poderiam desafiar as imensas desigualdades na distribuição e no consumo. Além do mais, o Estado deve também assumir a importante função de comprador/consumidor direto em escala sempre crescente. Nessa função, cabe a ele prover algumas necessidades reais do conjunto social (da educação à saúde e da habitação e manutenção da chamada “infraestrutura” ao fornecimento de serviços de seguridade social) e também a satisfação de “apetites em sua maioria artificiais” (por exemplo, alimentar não apenas a vasta máquina burocrática de seu sistema administrativo e de imposição da lei, mas também o complexo militar-industrial, imensamente perdulário, ainda que diretamente benéfico para o capital) – atenuando assim, ainda que não para sempre, algumas das piores complicações e contradições que surgem da fragmentação da produção e do consumo. (MÉSZÁROS, 2002, p. 110)

O capital em seu momento de crise, de acordo com Mézszáros (2002), faz parte de um sistema global plenamente desenvolvido que se apresenta extremamente fragmentado e que tem no Estado o seu principal aliado para efetivar essa constante necessidade de expansão intrínseca ao modo de produção capitalista, passando a criar conflitos cada vez mais complexos que põem em risco a sobrevivência da humanidade. Estes conflitos se expressam no caráter destrutivo do capital que se materializa nos constantes conflitos bélicos ao redor do planeta, sustentados por um complexo industrial militar que é nutrido pela propaganda ideológica do Estado-nação e se reflete nos países periféricos em verdadeiras guerras civis contra as populações mais marginalizadas destes países.

A busca interminável por expansão do lucro fundada no capitalismo em seu novo momento com o complexo industrial militar prova-nos a farsa da busca pela paz enquanto vivermos em um modo de produção desigual, fundado na exploração do trabalho, como o capitalismo. Diante destas questões Mézszáros (2002, p. 116) afirma que:

Para enfrentar suas questões de maneira sustentável, sem a sanção final, o sistema do capital teria de ser qualitativamente diferente – em sua constituição estrutural mais interna – do que realmente é e pode ser. Por esse motivo, quando o capital atinge o mais alto nível de globalização pela consumação de sua ascensão histórica, os microcosmos socioeconômicos de que é feito revelam um segredo terrível: o de serem, em última análise, os responsáveis por toda a destrutividade, em absoluto contraste em relação a suas idealizações estabelecidas por Adam Smith e Kant, passando por todos os diversos Hayeks e “socialistas de mercado” do século XX.

O sistema do capital evoluiu historicamente a partir de todo o seu complexo

reprodutivo, sendo acompanhado pelo desenvolvimento do Estado que se expressa numa supraestrutura jurídico e política que dá a forma política que este se apresenta historicamente, porém no atual momento de crise estrutural este se mostra como a estrutura de comando político do capital, evidenciando, assim, a inviabilidade das idealizações liberais de mercado que vislumbram um Estado que interfira cada vez menos na economia.

O inter-relacionamento entre as estruturas reprodutivas do capital e o Estado se apresenta numa relação dialética das partes constituintes de todo o controle sociometabólico que o capital exerce, que conforme Mészáros (2002, p.119): “surgem durante o desenvolvimento do capital global, seguindo sua lógica interna de expansão e acumulação”.

Diante disso Mészáros (2002) faz uma crítica à visão determinista do Estado como superestrutura que se desenvolveu a partir do marxismo. Esta visão se apresenta na história como expressões dos Estados pós-capitalistas e com o modelo reformista social democrata impulsionado pela II Internacional Socialista que surge na Europa entre o final do século XIX e a I Guerra Mundial, no século XX. Estas análises estão fundadas num deslocamento da centralidade do trabalho para a centralidade da política que por um lado levam a um desvio e negação da luta revolucionária centrando-se numa luta parlamentar e, por outro, “a ausência de condições objetivas, nacionais e internacionais, levou a revolução soviética a contribuir também, para o deslocamento da Centralidade do Trabalho para a Centralidade da Política, embora de modo muito diferente daquele da social-democracia”. (TONET e NASCIMENTO, 2009, p.68)

Entendemos que as diferenças entre Marx e Mészáros acerca desta questão se fazem a partir da forma como analisam o desenvolvimento histórico do capitalismo e não no caráter teórico de análise da realidade. Conforme Mészáros (2002) o que garante o sucesso expansionista do capital é a constante *extração do trabalho excedente* de uma forma ou de outra conforme as circunstâncias históricas. Assim, mais uma vez, podemos utilizar como exemplo o Estado soviético que não avançou um passo em relação ao fim da exploração do trabalho excedente como forma de ampliação do capital, mesmo com todo o controle da produção estando centralizado nas mãos do Estado.

O Estado, enquanto estrutura totalizadora de comando do capital não pode ser reduzido à superestrutura. Em sua abrangência de controle sociometabólico este se desenvolve, em cada momento histórico, de acordo com as formações econômicas e sociais em uma superestrutura de comando político e jurídico como: “[...] as estruturas reprodutivas materiais diretas têm suas próprias dimensões superestruturais” (MÉSZÁROS, 2002, p.119). Estas superestruturas de comando político e jurídico se modificam ao longo da história do

capitalismo e se apresentam em formas políticas assumidas pelo estado, mas sua estrutura permanece a mesma, seja numa ditadura ou numa democracia. Indo assim ao encontro à concepção marxiana.

A questão da “superestrutura legal e política” de que Marx fala só se torna inteligível em termos da espessa materialidade e necessária articulação do Estado moderno como estrutura de comando fundamental e *sui generis*. A base comum de determinação de todas as práticas essenciais no interior da estrutura do sistema do capital, desde a reprodutiva econômica direta até as funções reguladoras mais mediadas do Estado, é o imperativo estrutural orientado para a expansão do sistema a que se devem adaptar os diversos órgãos sociais que atuam sob a regra do capital. (MÉSZÁROS, 2002, p.120)

Da mesma forma que a categoria trabalho se apresenta como fundante do ser social não por ser a primeira, mas por nela está contida os fundamentos da sociabilidade humana. Compreendemos, assim, que o Estado surgindo como uma necessidade intrínseca ao aparecimento da propriedade privada e conseqüentemente da sociedade de classes não pode ser autônomo em nenhum sentido ao sistema do capital, pois como afirma Mézszáros (2002) ambos são inseparáveis, mesmo não se reduzindo as determinações que emanam do capital.

O autor afirma ainda que:

[...] a questão da “autonomia”, num sentido bem definido, não é pertinente apenas para a avaliação do relacionamento entre ideologia e economia, ideologia e Estado, “base e superestrutura” etc. Ela é também essencial para compreender o complexo relacionamento entre as diversas seções do capital diretamente envolvidas no processo de reprodução econômica, quando estas ganham proeminência – em momentos diferentes e com peso relativo variável – no curso do desenvolvimento histórico. (MÉSZÁROS, 2002, pp. 119-120)

Todas as formas de Estado que se apresentam historicamente encontram-se enquanto estrutura de comando político do capital na medida que estão sempre orientados para expansão e extração do trabalho excedente. Conforme Mézszáros (2002, p. 121): “É isto que caracteriza todas as formas conhecidas do Estado que se articulam na estrutura da ordem sociometabólica do capital”. Essa afirmação se materializa no caráter destrutivo e incontrolável da produção capitalista que sem essa articulação de uma estrutura de comando para sua reprodução não se sustentaria enquanto modo de produção. Diante disso o Estado cumpre não só a função de fornecer coesão a todo caráter contraditório inerente ao capital, mas também de assegurar as condições para extração de trabalho excedente, assim como garantindo as unidades reprodutivas econômicas diretas.

Assim conforme Mézszáros (2002, p. 122):

[...] o Estado é o complemento perfeito das exigências internas desse sistema de controle sociometabólico antagonicamente estruturado. Como fiador geral do modo de reprodução insanavelmente autoritário do capital (sua “tirania nos locais de trabalho” não apenas sob o capitalismo, mas também sob o sistema do capital de

tipo soviético), o Estado reforça a dualidade entre produção e controle e também a divisão hierárquico/estrutural do trabalho, de que ele próprio é uma clara manifestação.

O capitalismo enquanto forma de sociabilidade fundada na contradição capital/trabalho não se sustentaria sem esta estrutura de comando orientada para extração do trabalho excedente, que é o Estado Moderno. Mészáros (2002) exemplifica com o desenvolvimento inicial e promissor do capitalismo durante o Renascimento nas cidades italianas que se tornou insustentável na medida em que se solidificava o Estado (Nação) moderno na Europa. O que faz com que exista essa dimensão de controle político na forma do Estado moderno é, conforme o autor, a completa ausência ou falta de coesão básica dos elementos constitutivos do capital que se manifesta acima de tudo na contradição entre valor de uso e valor de troca.

O Estado moderno representa uma estrutura de comando político abrangente do capital, dando coesão a todo o complexo desenvolvimento histórico do modo de produção capitalista. Ao apresenta-se como base material integrante do sistema do capital, contribui em todos os seus momentos desde a sua formação até o desenvolvimento do capitalismo, além de ser fundamental para a manutenção do sistema que exige uma constante expansão refletida em seu caráter destrutivo (como exemplos podemos utilizar a obsolescência planejada e o desenvolvimento do complexo industrial militar). Como sustentação destes elementos desenvolveremos nas próximas seções como o Estado se apresenta a partir das suas reformas como personificação do capital em seu momento de crise estrutural.

### 3.2 A CRISE ESTRUTURAL E A CONTRA OFENSIVA DO CAPITAL À CRISE

Buscaremos, a partir de Marx e Mészáros, entender o papel do Estado no desenrolar das crises intrínsecas do capitalismo e suas estratégias para salvá-lo, que segundo Mészáros, a partir da crise dos anos de 1970 se apresenta como uma crise estrutural<sup>8</sup> e não mais cíclica

---

<sup>8</sup> Conforme Paniago (2012), a conceituação da crise como estrutural encontra em Mészáros (2002, p.482/797-800) uma substancial fundamentação, distinguindo-a das crises anteriores do capitalismo. Uma crise estrutural, segundo ele, “afeta a totalidade de um complexo social em todas as relações com suas partes constituintes ou subcomplexos, como também a outros complexos aos quais é articulada”. O que não quer dizer que o sistema do capital esteja impedido de “somar novos instrumentos ao seu já vasto arsenal de autodefesa contínua”. Porém, no decorrer do tempo, para o autor, a situação global do sistema se agrava, uma vez que esta “maquinaria” tem sido utilizada com “frequência crescente e com eficácia decrescente”, sem que se vejam soluções duradouras que revertam as tendências fundamentais do sistema do capital no sentido do “bloqueio de suas válvulas de escape expansionistas.” Assim, “uma crise estrutural não está relacionada aos limites imediatos, mas aos limites últimos de uma estrutura global”.

como se manifestavam as anteriores, restando-nos apenas apontar para alternativas que superem essa forma de sociabilidade que leva a humanidade e o planeta para a sua destruição, pois todas as alternativas políticas por via do Estado só aprofundarão os conflitos sociais da ordem sociometabólica do capital, para usar um termo de Mészáros.

O momento de crise estrutural em que se encontra o capitalismo na atualidade, ou seja, chegando ao seu limite de expansão, expõe cada vez mais o seu caráter destrutivo. Este se exemplifica no complexo industrial militar desenvolvido, por exemplo, pelos Estados Unidos, além do massivo aumento do desemprego e da precarização do trabalho principalmente nos países periféricos.

O capitalismo desenvolveu a produção e a distribuição em escalas incomparáveis aos modos de produção anteriores, isso é inegável. Porém os aspectos positivos desse processo para a classe trabalhadora só podem ser vistos se contados pelo discurso sedutor da burguesia que necessita inserir a classe trabalhadora no consumismo destrutivo intrínseco a sua lógica de reprodução. Pois como afirma Marx apud Mészáros (2002, p.675): “É exatamente este aspecto da relação de capital e trabalho que é um momento essencialmente civilizador, e no qual se apoiam tanto a justificativa histórica como o poder contemporâneo do capital”.

Como já afirmamos anteriormente a crise se inicia na década de 1970, definida por Mészáros (2002) como uma crise estrutural que abala as formas de organização da produção capitalista fordista e o modelo keynesiano de gestão da economia por meio do Estado. Além disso, a crise afeta todas as instituições e áreas desta forma de sociabilidade. Este novo momento de crise enfrentado pelo capitalismo não apresenta as oscilações das crises denominadas cíclicas entre expansão e recessão como a crise de 1929-1933 que afetou apenas determinados setores da economia global. A crise estrutural materializa-se universalmente e não mais local, desconsidera as fronteiras dos estados nacionais e afeta até os países do capitalismo desenvolvido. Sua duração é longa, continua e está relacionada aos limites últimos da sociabilidade do capital.

Diante da necessidade constante do capital em aumentar seus lucros, o período que inicia a crise estrutural é marcado por uma reconfiguração da produção. A degradação cada vez maior do trabalho é uma característica intrínseca desse período e se expande numa escala global.

As causas da reestruturação produtiva são marcadas por profundas alterações das condições de trabalho. Conforme Netto e Braz (2007) as bases que configuram as estratégias do capital para a saída dessa crise iniciada nos anos 1970, e que se estendem até os nossos dias, estão fundadas na reestruturação produtiva, na financeirização da economia e na

massificação da ideologia neoliberal.

Historicamente entre o final da década de 1960 e início de 1970 se põe como momento de crise do capital monopolista. As reverberações desse período se materializam em manifestações anticapitalistas por todo o mundo a exemplo do Maio de 1968, na França<sup>9</sup>, além da forte repressão aos países da América Latina que se encontravam em ditaduras civis-militares financiadas pelos EUA. Nesse momento a crise ainda não afetava os países ditos socialistas e a Guerra do Vietnã<sup>10</sup> representou uma derrota não só econômica como ideológica para os EUA, intensificando, assim, a crise no centro do capitalismo.

No campo da economia esse período representou, conforme Netto e Braz (2007), uma constante queda na taxa tendencial de lucro, atrelada a desaceleração do crescimento da produção e, nesse sentido, o Estado enquanto estrutura de comando político do capital na tentativa de rever essa queda recorre a cortes de direitos historicamente conquistados pelos trabalhadores, cedidos em momentos de altas taxas de lucratividade.

O primeiro passo do capital monopolista para reverter a recessão do período foi: “[...] o ataque ao movimento sindical [...]”(Netto e Braz, 2007, p. 215), que era responsabilizado pelos altos custos do Estado com o atendimento das demandas conquistadas pelo movimento e culpabilizados pela queda dos lucros por conta de suas exigências salariais. De acordo com os autores, no final da década de 1970 esse ataque se dava por meio de medidas restritivas diferente dos anos 1980 com a entrada de governos (Thatcher na Inglaterra e Reagan nos Estados Unidos são os principais exemplos) que surgem para implementar as medidas neoliberais na reestruturação da produção mundial e se apresentam com ações mais agressivas do patronato contra os trabalhadores.

Esgotava-se, assim, o taylorismo-fordismo enquanto modelo rígido de produção e acumulação e entre em cena, como afirmam Netto e Braz (2007, p. 215): “[...] aquela que vai caracterizar a terceira fase do estágio imperialista, a acumulação flexível”. Os autores utilizam Harvey (1993) para apontar que:

---

<sup>9</sup> Manifestações anticapitalistas eclodem em Paris durante o mês de maio de 1968, lideradas por estudantes universitários que questionavam nas ruas o trabalho alienante que o capitalismo os havia submetido como uma escravidão moderna. Questionavam também o princípio da hierarquia e principalmente a violência organizada e controlada pelo Estado. Logo estas manifestações se espalham por todo o país com a adesão de milhares de jovens operários. Deve-se destacar que o movimento teve como centro as relações de trabalho que se passavam em meio a uma Europa industrializada e em crise, estas manifestações não podem ser reduzidas a meras contestações moral e cultural lideradas por estudantes. Não pretendemos, no entanto, debater e problematizar os desdobramentos políticos desse ato, mas destacar sua importância no contexto histórico no qual está inserido.

<sup>10</sup> Conflito bélico ocorrido no contexto da Guerra Fria e que durou cerca de duas décadas (1964-1976) acabou por consolidar o processo de reunificação do Vietnã do Norte com o do Sul sob um governo comunista aliado à União Soviética. Representou uma humilhante derrota para os Estados Unidos que gastaram milhões de dólares em tropas e armamento. O conflito deixou mais de um milhão de mortos entre civis e militares.

A acumulação flexível [...] se apoia na flexibilidade dos processos de trabalho, dos mercados de trabalho, dos produtos e padrões de consumo. Caracteriza-se pelo surgimento de setores de produção inteiramente novos, novas maneiras de fornecimento de serviços financeiros, novos mercados e, sobretudo, taxas altamente intensificadas de inovação comercial, tecnológica e organizacional. (HARVEY apud NETTO e BRAZ, 2007, p. 215)

A flexibilização do trabalho é a estratégia do capital para retomar o crescimento além de promover uma desterritorialização da produção, deslocando suas indústrias para os países periféricos, onde a exploração da força de trabalho se dá de modo mais intenso. É parte crucial da reestruturação produtiva: “[...] uma intensa incorporação à produção de tecnologias resultantes de avanços técnico-científicos determinando um desenvolvimento das forças produtivas que reduz enormemente a demanda de trabalho vivo”. (NETTO e BRAZ, 2007, p. 216)

Uma crucial implicação da flexibilização do trabalho que devemos destacar é a exigência de uma qualificação cada vez maior do trabalhador que deve apresentar uma capacidade de desempenhar diversas atividades. A segurança do emprego diminui nesse período, levando os trabalhadores a uma constante busca por emprego. Diante disso os trabalhadores com alto nível de qualificação conseguem se inserir (nem todos) com certa facilidade no mercado de trabalho; em contrapartida o número de trabalhadores precarizados e desempregados aumenta desenfreadamente.

Outra estratégia que surge nesse período de reestruturação produtiva é a terceirização, que associada à desterritorialização das indústrias faz surgir um grupo monopolista que externaliza seus custos, mas mantém o controle da produção, repassando para outras empresas que giram em torno desse monopólio atividades não essenciais.

Em conformidade com Netto e Braz (2007, p. 218) entendemos que: “Todas as transformações implementadas pelo capital tem como objetivo reverter a queda da taxa de lucro e criar condições renovadas para a exploração da força de trabalho”, que no atual momento de crise estrutural encontra no Estado sua estrutura de comando político que atua para a concretização dessas alterações através de medidas jurídicas e até por meio da repressão.

Diante destas questões chegamos ao que podemos considerar um dos meios mais perversos encontrados pelo capital para sua reestruturação produtiva, o complexo industrial militar. Este se apresenta com uma tendência de discurso progressista e civilizador, porém a realidade mostra que mesmo baseado nessa tendência civilizadora as justificativas históricas se mostram como as mais perversas possíveis, sustentadas em um patriotismo exacerbado que

leva à destruição de povos e nações que se contrapõe ao seu modelo econômico. Meszáros (2002) evidencia que Marx não teria como se debruçar sobre o desenvolvimento deste complexo porque este só entra em cena em meados do século XX.

De acordo com Chaves (2014) o surgimento do complexo industrial militar não se deu de maneira uniforme nos países de capitalismo avançado, pois aliado a lei de desenvolvimento desigual foram impostos vários tratados após a Segunda Guerra Mundial a países como Alemanha e Japão que limitou por certo período o desenvolvimento destes. Em contrapartida o milagre econômico ocorrido nesses países está diretamente relacionado e só foi possível com a expansão do complexo industrial militar dos Estados Unidos que mostrou todo seu caráter dinâmico e internacional deferente das potências europeias como a Grã-Bretanha. Ainda assim conforme a autora:

Embora, logo no início do pós-guerra, esses dois países não tenham sediado indústrias desse tipo em seus territórios, conforme estabelecia a imposição política americana, abasteceram o mercado dos Estados Unidos com boa parte da sua produção, inclusive equipamentos e outros elementos utilizados no setor bélico, o que possibilitou a modernização de setores industriais inteiros, fornecendo as condições necessárias para que Japão e Alemanha Ocidental se recuperassem do desastre causado pela guerra e alavancassem as suas economias. Nesse contexto, as encomendas militares da Guerra da Coreia e da Guerra do Vietnã no caso específico do Japão, forneceram amplo suporte material para a guinada econômica desses países, que até então se encontravam extremamente enfraquecidos. (CHAVES, 2014, p.41)

Entendemos, assim, através de Mészáros (2002) que esta crise que se inicia a partir dos anos 1970 materializa seu caráter devastador através do desenvolvimento do complexo industrial-militar, expondo dessa forma os limites absolutos dessa forma de sociabilidade. Este complexo se torna peça fundamental para o desenvolvimento do capitalismo em crise. Dessa forma:

A destruição que antes ocorria somente em períodos de crises de superprodução passa a ser a forma natural e generalizada desse modo de controle metabólico garantir as suas altas taxas de lucro e expandir, incontrolavelmente, o seu processo de acumulação, sob justificativas ideológicas diversas. (CHAVES, 2014, p. 45)

O complexo industrial militar é resultado da incompatibilidade do capital com os limites do desenvolvimento impostos pelo avanço das forças produtivas e as relações de produção. A equivalência entre consumo e destruição para a realização do lucro capitalista possibilita a ascensão desta forma de complexo que escancara o caráter destrutivo do capital, tendo a vida humana uma mera função descartável para o sociometabolismo do capital. Conforme Chaves (2014, p. 33):

A subordinação do valor de uso ao valor de troca faz com que não haja diferença alguma em que um produto atinja o seu patamar máximo de utilização ou que ele nunca seja usado, pois na lógica do capital, o critério de utilidade está subjugado ao princípio da vendabilidade. Isso quer dizer que mesmo que um produto nunca seja utilizado, o que realmente importa para o capital é que o seu valor de troca foi realizado.

Perante esta problemática Meszáros (2002, p. 676) elucida que:

Todavia, o problema é que o capital, na sua forma menos restrita – ou seja, sob as condições da produção generalizada de mercadorias, que circunscrevem e definem os limites do capitalismo -, põe em movimento não apenas grandes potenciais produtivos, mas também, simultaneamente, forças maciças tanto diversificadas como destrutivas [...] tais forças fornecem ao capital em crise novas margens de expansão e novas maneiras de sobrepujar as barreiras que encontra.

Neste sentido todo o avanço no conhecimento tecnológico é desenvolvido para reproduzir a lógica de expansão do capital e a fetichização do consumo. Por isso, segundo Mészáros (2002), todas as necessidades historicamente criadas que substituem as necessidades naturais em detrimento do avanço da produção capitalista devem ser radicalmente questionadas do ponto de vista da emancipação humana, pois estas não indicam para o caminho das condições materiais necessárias para a emancipação, pelo contrário, avança a passos largos para a destruição da humanidade.

Conforme ainda o autor (2002), o capital avança constantemente no desenvolvimento das forças produtivas, porém precisa estar diretamente ligado ao consumo desenfreado para a sua realização. O autor utiliza Marx para demonstrar que a exploração da natureza, no capitalismo, perde todo o seu poder em si para se tornar um simples objeto que atende e cria necessidades, tornando-se, assim, objeto de consumo.

De acordo com essa tendência, o capital avança para além das barreiras e preconceitos nacionais, para além da adoração da natureza e da satisfação tradicional, confinada, complacente e incrustada das necessidades presentes, e das reproduções dos velhos estilos de vida. É destrutivo para com tudo isso, e constantemente revoluciona, pondo abaixo todas as barreiras que impeçam o desenvolvimento das forças de produção e a exploração e o intercâmbio das forças naturais e mentais. (MARX apud MÉSZÁROS, 2002, p.678)

Neste sentido, a voracidade do capital pela expansão de mercado mesmo com seu caráter destrutivo e incontrolável:

Implica a necessidade, por parte do capital de perseguir uma estratégia de “realização” que não só supere as limitações imediatas da demanda flutuante do mercado, mas ao mesmo tempo tenha êxito em se desembaraçar radicalmente dos constrangimentos estruturais do valor de uso como algo subordinado à necessidade humana e ao consumo real (MÉSZÁROS, 2002, p. 678)

Essa mudança estrutural, segundo Mészáros (2002), é realizada pelo deslocamento radical da produção genuinamente orientada para o consumo destrutivo. Várias formas de consumo destrutivo foram desenvolvidas como a “obsolescência planejada”<sup>11</sup>, porém estas se mostraram insuficientes diante dos desdobramentos das crises do capitalismo. E é nessa busca radical por consumo destrutivo que o complexo industrial militar, o modo mais perverso de destruição de riqueza e recursos acumulados, torna-se assim o “trunfo” da expansão destrutiva do capital. Conforme o autor: “A grande inovação do complexo militar-industrial para o desenvolvimento capitalista é obliterar efetivamente na prática a distinção literalmente vital entre consumo e destruição.” (MÉSZÁROS, 2002, p. 687)

Diferente das expectativas de Marx, no século XIX, a partir das condições objetivas de saturação, o capital se redefine, ampliando suas operações lucrativas ao reconfigurar, a partir de linhas de menor resistência, estratégias que retardam a ascensão de uma crise que ameace o modo de produção vigente e sua reprodução.

Segundo Mészáros (2002) a exploração sofrida pelos países subdesenvolvidos pelos de capitalismo avançado mantém uma base de extração de mais-valia absoluta que atende a voraz demanda por lucro dessas potências, riqueza essa que facilmente sai dessas “frágeis” nações. Porém destaca o autor que toda a modernização que chega a esses países em nenhum momento visa acabar com a dependência destes para com os de capitalismo avançado. Muito pelo contrário só reforçam o seu papel de fornecedor de mais-valia absoluta<sup>12</sup>, atendendo também aos interesses da burguesia local, ou seja, representa a sua linha de menor resistência no estágio de desenvolvimento em que se encontram.

Diante destas problemáticas Mészáros vai mostrar como o Estado cumpre seu papel implementando e difundindo estas formas de expansão destrutiva do capital, independente de que espectro político se encontra no poder e como essa expansão atinge a classe trabalhadora.

Esse tipo de orientação se afirma espontaneamente, em primeiro lugar, como um imperativo objetivo e uma tendência da produção capitalista em empresas e setores industriais particulares, bem antes de ser conceituada em uma forma geral e implementada em escala abrangente por meio do envolvimento direto de vários órgãos do Estado [...] O resultado, sob o impacto dessas determinações, não é a ampliação dos contornos da circulação que se

---

<sup>11</sup> Conforme Mészáros (2002) a produção de mercadorias para o alto consumo deixa de ser suficiente para a expansão da produção em momentos de crise, criam-se assim meios que o tempo de uso das mercadorias. Encurta-se a vida útil para que se torne possível um lançamento contínuo de mercadorias com a intenção de acelerar o consumo e consequentemente a circulação de mercadorias.

<sup>12</sup> De acordo com Netto e Braz (2007) a produção de mais-valia absoluta designa-se como um modo de ampliar o tempo de trabalho excedente sem alteração de salário, o que significa o aumento da jornada de trabalho, aumentando assim a produção do excedente a ser apropriado pelo capitalista.

constitui em tendência inexorável do desenvolvimento capitalista, mas, ao contrário, a restrição artificial do círculo de consumo e a exclusão deles das massas “desprivilegiadas” (isto é, a maioria esmagadora da humanidade), tanto nos países avançados como no “terceiro mundo”, graças as perversas possibilidades produtivas abertas ao sistema capitalista pela taxa de utilização decrescente. (MÉSZÁROS, 2002, p. 685)

Continua afirmando que:

Por conseguinte, se uma porção importante dos recursos disponíveis é abertamente alocada a produção do desperdício, igualizando a produção dos meios de destruição à produção e ponto final, tudo isso deve acontecer estritamente para o propósito elogiável de ‘oferecer empregos muito necessários’. Nem é mais preciso considerar as dificuldades causadas pelo constrangimento dos apetites humanos e das rendas pessoais, pois o “consumidor” não é mais simplesmente o agregado disponível de indivíduos limitados. De fato, graças à importante transformação das estruturas produtivas dominantes da sociedade capitalista do pós-guerra, paralelamente ao correspondente realinhamento de sua relação com o Estado capitalista (tanto nos propósitos econômicos como para assegurar a necessária legitimação ideológico-política), a fusão mística entre produtor/ comprador/ consumidor de agora em diante é nada menos que a própria ‘Nação’. (MÉSZÁROS, 2002, p. 691)

O Estado, além de se tornar o maior comprador nesse processo, se utiliza da propaganda patriótica junto com a mídia para legitimar os “conflitos” que consumirão quantidades jamais imaginadas de riqueza e recursos públicos, sem precisar lidar com os empecilhos e desejos do mercado consumidor. No capitalismo não importa quem vai e o que vai se consumir, o que importa é o superlucro. Enquanto isso bilhões em riquezas e recursos são destinados a matar a própria classe que produz essa riqueza.

Sobre como se organiza nos dias atuais esse complexo, afirma Mendes Segundo (2005, p. 26) que:

O capitalismo ora presenciado é ditado por um complexo militar industrial, financiado diretamente pelo Estado americano para a produção científica e tecnológica, que inviabiliza a concorrência da economia civil e produz mais dependência e subordinação dos demais países aos EUA. Além do mais, impõe regras a toda sociedade denominada de globalizada, sob a coordenação de organismos internacionais, tais como Fundo Monetário Internacional, Banco Mundial e outros bancos multilaterais.

A globalização aparece como uma integração do mundo ao capitalismo que diante de acordos internacionais promete levar “desenvolvimento” aos países de “economia frágil” e dependente. Conforme Mézáros (2002, p. 111) no plano da política totalizadora a globalização:

[...]corresponde ao estabelecimento de uma hierarquia de Estados nacionais mais, ou menos, poderosos que gozem – ou padeçam – da posição a eles atribuída pela relação de forças em vigor (mas de vez em quando, é inevitável, violentamente contestada) na ordem de poder do capital global.

Diante disso o caráter ideológico da globalização busca mascarar todas as suas

contradições e seu caráter destrutivo que na verdade significa uma mundialização do processo de acumulação de capital no interior da crise estrutural.

Mendes Segundo (2005, p. 28) enfatiza assim que:

A globalização caracteriza-se, portanto, pela degradação ambiental, pela desvalorização do trabalho, pela promoção de guerras e massacres dos povos, pela perda de valores da humanidade e de vida social, impondo ao mundo uma política de destruição próxima de seu limite último.

Diante destas questões, pretendemos expor como as políticas neoliberais não só não consideram a atual crise como intrínseca ao modo de produção capitalista, com também buscam respostas em falsas dicotomias como auto-regulação do mercado e um Estado mínimo na economia, escamoteando, assim, a realidade do processo de produção destrutiva que vive atualmente o capitalismo com o complexo militar-industrial. Partindo do referencial marxiano entendemos que a função primordial do Estado é atender aos interesses da classe dominante, e diante do atual momento de crise estrutural isso se mostra mais evidente, mesmo com todo o discurso neoliberal de defesa de um Estado mínimo, sem interferência na economia. Pois a realidade se apresenta de modo pungente, contrariando a tentativa de escamoteamento por meio do fino véu das falácias neoliberais. Mendes Segundo (2005, p. 30) à luz da obra *Para além do capital* vai afirmar que:

O atual modelo sociometabólico do capital possui como sustentáculo três grandes eixos: o capital, o trabalho e o Estado. O capital é o fator dominante que subordina o trabalho às suas condições, enquanto o Estado assume a função de regulador e reproduzidor desse processo. Mézáros e outros autores, entre eles Chico de Oliveira, defendem a tese segundo a qual o capital não existe sem Estado e à medida que o capitalismo se desenvolve esta relação fica cada vez mais estreita. Desse modo, no atual momento do capitalismo em crise, todos os países, independentemente da sua história ou cultura, são submetidos a ajustes políticos, econômicos e educacionais similares, restando ao Estado nacional a condição de gerente nesse processo.

O neoliberalismo, enquanto estratégia de reação da burguesia à crise de expansão econômica do capital e recuperação da lucratividade global apresenta dois lados, que segundo Paniago (2012, p.60): “De um lado, observa-se uma série de medidas voltadas para a recuperação do lucro dos capitalistas, e de outro, imposições restritivas e autoritárias sobre a classe trabalhadora, cujo resultado é a degradação da sua qualidade de vida e trabalho”.

O Estado em sua gênese, como já afirmamos anteriormente, deixa claro sua função de manutenção da propriedade e da exploração que a sustenta, conforme Paniago (2012, p. 62): “[...]com o desenvolvimento do capitalismo e suas dificuldades reprodutivas expostas

insistentemente através das crises, não bastava isso”. Dessa forma o Estado passa a ser cada vez mais requisitado através de políticas fiscais, subsídios de toda ordem, financiamentos com baixas taxas de juros, perdão de dívidas, entre outras medidas que só revelam que a ausência do Estado na economia que o neoliberalismo reivindica se dá apenas em relação aos trabalhadores e as políticas sociais que os beneficiem, mas para o lucro do capitalista o Estado nunca esteve tão presente e paternal como na ordem neoliberal.

Sendo um complemento fundamental da reprodução do capital e de garantia da manutenção do sistema como um todo, o Estado nos leva a buscar compreender a sua contribuição e responsabilidade no desenrolar da crise estrutural. Segundo Paniago (2012) deve-se assim recuperar os fundamentos do desenvolvimento da crise nas exigências postas pelo sistema autorreprodutivo do capital na esfera política específica do Estado.

O discurso neoliberal em resposta a crise do Keynesianismo afirma que:

O Estado passa, segundo o fundamento liberal, a ser responsabilizado sobremaneira pela eclosão da crise. Alegam que por ter se envolvido demasiadamente com os gastos sociais, estes acabaram por produzir uma crise fiscal e uma incapacidade do estado em sustentar o grau alcançado de envolvimento com a economia e com o fornecimento de benefícios sociais indiretos aos trabalhadores (PANIAGO, 2012, p. 64)

Porém precisamos ter clareza que as formas políticas que o Estado toma no desenvolvimento do capitalismo têm como função política e ideológica encobrir a luta de classes. Com o surgimento do neoliberalismo, pós-crise dos anos 1970, todas as políticas sociais que buscavam amenizar a precária condição de vida da classe trabalhadora caem por terra junto com os sonhos da esquerda reformista de avançar para uma sociedade igualitária através de políticas de Estado. Devemos enfatizar também que essas rupturas escondem o caráter de continuidade da função primordial do Estado, que é a manutenção da ordem capitalista como afirma Paniago (2012, p. 64-65):

Esta aparente alteração do papel a ser desempenhado pelo estado, sendo substituído pelo Estado sob orientação keynesiana, da fase de expansão acelerada do sistema do capital, pelo Estado “mínimo” do neoliberalismo, do período de crise estrutural, não pode ser examinada procurando-se os elementos explicativos apenas na análise das diferentes medidas de política que o caracterizam. O elemento de continuidade de que pode esclarecer a unidade existente entre eles é a função social que exercem na sustentação política complementar das necessidades materiais da acumulação do capital, em determinadas fases de desenvolvimento do sistema global do capital. Desse modo, a causalidade indutora das variadas formas de intervenção políticas adotadas pelo Estado neste período, se encontra nas exigências postas pelo capital para preservação de sua lógica reprodutiva.

Dessa forma:

Com o esgotamento das condições de expansão, assegurada por algumas décadas de crescimento acelerado do consumo de massa e do mercado mundial, novas estratégias se impõem. Já não são mais prioritárias as políticas sociais de benefício indireto à realização do capital e à acomodação da luta de classes que caracterizaram o período de ascendência do capital, o *Welfare State*. O excesso de capital acumulado necessita de novas oportunidades de realização e de centralização. A prioridade da acumulação desloca-se da esfera produtiva, que caracterizou o período anterior, e dirige-se à realização acelerada dos ganhos financeiros através da mundialização do capital financeiro. (CHESNAIS apud PANIAGO, 2012, p.65)

A busca pela lucratividade contínua que o capitalismo necessita fez com que os países de capitalismo avançado mirassem suas garras sobre os países periféricos. O Estado nesses países passa a receber esse capital excedente em forma de empréstimos, comprometidos a pagar a dívida externa com base nos juros abusivos determinados pelos agentes bancários de acordo com os interesses de mercado do capital global, dívidas essas que só reforçam a submissão política e econômica desses países ao capital internacional. Como em todo momento de crise quem paga a conta é a classe trabalhadora, essa classe nos países periféricos paga então em dobro. Esses países cada vez mais dependentes do capital externo se submetem à políticas de austeridade e rigidez orçamentárias cada vez maiores, ou seja, a dívida é paga com o sucateamento cada vez maior da saúde, da educação, da habitação e das políticas sociais que mesmo precárias amenizam as mazelas da classe trabalhadora desses países.

Como afirma Paniago (2012), não devemos nos espantar com essas posturas do capitalista; não há nenhum paradoxo entre o Keynesianismo e a nova orientação neoliberal. Essa função social do Estado está presente desde sua gênese, como podemos observar durante o antigo regime em que a burguesia se alia à nobreza na tentativa de levar a cabo seu projeto de sociedade, quando a lei de cercamento de terras legitima toda a base fundiária que sustentará a forma política do Estado burguês.

O que importa ao se observar as aparentes alterações da forma do Estado é a continuidade da orientação política geral na salvaguarda da reprodução do capital social total. Uma exigência vital, na medida em que o capital, fruto de uma relação social, só pode existir se houver uma imposição de poder que lhe dê as garantias políticas necessárias para que assegure, sem abalos, o êxito na exploração do trabalho e na acumulação da riqueza dele extraída. (PANIAGO, 2012, pp. 69-70)

O poder político do Estado sempre estará subordinado aos imperativos de reprodução do capital e ao poder material que este exerce sobre a sociedade. Se por um lado o Keynesianismo possibilitou um avanço nas conquistas da classe trabalhadora, isso só representou na verdade, a utilização do poder político para imposição de medidas necessárias

para a expansão do capital ameaçado pela crise. Não queremos, com isso, negar os avanços de tais políticas para a classe trabalhadora, mas sim alertar para os limites de uma mudança da situação da classe trabalhadora por meio do Estado. Pois este se afirma enquanto tal, sendo a base de comando político necessário para a reprodução do capitalismo, ordenando às forças capitalistas concorrentes para a reprodução ampliada do capital e impondo às condições de exploração para a classe trabalhadora.

O Estado capitalista precisa [...] assumir um papel intervencionista direto em todos os planos da vida social, promovendo e dirigindo ativamente o consumo destrutivo e a dissipação da riqueza social em escala monumental. Sem tal intervenção direta no processo sociometabólico, que age não mais apenas em situação de emergência, mas em base contínua, torna-se impossível manter em funcionamento a extrema perdularidade do sistema capitalista contemporâneo. (MÉSZÁROS, 2002, p.700)

O neoliberalismo de Hayek e seus seguidores que reduzem a crise do capitalismo ao Estado por uma hipervalorização do seu papel no que diz respeito à eficiência das leis que regem o mercado, mostram-se na realidade totalmente contraditórias, pois é justamente no período de crise estrutural que a burguesia mais precisa do Estado para reverter a queda nos seus lucros. Pois, como afirma Paniago, (2012, p. 73):

A crise estrutural que se impõe como desdobramento do colapso da expansão sustentada com a “ajuda estranha” do Estado no pós-guerra exigia mudanças. Mudanças importantes em relação a intervenção keynesiana, que apareceram segundo Mézáros, “pelo menos na ideologia e nas medidas políticas anti-trabalhistas, mesmo que significativamente, não na prática econômica de financiamento do déficit patrocinada pelo Estado

Portanto como afirma Engels (1979), o Estado não pode cumprir uma função mediadora acima dos interesses de classes, como grande parte da esquerda insiste, pois este, por regra geral, é o Estado da classe mais poderosa, a classe economicamente dominante. No capitalismo maduro essas intervenções na base material da produção de riqueza se tornam mais evidentes: os ataques aos direitos trabalhistas, as privatizações entre outras medidas do Estado, que conforme Paniago (2012) nada mais representam que uma proteção e uma garantia geral da extração de mais-valia, fonte originária da acumulação e condição ineliminável à expansão do capitalismo.

Diante disso, com já afirmamos anteriormente, no momento de crise estrutural o Estado assume a função de estrutura de comando do capital, sem a qual o capital não poderia implementar sua reestruturação. Observamos, assim, que a série de medidas tomadas pelo capital para recuperação dos lucros capitalistas como as privatizações, financeirização da

economia, flexibilização das leis trabalhistas levaram a um processo de desindustrialização dos países de capitalismo avançado e uma exploração cada vez maior dos trabalhadores dos países chamados periféricos, acelerando a degradação da vida e do trabalho nessas regiões. Junto a essas questões emerge o complexo industrial militar reforçando o caráter destrutivo do capital e expondo os limites últimos desta forma sociabilidade não restando alternativa além da busca pela superação do capital e por consequência do Estado como fator crucial para sobrevivência da humanidade.

### 3.3 O ESTADO COMO PERSONIFICAÇÃO DO CAPITAL

Neste momento do texto pretendemos lançar breves apontamentos acerca das medidas tomadas pelo Estado no momento da atual crise. Desde a gênese do capitalismo, este se mostra como crucial para o desenvolvimento deste modo de produção, em que as alterações na organização do trabalho tomadas por este o personificam em sua função intrínseca de estrutura de comando político.

No período de crise estrutural do capital que Mészáros (2002) define como a crise que expõe os limites últimos dessa forma de sociabilidade, estas personificações se tornam mais rotineiras e agressivas. Diante disso entendemos que as medidas tomadas pelo Estado – como os cortes de direitos trabalhistas, dos direitos sociais, o desmonte da previdência social e da educação pública – reforçam sua função de estrutura de comando político do capital, na medida em que retiram as conquistas resultado das lutas e bandeiras históricas da classe trabalhadora, por meio da via jurídico-legal ou até repressiva militar, cedidas em momentos de aumento das taxas de lucratividade.

A partir de Marx (1984), no capítulo da *Assim chamada acumulação primitiva*, este expõe que dinheiro e mercadoria não são por si só capital nem meios de produção e que estes antes precisam ser transformados em capital e diante disso afirma que a condição para esta transformação é que de um lado existam os possuidores de dinheiro e dos meios de produção tendo estes que buscar valorizar a riqueza que possuem através da compra da força de trabalho; e do outro lado existam trabalhadores que nada possuam além da possibilidade de vender sua força de trabalho para sobreviver. O autor vai além ao afirmar que na evolução da produção capitalista desenvolve-se uma classe trabalhadora que reconhece sua exploração como leis naturais que sempre existiram e que isso se consolida através das tradições,

costumes e educação. Marx (1984, p. 277) afirma ainda que:

A organização do processo capitalista de produção plenamente constituído quebra toda a resistência, a constante produção de uma superpopulação mantém a lei da oferta e da procura de trabalho e, portanto, o salário em trilhos adequados às necessidades de valorização do capital, e a muda coação das condições econômicas sela o domínio capitalista sobre o trabalhador [...] A burguesia nascente precisa e emprega a força do Estado para ‘regular’ o salário, isto é, para comprimi-lo dentro dos limites convenientes à extração de mais-valia, para prolongar a jornada de trabalho e manter o próprio trabalhador num grau normal de dependência. Esse é um momento essencial da assim chamada acumulação primitiva.

Estes elementos nos fazem chegar ao Estado como peça chave para a consolidação do capitalismo. Desta forma, entendemos que é na personificação do Estado como representante do capital que emergirão os aparatos jurídicos e políticos que tornam o desenvolvimento do capitalismo possível e que essa estrutura de comando do capital que este representa, sustentando um complexo institucional que visa à manutenção desta forma de sociabilidade e faz com que o capital ainda sobreviva mesmo apresentando os seus limites últimos de expansão.

Essa personificação do Estado em capital já se faz presente na gênese do capitalismo quando:

“[...] os proprietários fundiários impuseram legalmente uma usurpação, que em todo continente realizou-se sem rodeios legais. Eles aboliram a constituição feudal do solo, isto é, jogaram as obrigações que o gravavam sobre o Estado, ‘indenizaram’ o Estado por meio de impostos sobre o campesinato e o resto da massa do povo, reivindicara a moderna propriedade privada de bem, sobre as quais possuíam apenas títulos feudais [...]” (MARX, 1984, p. 268)

A crise que se inicia nos anos 1970 e se arrasta até os dias atuais, denominada de crise estrutural por Mészáros (2002), abala os Estados nacionais, levando a um declínio das concepções de Estado Keynesianas surgidas no pós-guerra. Entra em cena, nesse período, as políticas monetaristas neoliberais que darão a base e a sustentação para implementação dessas políticas nos países periféricos através do Fundo Monetário Internacional (FMI) e do Banco Mundial.

No momento atual de crise, o Estado exercendo assim a função de “administrador” do capital tendo que lidar com as contradições da relação produção e consumo, inerentes a esta forma de sociabilidade buscará em todas suas instituições uma forma de alimentar o lucro da burguesia. No campo da educação podemos exemplificar com a submissão dos países periféricos às recomendações dos organismos internacionais como a Unesco e o Banco

Mundial<sup>13</sup>. As alterações exigidas por estes organismos estão diretamente ligadas à reestruturação da produção capitalista e chega aos países periféricos como obrigação a serem cumpridas sob pena de sanções econômicas. O Estado acatando, assim, estas determinações evidencia seu importante papel na manutenção da ordem sociometabólica do capital.

Fica clara essa relação entre capital e Estado ao observarmos os direcionamentos do Banco Mundial que exigem, por parte do Estado, uma condução clara das políticas econômicas de cunho neoliberal, afirmando que estas possibilitarão um retorno do crescimento das taxas de lucro. Além de crucial para efetivação dessas políticas econômicas na América Latina o Banco Mundial interfere nos princípios jurídicos-político e nos padrões socioculturais dessas regiões, elementos cruciais para a manutenção da ordem do capital. No final do século XX, o Banco Mundial intensifica sua participação na reestruturação econômica neoliberal dos países periféricos. Conforme Mendes Segundo (2005, p. 52) o Banco Mundial:

[...] sugere reformas profundas nas políticas e nas instituições, tais como: abertura ao comércio exterior, privatização da economia, equilíbrio orçamentário, liberação financeira, redução de gastos públicos e regulamentação dos mercados domésticos, pela eliminação dos instrumentos de intervenção do Estado.

Estes programas de “ajuda” financeira revelam a soberania do capital, na medida em que sua função é somente a recuperação dos lucros do mercado financeiro e como consequência mantém os países pobres soterrados em dívidas gerando crises por toda a América Latina, em que a única saída: “[...] foi a adesão total às recomendações do Banco Mundial, atreladas, por sua vez, às condicionalidades do FMI”. (MENDES SEGUNDO, 2005, p. 53)

Dessa forma teremos o Banco Mundial intervindo diretamente na formulação das políticas públicas desses países com orientação neoliberal, visando uma abertura econômica que representa a privatização da economia e uma drástica redução de investimentos em áreas como educação e saúde. Neste sentido o Banco Mundial emitirá documentos definindo as estratégias para reformas na educação destes países. Estas propostas para educação são fundamentadas na Teoria do Capital Humano que coloca na educação o papel de redução das mazelas sociais.

---

<sup>13</sup> Conforme Mendes Segundo (2005, p. 44): O Banco Mundial e Fundo Monetário Internacional foram criados inicialmente para recuperar o equilíbrio econômico dos países afetados pela Segunda Guerra Mundial, posteriormente estes organismos ampliam seus objetivos interferindo na política econômica dos países subdesenvolvidos, com a intenção de garantir o pagamento da dívida externa e manter a hegemonia econômica dos Estados Unidos.

Conforme Mendes Segundo e Jimenez (2017, p. 49):

Essas reformas educacionais caracterizam-se pela promoção da acomodação desses países às novas divisões internacionais do trabalho, que ao mesmo tempo, têm como base a redução do sistema educacional ao ensino elementar e atende às exigências dos organismos internacionais de limitar os gastos educacionais.

Como evidenciam as autoras as intervenções dos organismos internacionais na educação buscam atender as novas demandas da produção que os países periféricos ocupam na divisão internacional do trabalho. Outro elemento que podemos trazer para exemplificar a personificação do Estado no atendimento das demandas do capital na atualidade é a reforma trabalhista brasileira aprovada em 2017. Entre as perdas dos trabalhadores destacam-se o aumento da jornada de trabalho, redução de benefícios como alimentação e transporte, além da terceirização das atividades fins.

Este conjunto de ataques aos direitos dos trabalhadores faz parte das políticas neoliberais de flexibilização do trabalho, utilizadas pelo capital para recuperação da crise que como afirmamos anteriormente aponta suas garras para os países periféricos, onde a força de trabalho é explorada com mais intensidade (isto não significa dizer que a crise não esteja atingindo os países de capitalismo avançado). Estas transformações são tomadas pelo Estado a partir de medidas jurídico-políticas atreladas às demandas exigidas pelos organismos internacionais de controle do capital e é desta forma que compreendemos que o Estado se personifica enquanto estrutura de comando do capital.

#### 4. O PAPEL DO ESTADO NA EDUCAÇÃO DA CLASSE TRABALHADORA

Antes de iniciarmos o debate acerca da educação no Estado capitalista traremos breves apontamentos de como esta se torna desigual com o surgimento da propriedade privada e conseqüentemente da sociedade de classes a partir da obra *Educação e luta de classes*, de Aníbal Ponce.

Nas comunidades primitivas, em que ainda não existiam as classes sociais, conforme Ponce (1982), a educação tinha um papel comum a todos que ali viviam, realizava-se igualmente de forma homogênea, visando atender a demanda de todos. Ainda de acordo com o autor, essa se realizava de maneira espontânea e difusa, sem uma mediação institucional destinada a adequá-los à produção, como a educação institucionalizada pelo Estado na sociedade de classes. O conhecimento era incorporado na convivência e nas práticas cotidianas de cada grupo.

Este conceito de educação, como uma função espontânea da sociedade, mediante a qual as novas gerações se assemelhavam às mais velhas, era adequado para a comunidade primitiva, mas deixou de sê-lo à medida que esta foi lentamente se transformando numa sociedade dividida em classes. (PONCE, 1982, pp. 21-22)

O desenvolvimento das técnicas de produção, como a domesticação de animais e o avanço da agricultura, permitiu um aumento da produção e a possibilidade de acúmulo, pois esta passou a ser maior que o necessário para o sustento do grupo. Com o surgimento deste excedente o homem passou a ter mais tempo para o desenvolvimento de outros instrumentos de trabalho, além de buscar refletir e conhecer melhor as matérias primas para a construção desses instrumentos. “[...]. Em outras palavras: criar os rudimentos mais grosseiros daquilo que, posteriormente, viria a se chamar ciência, cultura, ideologias”. Diante destas transformações o autor traz a reflexão que: “[...] a direção do trabalho se separa do próprio trabalho, ao mesmo tempo que, as forças mentais se separam das físicas” (PONCE, 1982, p. 24). Estas características só se acentuavam na medida em que as comunidades avançavam e progrediam no desenvolvimento das forças produtivas.

Estas transformações aos poucos acabam com a colaboração existente entre os indivíduos nas comunidades primitivas. A partir do momento que a sociedade começa a se dividir em classes, os laços de sangue e a propriedade coletiva dão lugar a propriedade privada e novos laços de sangue se concretizam na família monogâmica. Surge assim a exploração do homem pelo próprio homem. Dessa forma, a educação perde todo o seu caráter comum e igualitário, passando agora a ser diferenciada de acordo com a classe que se ocupa

no grupo, pois essa agora visa atender interesses antagônicos antes inexistentes. Ponce (1982, pp. 25-26) enfatiza que: “[...] a desigualdade econômica entre os organizadores – cada vez mais exploradores – e os executores – cada vez mais explorados – trouxe, necessariamente, a desigualdade das educações respectivas”.

[...] Mas, se a aparição das classes sociais foi uma consequência inevitável da escassa produtividade de trabalho humano, também não é menos certo que os que se libertaram do trabalho manual aproveitaram a vantagem conseguida para defender sua situação, não divulgando os seus conhecimentos, para prolongar a incompetência das massas e, ao mesmo tempo, assegurar a estabilidade dos grupos dirigentes. (PONCE, 1982, pp. 25-26)

Surge nesse momento, segundo Ponce (1982) cerimônias de iniciação que seriam os primeiros passos para a futura educação institucionalizada pelo Estado, visando diferenciar e distribuir o conhecimento de acordo com a função (classe) que se ocupava nesses grupos. Nesse momento, podemos perceber uma grande diferença entre os iniciados e os não-iniciados, essas diferenças não se reduziram a classe. Entre os que teriam acesso ao conhecimento surge também a hierarquia em função da idade “[...], acompanhada de uma submissão autoritária que exclui o antigo tratamento benévolo demonstrado para com a infância, ao mesmo tempo que surgem as reprimendas e os castigos”. (PONCE, 1982, p. 27)

A educação sistemática retira todo o caráter homogêneo e integral da educação nas comunidades primitivas, colocando em seu lugar um caráter violento e coercitivo para mulheres, crianças e os que não possuíam propriedade, visando atender às novas demandas de uma sociedade agora desigual. Conforme o autor:

[...] no momento em que surgem a propriedade privada e a sociedade de classes, aparecem também, como consequências necessárias, uma religião com deuses, a educação secreta, a autoridade paterna, a submissão da mulher e dos filhos, e a separação entre os trabalhadores e os sábios. Sem deixar, entretanto, de ter funções socialmente úteis, a administração dos bens da coletividade transformou-se na opressão dos homens, e a direção, no poder de exploração.” Uma vez constituídas as classes sociais, passa a ser um dogma pedagógico a sua conservação, e quanto mais a educação conserva o *status quo*, mais ela é julgada adequada. **Já nem tudo que a educação inculca nos educandos tem por finalidade o bem comum, a não ser na medida em que ‘esse bem comum’ pode ser uma premissa necessária para manter e reforçar as classes dominantes. Para estas, a riqueza e o saber; para as outras, o trabalho e a ignorância.** (PONCE, 1982, pp. 31-32, grifos nossos)

Dessa forma, como já afirmamos anteriormente, surge o Estado em defesa e legitimado, por meio do exército e do direito, a propriedade privada e a família monogâmica, que segundo Marx e Engels (2009) constitui a primeira unidade econômica. Institucionalizando toda a educação que reproduz essa nova forma de adquirir riqueza, fundada na exploração do trabalho da maioria que nada possui além da sua força de trabalho.

Diante disso partiremos para os desdobramentos da institucionalização da educação na sociedade capitalista. Entendemos que o Estado desempenha na educação uma de suas principais funções sociais, a de preparar para o trabalho, mesmo que na aparência coloque a educação como um direito universal. Não é difícil desmascarar a sua essência se partimos da sua realidade histórica que se materializa no monopólio da ciência e da cultura nas mãos da burguesia desde sua efetivação enquanto classe dominante.

#### 4. 1 A DIVISÃO DO TRABALHO E A RELAÇÃO COM A EDUCAÇÃO

Neste momento, pretendemos desenvolver como a partir da divisão do trabalho a burguesia, por meio do Estado, institucionaliza a educação, dando um sentido de classe a esta. Longe de tornar o conhecimento produzido pela humanidade acessível a todos, sua intenção foi e ainda é de atender as demandas da expansão da produção capitalista que exige uma diversidade de formações para que a classe trabalhadora desempenhe o seu papel.

Com o avanço da divisão do trabalho, da maquinaria e da grande indústria a necessidade de uma formação para o trabalho só aumenta, tornando cada vez mais incontestável a intrínseca relação entre burguesia e Estado na educação da classe trabalhadora. Esta educação, no entanto, reflete e responde à organização do trabalho na sociedade capitalista que se encontra dividido não só socialmente entre quem produz e quem se apropria, como também fragmentado no processo de produção.

Dessa forma, compreendemos, a partir de Marx e Engels, que a divisão do trabalho só se torna realmente divisão a partir do momento em que surge uma divisão entre trabalho material e trabalho espiritual.

A partir desse momento, a consciência *pode* realmente imaginar ser outra coisa diferente da consciência da práxis existente, representar algo realmente sem representar algo real – a partir de então, a consciência está em condições de emancipar-se do mundo e lançar-se à construção da teoria, da teologia, da filosofia, da moral etc. [...]. (MARX, ENGELS, 2007, pp. 35-36, grifos dos autores).

É na divisão do trabalho que reside a gênese da sociedade de classes e por consequência do Estado, como já afirmamos anteriormente, nesse momento surge também a contradição entre os interesses dos indivíduos particulares e o interesse coletivo. Conforme Marx e Engels (2007), a base da divisão social do trabalho se encontra na divisão natural do trabalho da família – esta é a primeira forma de “propriedade” – e quando estas são colocadas em oposição a outras famílias surge a distribuição desigual do trabalho e do que por ele é

produzido “[...] portanto, está dada a propriedade, que já tem seu embrião, sua primeira forma, na família, onde a mulher e os filhos são escravos do homem. [...]”. (p.37). Sobre isso os autores afirmam:

É precisamente esta contradição entre o interesse particular e o interesse coletivo que faz com que o interesse coletivo adquira, na qualidade de Estado, uma forma independente, separada dos interesses reais do indivíduo e do conjunto e tome simultaneamente a aparência de comunidade ilusória, mas sempre sobre a base concreta dos laços existentes em cada conglomerado familiar e tribal, tais como laços de sangue, língua, divisão do trabalho em larga escala e outros interesses; e entre esses interesses ressaltam particularmente os interesses das classes já condicionadas pela divisão do trabalho, que se diferenciam em qualquer agrupamento deste tipo e entre as quais existe uma que domina as restantes. (MARX, ENGELS, 2007, p. 37)

Os autores afirmam ainda que enquanto houver a separação entre interesse particular e interesse comum, a consequência disto será divisão das atividades de maneira natural e não voluntária, apresentando-se como um poder estranho ao trabalhador, “[...] que subjuga o homem em vez de por este ser dominado”. (MARX, ENGELS, 2007, p. 37).

É justamente porque os indivíduos buscam apenas seu interesse particular, que para eles não guarda conexão com seu interesse coletivo, que este último é imposto a eles como um interesse que lhes é “estranho” e que deles “independe”, por sua vez, como interesse “geral” especial, peculiar; ou, então, os próprios indivíduos tem de mover-se em meio a essa discordância, como na democracia. Por outro lado, a luta prática desses interesses particulares, que se contrapõem constantemente e de modo real aos interesses coletivos ou ilusoriamente coletivos, também torna necessário a ingerência e a contenção de práticas por meio do ilusório interesse “geral” como Estado. (MARX, ENGELS, 2007, p. 37)

Entendendo que na sociedade capitalista uma das funções primordiais do Estado é preparar para o trabalho, este precisa desenvolver uma educação para os trabalhadores que atenda as demandas do modo de produção em constante mudança. Conforme Amorin (2018, p. 111): “A burguesia necessita de uma classe trabalhadora que incremente o capital, que esteja pronta a vender sua força de trabalho, isso exige um permanente processo de adequação e alienação”. Diferente dos modos de produção anteriores em que a educação para o trabalho estava diretamente ligada a própria prática da produção, no capitalismo o Estado burguês institucionaliza e expande essa educação para a classe trabalhadora na medida em que se complexifica a divisão social do trabalho com o advento da maquinaria e da grande indústria.

É portanto, com o advento do capitalismo e o conseqüente aceleração do desenvolvimento industrial que são requeridas novas formas de apropriação do conhecimento e habilidades para o trabalho, desenvolvido não mais por servos, mas por proletários, daí a necessária ação do Estado na dimensão formativa da classe trabalhadora. (AMORIM, 2018, p. 112)

O Estado assume a dimensão formativa da classe trabalhadora e se apropria do conhecimento em favor do aceleração da produção. Apesar de todo o discurso humanista presente desde a Revolução Francesa, o desenvolvimento da ciência e da técnica não visa melhorar a vida de todos, mas sim atender prioritariamente aos interesses da burguesia ascendente. Sobre a apropriação do conhecimento e da ciência em favor do capital Marx e Engels afirmam que (2004, p. 11):

O desenvolvimento da máquina incorpora a esta habilidade do ofício e os conhecimentos que antes residiam no – e era posse de – trabalhador. Dessa forma, a ciência e os conhecimentos passam a ser propriedade do capital, e o trabalhador se encontra enfrentando-os. Tal como indica Engels, ‘vigiar as máquinas, renovar os fios quebrados, não são atividade que exijam do operário algum esforço do pensamento, ainda que, por outro lado, impeçam que ocupe seu espírito em outra coisa’. Este é o ponto do qual se deduzem, pelo menos, duas consequências: por um lado, está na base do enfrentamento de classe; por outro, é fundamento de uma limitação substancial do desenvolvimento do indivíduo. Se a primeira alude diretamente à exploração – a apropriação dos meios produtivos e da ciência e da cultura com eles, permite a exploração – a segunda afeta substancialmente a educação e a formação dos indivíduos – a limitação do seu conhecimento mutila e reprime o desenvolvimento de suas faculdades criadoras.

A divisão do trabalho no capitalismo mutila as capacidades criativa e intelectual do trabalhador, ao mesmo tempo que vivemos o período em que a humanidade desvenda as suas maiores capacidades de produção do conhecimento, a educação a serviço do capital coloca o trabalhador na condição de um simples objeto que completa a máquina.

Devemos destacar que mesmo o Estado institucionalizando a educação com a intenção de qualificar a força de trabalho para a exploração, não podemos reduzir a educação somente a isto, pois conforme Amorin (2018, p. 115): “[...] em momentos mais acirrados da luta de classes a educação aparece como um dos principais campos de intervenção da classe trabalhadora”. Isto se confirma nesse momento de crise estrutural em que vivemos, com a ascensão de governos de extrema direita (não somente nestes) que direcionam diversos ataques aos professores que defendem uma teoria crítica da realidade nas escolas e nas universidades, bem como ameaças de privatização a estas instituições públicas. Não só com o objetivo de lucrar com as privatizações como também minar a possibilidade de acesso e de uma formação crítica e de qualidade para a classe trabalhadora.

Estes ataques não se dão por acaso. Da mesma forma que o Estado cumpre sua função ao criar uma educação própria para que a classe trabalhadora atenda as demandas do mercado, este mesmo Estado hoje representado pelo Banco Mundial entre outras instituições que gerem o capital, dita as regras que precisam ser cumpridas como parte dos acordos econômicos entre os países de capitalismo avançado e os países periféricos. Pois no atual momento de crise, a

educação que é fornecida aos países periféricos visa atender as demandas mais básicas, o que explica todo o abandono e a precarização das universidades públicas e da educação como um todo no Brasil. Conforme Amorim (2018, pp. 115-116):

[...] nas atuais circunstâncias do modo de produção vigente, principalmente em países periféricos, a exemplo do Brasil, o capital mantém, pela ação direta do Estado, um processo educativo que especializa para funções complexas e qualifica para atividades simples. Uma educação organizada em larga medida, em formato de programas dirigidos para trabalhadores empregados, mas também desempregados, subempregados, etc. , pertencentes à massa de pessoas jovens e adultos pauperizada, que dificilmente encontrarão comprador para sua força de trabalho, mas ainda assim o capital precisa manter, tanto para desenvolver atividades braçais simples na indústria, no comércio, etc., quanto para desenvolver atividades nos setores de serviços em geral (limpeza, transporte, etc.), terceirizados ou no campo da informalidade.

Ainda de acordo com a autora:

[...] a expansão da educação escolar para a classe trabalhadora no capitalismo, esteve sempre atrelada às necessidades apresentadas pelo próprio desenvolvimento do sistema produtivo, portanto, quando nos referimos ao acesso dessa classe à educação não imaginamos como algo homogêneo e isonômico, ao contrário, numa população mundial estimada pela Organização das Nações Unidas (ONU) em aproximadamente 7 bilhões, ainda existe sem competências básicas de alfabetização 774 milhões de adultos, dos quais aproximadamente dois em cada três são mulheres. (AMORIM, 2018, p. 117)

Dessa forma compreendemos que desde o surgimento da sociedade de classes a educação perde seu caráter homogêneo, passando a atender aos interesses das classes dominantes que utiliza o conhecimento como forma de dominação. Além disso, a divisão social do trabalho no capitalismo mutila as capacidades do trabalhador tornando-os meros apêndices das máquinas e seu acesso à educação só é permitido em função disto, expandir a produção de capital. Diante disto, pretendemos na seção seguinte continuar o debate, buscando esclarecer como se dá essa relação entre mercado e Estado na regulação da educação para classe trabalhadora a partir das reformas políticas educacionais.

#### 4.2 ESTADO E MERCADO: REGULAÇÃO E REFORMAS NAS POLÍTICAS EDUCACIONAIS

Pretendemos abordar aqui a discussão de como o Estado forja elementos para contensão da crise em seu momento estrutural, a partir de políticas criadas pelos organismos

financeiros internacionais<sup>14</sup> que creditam a educação como fundamental para a superação das desigualdades sociais, por meio da formação para a cidadania. Porém mais uma vez apontamos que a educação no capitalismo está sempre atrelada ao desenvolvimento da produção com a intenção de formar o trabalhador para as demandas do mercado, além de perpetuar ideologicamente a lógica da exploração do trabalho. Exploração esta que amplia a acumulação de capital, tendo a educação o crucial papel de manutenção do trabalho alienado e de propagação da ideologia dominante para reprodução do capital.

Tonet (2012) em sua obra *Educação contra o capital* vai destacar que a revolução informacional que ocorreu nas últimas décadas trouxe bastantes alterações para o mundo do trabalho e conseqüentemente para a educação. O novo modelo produtivo que vem se instaurando ao longo dos anos, diferente do fordismo que predominou até meados dos anos de 1950, exige uma incorporação cada vez maior da ciência à produção devido à necessidade de uma produção cada vez mais rápida que atenda as demandas do mercado.

Dessa forma o trabalhador precisa dar novas repostas, precisa de uma formação polivalente que lhe permita realizar várias tarefas ao mesmo tempo, além disso, possibilite-o transitar entre um emprego e outro, visto que a estabilidade do emprego desaparece a cada dia nessa nova forma de produção com a implementação das reformas neoliberais.

Tonet (2012) retoma Marx para afirmar o fetichismo da mercadoria como parte essencial da sociedade do capital e que através deste os produtos do trabalho humano se transformam em mercadorias e passam a assumir qualidades típicas daqueles que as produziram, enquanto estes tomam forma de coisas, gerando assim o estranhamento, ou seja, o poder do homem de transformar a natureza converte-se em algo estranho a ele, domina-o e subjuga-o ao invés de por ele ser dominado. Ao retomar estas questões o autor elucida o caráter desumano do capital que visa à reprodução ampliada de capital e não o desenvolvimento pleno dos indivíduos. Tonet (2012, p. 17) completa que: “O indivíduo só interessa enquanto força de trabalho e todas as atividades voltadas para o indivíduo não visarão, na verdade o seu desenvolvimento omnilateral, harmonioso, integral, mas adequá-lo, da melhor forma possível, a produção de mercadorias.” Assim a educação na sociedade capitalista não visa o desenvolvimento pleno da humanidade, mas sim atender as demandas

---

<sup>14</sup> Esses organismos são representados pelo Fundo Monetário Internacional (FMI) e pelo Banco Mundial (BM).

do capital.

Tonet (2012, p. 17) afirma ainda que:

É nesse sentido que podemos dizer que a esfera da educação tem na reprodução do capital a tônica do seu desenvolvimento. E que ele envidará todos os esforços para subsumir à sua lógica toda e qualquer iniciativa, mesmo aquelas que, em princípio lhe poderiam ser contraditórias. Mas, na medida em que a sociabilidade gerada pela contradição entre capital e trabalho é contraditória, a possibilidade de uma oposição à hegemonia do capital também é uma possibilidade real.

Desta forma nos fundamentaremos em autores como Mendes Segundo (2005) e Mészáros (2005) tentando abordar como o complexo da educação se molda aos interesses do capital através do papel que cumpre o Banco Mundial na definição das políticas educacionais para os países periféricos. Reforçando assim o caráter intrínseco entre Estado e educação para reprodução e desenvolvimento do capital.

Consoante estas questões Freres, Rabelo, Mendes Segundo (2010, p.34) destacam que:

[...] no atual contexto histórico de crise estrutural do capital (Mészáros, 2006), o imperativo do reajustamento do tripé trabalho – capital – estado para a continuidade da lógica desse sistema provoca o aprofundamento da negação do atendimento a autorrealização humana. Nessa reconfiguração estrutural do capital em crise, a educação foi atrelada de forma prioritária, ao setor produtivo como um complexo importantíssimo tanto para a formação do trabalhador necessário e útil à produção como para a manipulação das consciências na sociabilidade humana.

As autoras trazem uma análise crítica das conferências organizadas pelos organismos financeiros internacionais, partindo de um estudo comparativo que elucidará a consonância entre Estado e mercado no desenvolvimento de políticas para a educação. Reforçam ainda que estes a serviço do capital buscam moldar o complexo educacional atual aos interesses do mercado nesse momento de crise.

Conforme as autoras, durante a Declaração Mundial de Educação para Todos (EPT), em Jomtien (1990) os organismos internacionais preocupados com as mazelas da humanidade como fome, guerra e o analfabetismo que assolam cada vez mais as populações periféricas vão destacar que:

[...] a precariedade da educação nos países pobres é o grande empecilho para o desenvolvimento econômico e para o enfrentamento desses problemas, constituindo um entrave também para o envide de esforços, por parte dos organismos internacionais, para a satisfação das necessidades básicas de aprendizagem nos países pobres. (FRERES, RABELO, MEDES SEGUNDO, 2010, p. 36)

Dessa forma:

[...], a partir da Conferência de Jomtien, em 1990, todos os acordos socioeconômicos entre os países devedores terão como pré-requisito as reformas institucionais desenvolvidas na periferia do capital, sobretudo as educacionais, cujo cunho ideológico se apoia na possibilidade de os cidadãos consumidores aprenderem a administrar suas vidas de forma gerencial e empreendedora, condição essa que o capital propaga como a única forma para reduzir a pobreza e garantir a sustentabilidade econômica”. (idem, 2010, p. 35)

Os representantes do capital acrescentam que: “[...] a educação favorece o desenvolvimento social, econômico e cultural, a tolerância e a cooperação internacionais, além do progresso pessoal. No entanto, assistimos a uma crescente destruição do planeta e a uma agudização da barbárie humana, ‘apesar dos esforços somados’”. (ibidem, p.36)

As declarações posteriores reiteram ainda mais o papel da educação voltada para o mercado. De acordo com Freres, Rabelo, Mendes Segundo (2010, p. 36) a declaração de Nova Delhi (1993) aponta que a educação é importante para: “O combate à pobreza, o aumento da produtividade, a melhoria das condições de vida e proteção ao meio ambiente”. Em seguida trazem com a declaração de Dakar (2000), que também reafirma a ideia de uma educação voltada para o mercado, na qual os jovens devem obter conhecimento para desenvolver valores e habilidades para o trabalho.

Freres, Rabelo e Mendes Segundo (2010) destacam que o discurso empresarial ao realçar o papel de responsável dado à educação na redução das desigualdades sociais acaba por revelar as contradições inerentes do próprio modo de produção capitalista, ao negá-lo como causador da pauperização das condições de vida dos trabalhadores. Advertem partindo da análise de Mészáros (2006) que apesar da vontade política, o capital nunca conseguirá esconder as mazelas que produz e que estas ações políticas não são mais que esmolas dos países ricos aos países pobres que se submetem as suas exigências econômicas.

O programa Educação para Todos (EPT) surge assim conforme as autoras, da aliança entre capital e Estado para a formulação das políticas educacionais dos países periféricos como forma de atender às necessidades do capital em crise. Esses programas elaboram legislações com a intenção de moldar a formação teórico-prática dos indivíduos para atender aos interesses do capital, é aí que reside o caráter ideológico da educação na sociedade capitalista. Conforme as autoras:

Para o alcance desse modelo de indivíduo, personificação do capital, reconfigura-se a função social da educação no contexto histórico de crise desse sistema, que põe em movimento um conjunto de mecanismos ideológicos funcionais, vinculando esse complexo aos interesses da acumulação ampliada de capital. Por trás dessa função atribuída à educação está um falseamento da realidade, escondendo a origem dos problemas sociais. (FRERES, RABELO, MENDES SEGUNDO, 2010, pp. 43-44)

Conforme as autoras a função da educação numa economia de mercado em que anexa o complexo educacional ao princípio do crescimento econômico e da redução da crise acirrada pelo capital mundial passa a ser consolidada como capital humano indispensável ao processo de acumulação do capital. “Nesse contexto, a educação é concebida como primordial para a formação de um capital humano compatível com as demandas empresariais cada vez mais competitivas”. (FRERES, RABELO, MENDES SEGUNDO, 2010, p. 47)

A educação como mercadoria busca transformar o indivíduo em capital humano que se valoriza e valoriza o mercado em que está inserido, criando uma ilusão de que ao valorizar sua formação, garantirá o seu sucesso nessa sociedade extremamente desigual. O trabalhador ao vender sua força de trabalho, essa se torna mercadoria como qualquer outro objeto no capitalismo, e a educação contemporânea o torna uma mercadoria tão obsoleta quanto os seus produtos que só refletem o caráter destrutivo deste modo de produção.

Consoante estas questões as autoras afirmam que:

No ajustamento do capital humano compatível e integral que atende às demandas empresariais mais competitivas, vêm-se processando uma redefinição do aparelho estatal nos países pobres e uma consequente descentralização da gestão da educação pública (municipalização), em que o Estado se compromete a propiciar uma qualificação da força de trabalho por meio da educação básica para atender aos interesses do mercado permanentemente concorrencial. Assim sendo. O Estado assume a responsabilidade de garantir uma escola pública visando à formação dos trabalhadores que devem funcionar, prioritariamente, como o ‘capital humano’, mantendo-se em estado de empregabilidade nutrido por um espírito empreendedor. (FRERES, RABELO, MENDES SEGUNDO, 2010, p. 49)

O Estado aliado aos organismos internacionais, reforma as políticas educacionais de acordo com as imposições desses, que creditam os investimentos em educação à sustentabilidade e governanças nos países pobres em troca da submissão econômica desses países aos de capitalismo avançado, visto que aqueles são considerados áreas de risco para se investir capital. É aqui que reside a intrínseca e perversa relação entre Estado e mercado na regulação das reformas educacionais para atender as demandas do capital em crise. Dessa forma, a reorganização dos modelos educacionais implantados nos países periféricos visa atender às demandas dos próprios países “investidores” e não reduzir a pobreza ou o analfabetismo nos países pobres. Consoante estas problemáticas, Freres, Rabelo e Mendes Segundo (2010, p. 51) apontam que:

Em favor da retomada da recuperação dos ganhos do mercado, o propósito da educação, no final do século passado, passou a ser determinado pelo Banco Mundial, que elaborou um Programa de Educação para Todos (EPT) a ser implantado em

todos os países-membros da Unesco, cujo procedimento remete a profundas reformas educacionais, que incidem, com maior ênfase, no território das populações dos países periféricos e/ou em desenvolvimento.

As autoras destacam ainda que:

[...] a centralidade dos termos das declarações de EPT e dos discursos oficiais ou empresariais relaciona a educação à política do desenvolvimento econômico dos países periféricos, advogando, com igual ênfase, que esses investimentos oferecem elementos necessários, de acordo com teóricos afinados com a lógica do capital, à competição entre os países, uma vez que possibilita um crescimento econômico adequado mediante a flexibilização do ensino às atividades produtivas, contribuindo, por essa via, para a construção de um novo estágio do capitalismo. (ibid., p. 49)

Devemos destacar que tomar o complexo educacional como responsável por reduzir as mazelas e desigualdades da sociedade constitui-se num grande erro de análise da realidade, visto que estas são produzidas no seio das relações de produção. Logo uma, duas, ou três medidas de reformulação das políticas educacionais não serão suficiente para mudar a relação de exploração da humanidade sob o capitalismo, mesmo que estas tragam em sua elaboração o discurso de promoção da cultura de paz com diálogos e tolerância entre os povos, valorização às diferenças étnicas, linguísticas, culturais e sociais, respeito as diferentes ideias e construção de uma sociedade livre, justa e solidária. Soa formoso aos que ouvem ou leem este discurso, porém não ataca em nenhum momento o real problema dessa forma de sociabilidade, o trabalho explorado. Muito pelo contrário, essa agenda imposta pelo Banco Mundial reforça o papel submisso dos países periféricos na divisão internacional do trabalho.

Esta estreita relação entre educação e economia de mercado presente nos discursos empresariais e nos eventos organizados por organismos internacionais como o Banco Mundial para pensar uma educação para os países pobres:

[...] restringe a escolarização básica à condição sine qua non de os mais pobres ascenderem social e economicamente, projetando-se para a formação de uma 'cultura democrática' e para a 'formação de empreendedores para estimular o crescimento econômico do Brasil e da América Latina. (FRERES, RABELO, MENDES SEGUNDO, 2010, p. 54)

Assim percebemos que nesse momento de crise estrutural torna-se terminante a relação entre Estado e mercado no desenvolvimento de uma educação pragmática com discursos como do Todos Pela Educação, mas que sua verdadeira intenção é a formação de indivíduos para atender as demandas do capital.

[...] a educação nunca esteve tão atrelada à lógica do sistema com está nesses tempos hodiernos. Para relembrar, a educação, nesse contexto atual em que a barbárie humana tende a se agravar mais ainda, vem cumprindo com eficiência, do ponto de vista teórico-prático, com as funções que lhe atribuíram: enquanto os homens sofrem

a perda de suas vidas enquanto ainda estão vivos, acreditam que o motivo para tal perda está na sua incapacidade de sair desse estado de coisas. (ibid., p. 55-56)

O capital em crise através de seus representantes atribui a complexos como o da educação, a salvação para às mazelas criadas pelas desigualdades e pela exploração capitalista, sendo o Estado e a população os principais responsáveis pela reversão desses problemas. Em resposta a esses limites do Estado e da educação lembramos que Marx (2010 p.17) nas Glosas Críticas já afirmava que:

O Estado jamais encontrará no Estado e na organização da sociedade o fundamento dos males sociais [...]. Onde há partidos políticos, cada um encontra o fundamento de qualquer mal no fato de que não ele, mas o seu partido adversário, acha-se ao leme do Estado. Até os políticos radicais e revolucionários já procuram o fundamento do mal na essência do Estado, mas numa determinada forma de Estado, no lugar da qual eles querem colocar uma outra forma de Estado.

Diante dessas questões as autoras fundamentadas em Mészáros (2006) reiteram que o capital:

[...], no processo de seu desenvolvimento histórico marcado pelo aprofundamento da exploração do trabalho, recorre, de forma intensa e deliberada, à esfera da manipulação das consciências dos trabalhadores, em busca de mecanismos ideológicos cada vez mais eficientes para mistificar as profundas iniquidades das relações sociais existentes. (FRERES, RABELO, MENDES SEGUNDO, 2010, p. 39-40)

Estes mecanismos ideológicos colocam a burguesia como produtora de riqueza submetendo a classe que realmente produz, a condições miseráveis. E por meio da educação cria-se a ilusão de que a busca constante por uma qualificação cada vez maior irá tirá-los dessa condição. “O capital, através de mecanismos ideológicos vários, coopta a subjetividade desses trabalhadores para acreditarem na perspectiva de se inserirem no mundo dos negócios capitalistas”. (ibid., p. 40).

Reiterando a relação entre Estado e mercado na regulação da educação como fundamental para a manipulação dos trabalhadores via processo educativo para atender os interesses do capital em crise, Mészáros (2006) afirma que nesse momento de crise estrutural as instituições do Estado se encontram afetadas e tendo este a função de garantir a viabilidade econômica do modo de produção capitalista, buscará nas políticas educacionais uma forma de manutenção da propriedade privada e da extração de mais-valia. Sem a relação entre capital, Estado e sua complexa estrutura jurídica, o capitalismo, afetado constantemente por suas próprias contradições, desmoronaria.

Entendendo o Estado como um complemento inseparável do capital que cumpre o

papel de sustentação em seus momentos de crise, poderíamos de maneira cômica utilizar a mão invisível de Smith para nos referir ao caráter incontrolável do capital, tendo em vista a dificuldade de se controlar algo invisível, teria o Estado esse poder de não só enxergar como também de guiar este cego incontrolável por lucro e destruição, dando o árduo papel de redentora dessas mazelas a educação.

Concluimos assim esse momento reiterando que o Estado cumprindo a função de subsidiar politicamente o mercado, define-se como base material do sistema tanto quanto as próprias unidades reprodutivas socioeconômicas sustentando por via jurídica e ideológica a alienação da classe trabalhadora, mantendo-a submissa às relações de produção do capital. Dessa forma as políticas educacionais atreladas ao Estado nunca representarão um avanço para redução das desigualdades no capitalismo, isso não quer dizer que neguemos o importante papel da educação para a formação de uma classe trabalhadora crítica como já afirmamos anteriormente.

## 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Resgatar a formação onto-histórica do Estado ao longo dos modos de produção e o papel deste na regulação da educação para a classe trabalhadora se faz crucial para pensarmos as possibilidades de superação dessa forma de sociabilidade diante do momento de crise estrutural em que vivemos. Obviamente que o Estado moderno, como base de sustentação do capital, também se encontra em uma profunda crise institucional e de todas as suas formas de organização.

O Estado surge na história da humanidade ontologicamente atrelado ao surgimento da propriedade privada e do Direito formal como forma de institucionalização da exploração do trabalho de uma classe sobre outra. Parafraseando Marx e Engels que no Manifesto afirmam que o Estado nada mais é que o comitê para administração dos negócios da burguesia, percebemos que o Estado ao longo dos modos de produção desenvolvido pela humanidade, independente da forma que este assuma, sempre exercerá a sua função de dominação de classe. Como emerge para conter o antagonismo intrínseco às sociedades de classes, enquanto instituição que representa a classe detentora dos meios de produção é a classe economicamente dominante que desenvolverá em seu seio mecanismos de dominação e exploração das classes oprimidas.

A educação, que nas comunidades primitivas era um bem comum, passando o conhecimento de geração para geração, com o surgimento da propriedade privada e conseqüentemente do Estado, torna-se também um mecanismo de dominação. Na sociedade de classes a educação se afirma justamente ao conservar os elementos constitutivos do modo de produção ao qual está vinculada.

Na sociedade capitalista a educação cada vez mais atrelada ao Estado se desenvolve junto à complexificação da divisão do trabalho com o surgimento da grande indústria, ou seja, a função primordial da educação nesta forma de sociabilidade é educar para o mercado. No desenvolvimento da educação a burguesia busca modelos educacionais que incrementem o capital, valorizando a sua produção e como já afirmamos anteriormente reforce sua posição de dominação de classe através, inclusive, de aspectos morais e religiosos que perpassam esses modelos educacionais.

O capital no atual contexto de crise estrutural passa por um complexo reajustamento do tripé trabalho-capital-Estado na tentativa de manutenção da sua taxa de lucratividade. Os caminhos encontrados hoje reforçam e aprofundam o caráter destrutivo do capital e põe a

sobrevivência da humanidade em risco. Nesse processo de reestruturação a educação atrelada ao setor produtivo surge como um importante complexo social, tanto para formação de uma mão de obra que atenda as novas demandas da produção como na manipulação das consciências para a manutenção desta forma de sociabilidade.

As mudanças ocorridas no mundo trabalho, a partir da crise que se instaura nos anos 1970 com a ascensão de governos que colocaram em prática as políticas de viés neoliberal que nas últimas décadas levaram a uma flexibilização do trabalho, terceirização e a aceleração da precarização das condições de trabalho, reafirmam a interferência do capital, especialmente através de organismos internacionais e do Estado na implementação de políticas educacionais nos países periféricos visando o atendimento das demandas de reestruturação do processo produtivo.

É nesse sentido que afirmamos que o Estado se torna uma estrutura de comando político do capital, implementando reformas e legislações a partir de seu aparato jurídico e político que atendem às demandas necessárias à recuperação das taxas de lucro do capital em crise, tornando-se assim uma personificação deste.

Essas reformas vão mais além quando definem também o nível de escolaridade que se deve priorizar em países periféricos como o Brasil, o ensino fundamental, reforçando assim a influência do Estado na formação da classe trabalhadora, oferecendo-lhe o mínimo de educação para que desempenhe as atividades produtivas. Para os níveis superiores estes organismos orientam a privatização das universidades, alimentando, assim, o mercado ao transformar a educação em mercadoria e tornando-a uma realidade distante para a classe trabalhadora.

Resgatamos esses elementos para reforçar o caráter intrínseco da relação entre Estado e capital na regulação não só da educação, mas de diversos complexos sociais para atender às demandas do mercado que busca a expansão do lucro, especialmente nesse momento de crise estrutural.

O capital em seu momento de crise, de acordo com Mészáros (2002), faz parte de um sistema global plenamente desenvolvido que se torna extremamente fragmentado e que tem no Estado o seu principal aliado para efetivar essa constante necessidade de expansão intrínseca ao modo de produção capitalista, passando a criar conflitos cada vez mais complexos que põem em risco a própria sobrevivência da humanidade. Estes conflitos se expressam no caráter destrutivo do capital que se materializa nos constantes conflitos bélicos ao redor do planeta, sustentados por um complexo industrial militar que é alimentado pela produção destrutiva e pela propaganda ideológica do Estado nação e se reflete nos países

periféricos em verdadeiras guerras civis contra as populações mais marginalizadas destes países.

A busca interminável por expansão do lucro fundada no capitalismo em seu novo momento com o complexo industrial militar, prova-nos a farsa da busca pela paz enquanto vivermos em um modo de produção desigual, fundado na exploração do trabalho.

Não existe uma maneira sustentável de desenvolvimento do capitalismo, pois está em sua gênese e constituição mais interna à exploração e as desigualdades fundadas na sua forma de expropriar a riqueza, o trabalho assalariado. E conforme Mészáros (2002), o capital ao atingir o seu maior nível de desenvolvimento e globalização do consumo, revelará o seu segredo mais terrível: o de ser o responsável pela destruição da humanidade. Como Marx já afirmou nas *Glosas críticas*, se o Estado quiser eliminar suas contradições, este terá que eliminar a si mesmo, pois como discorreremos ao longo do texto, este surge atrelado ao surgimento da propriedade privada e se constitui enquanto o poder político da classe dominante organizada para a sustentação das relações de produção.

Para além destas questões, permanece a necessidade de apontar que somente a superação dessa forma de sociabilidade pode suplantar estas mazelas, processo que reside no postulado teórico deixado por Marx: os elementos para a crítica e superação do Estado burguês, que no atual momento de crise do capital se faz urgente diante do seu caráter destrutivo, que põem em risco a sobrevivência da humanidade.

Atestamos que, no século XX, na sua contraofensiva, o capital incorpora a ordem político-ideológica e econômica denominada neoliberalismo, imprimindo uma economia de mercado mais oligopolista, com intensa financeirização e privatização do Estado, restringindo, severamente, todas as políticas sociais de interesse da classe trabalhadora. Outrossim, o Estado assume a personificação do capital impondo uma árdua legislação trabalhista e amplas políticas educacionais que atendam exclusivamente aos interesses do mercado. Além de outras questões como: burocracia, Estado desenvolvimentista, controle dos fundos públicos, capital social, etc.

Em síntese, asseveramos que a relação entre Estado e capital é intrínseca para a sustentabilidade neste modo de produção, bem como a seguridade do acréscimo das taxas de lucros e supremacia do capital em relação à força de trabalho. Assim sendo demonstramos, em linhas gerais que o capital se utiliza de estratégias, mediada pelo Estado para superação de crises e sua sustentabilidade. Para compreensão da função do Estado, apreendemos que em Marx este se apresentava como de superestrutura condicionada à infraestrutura. Em Mészáros, o Estado se constitui numa estrutura política de comando com o capital, em completa relação

dialética com esse sistema sociometabólico.

Na atual conjuntura em que o capital se encontra, utilizando todas as suas armas no ataque aos direitos e a todas as formas de organização da classe trabalhadora, retomar os fundamentos da centralidade do trabalho se faz crucial para superar os limites da centralidade da política das organizações ditas socialistas e suas mistificações acerca do Estado. A recuperação do legado político revolucionário pertencente somente à classe trabalhadora e presente teoricamente no legado marxiano são as tarefas postas na ordem do dia.

Concluimos, assim, reafirmando a necessidade de uma retomada do método científico marxiano, partindo de uma análise rigorosa de suas obras e da realidade histórica e social, para podermos conhecer a sua teoria a fim de aprofundar os estudos acerca da problemática do Estado – entendemos que esta está presente em toda sua teoria social – resgatando também seu caráter revolucionário. Somente estes fundamentos nos levarão a conhecer e entender a realidade histórica e transformá-la radicalmente.

## REFERÊNCIAS

- AMORIM, M. G. R. **Educação para o trabalho no capitalismo: o ProJovem como negação da forma humana.** São Paulo: Instituto Lukács, 2018.
- ANDERSON, P. **Passagens da Antiguidade ao Feudalismo.** São Paulo: Editora Unesp, 2016.
- CHAVES, E. R. M. **A crise estrutural do capital e o complexo industrial militar: elementos da destrutividade do capital no complexo da educação.** 2014. 111 f. Dissertação (Mestrado Acadêmico em Educação) – Centro de Educação, Programa de Pós-graduação em Educação, Universidade Estadual do Ceará, Fortaleza, 2014.
- FRERES, H; RABELO, J; MENDES SEGUNDO, M. D. Governo e empresariado: a grande aliança em prol do mercado da educação para todos. In: JIMENEZ, S; RABELO, J; MENDES SEGUNDO, M. D. (Org.). **Marxismo, educação e luta de classes: pressupostos e desdobramentos ideo-políticos.** Fortaleza: EdUECE, 2010.
- HUBERMAN, L. **História da riqueza do homem.** Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1970.
- LUKÁCS, G. **Lenin: um estudo sobre a unidade de seu pensamento.** São Paulo: Boitempo, 2012. p. 77-86.
- MENDES SEGUNDO, M. D. **O Banco Mundial e suas implicações na política de financiamento da educação básica no Brasil: o FUNDEF no centro do debate.** 2005. 243 f. Tese (Doutorado em Educação) – Faculdade de Educação, Programa de Pós-graduação em Educação Brasileira, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2005.
- MARX, K. **Glosas críticas marginais ao artigo “o rei da Prússia e a reforma social” de um prussiano.** Tradução de Ivo Tonet. 1. ed. São Paulo: Expressão popular, 2010.
- \_\_\_\_\_. Para a crítica da economia política. In: NETTO, J. P. (Org.). **O leitor de Marx.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2012.
- \_\_\_\_\_. **O capital: crítica da economia política.** São Paulo: Abril Cultural, 1984. v. 1. tomo II.
- \_\_\_\_\_. **O capital: crítica da economia política.** São Paulo: Nova Cultural, 1988. v. 1. tomo I.
- MARX, K; ENGELS, F. **A ideologia alemã.** São Paulo: Expressão Popular, 2009.
- \_\_\_\_\_. **A ideologia alemã.** São Paulo: Boitempo, 2007.
- \_\_\_\_\_. **Manifesto do partido comunista.** São Paulo: Expressão Popular, 2008.
- \_\_\_\_\_. **Textos sobre educação e ensino.** Tradução de Rubens Eduardo Frias. São Paulo: Centauro, 2004.
- MÉSZÁROS, I. **A montanha que devemos conquistar: reflexões acerca do Estado.** Tradução de Maria Izabel Lagoa. 1. ed. São Paulo: Boitempo, 2015.

\_\_\_\_\_. **Para além do capital.** São Paulo: Boitempo, 2002.

NETTO, J. P. **Introdução ao estudo do método de Marx.** São Paulo: Expressão Popular, 2011.

NETTO, J. P.; BRAZ, M. **Economia política:** uma introdução crítica. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2007.

PONCE, A. **Educação e luta de classes.** São Paulo: Cortez; Autores Associados, 1982.

TONET, I.; NASCIMENTO, A. **Descaminhos da esquerda:** da centralidade do trabalho à centralidade da política. São Paulo: Alfa-Omega, 2009.

TONET, I. **Educação contra o capital.** São Paulo: Instituto Lukács, 2012.

\_\_\_\_\_. **Método científico:** uma abordagem ontológica. São Paulo: Instituto Lukács, 2013.

\_\_\_\_\_. **Fim da democracia burguesa.** Ivotonet, 2018. Disponível em: <[http://ivotonet.xp3.biz/arquivos/O\\_FIM\\_DA\\_DEMOCRACIA\\_BURGUESA.pdf](http://ivotonet.xp3.biz/arquivos/O_FIM_DA_DEMOCRACIA_BURGUESA.pdf)>. Acesso em: 05 out. 2018.